



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO- PB**

NATÁLIA THAYNÃ FARIAS CAVALCANTI

**Araras
2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO- PB**

NATÁLIA THAYNÃ FARIAS CAVALCANTI

ORIENTADOR (A): PROF. DR.^a MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras

2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C376d Cavalcanti, Natália Thaynã Farias
Diagnóstico socioeconômico do programa de aquisição
de alimentos no município de Monteiro- PB / Natália
Thaynã Farias Cavalcanti. -- São Carlos : UFSCar,
2016.
129 p.

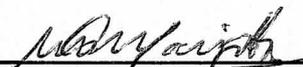
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2016.

1. Política pública. 2. Agricultura familiar. 3.
Segurança alimentar. I. Título.

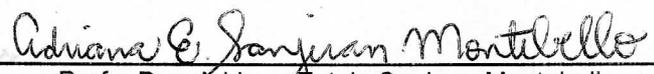


Folha de Aprovação

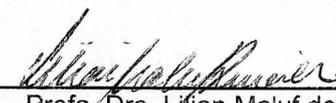
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Natália Thaynã Farias Cavalcanti, realizada em 08/03/2016:



Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta Maistro
UFSCar



Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello
UFSCar



Profa. Dra. Lilian Maluf de Lima Cunha
USP

DEDICATÓRIA

A minha família, com muito amor!

AGRADECIMENTOS

Á Deus, minha força, pelo dom da vida, por nunca me abandonar e por me conceder tantas graças.

Aos meus pais, Agnelo de Freitas e Neuma Farias, por todo amor, sacrifício, incentivo, apoio, educação e por ensinarem o verdadeiro valor da vida. Sem vocês, eu não sou nada. Minha eterna gratidão.

A minha irmã de sangue e de alma, Rayza Morganna Farias Cavalcanti, por sempre acreditar em mim, pelo amor, conselhos e conversas. Sempre distante fisicamente, mas presente mentalmente. Minha parceira para a vida toda.

A Augusto Júnior, pelo carinho, atenção e suporte na pesquisa de campo. Por ter compreendido toda a minha ausência e pelas palavras de motivação.

Aos meus avós, José Nunes, Iraci de Farias, Amélia Aires e Agnelo de Freitas (*in memoriam*) por todo incentivo, amor e cuidados.

A Marieta Nunes e Maria Salomé (Nené), minhas tias-avós que tanto amo e prezo por uma vida longa, obrigada por tudo!

As minhas primas, Aline Mayara, Amanda Mayana e Layanne Aires, pelos momentos de descontrações e amizade.

A Emannuella Hayanna e Alexandra Leite, pela fiel amizade de sempre. Minhas irmãs de coração que Deus me concedeu.

A Carla Ferreira e Elizabeth Lima, minhas companheiras do mestrado, por toda amizade, carinho, conselhos e conversas. Que embora com nossas diferenças, fizeram a caminhada se tornar mais fácil, dividindo comigo segredos, saudades, comilanças, ansiedades, angústias, alegrias e distrações. “O Combo” será eterno e o ap. 42 ficará para sempre em minha memória. Espero de coração que os nossos caminhos se cruzem novamente.

A turma 2014.1, a melhor, sem dúvidas. Em especial, Carine Andrade, pela amizade, em que pudemos compartilhar conversas e a saudade do Nordeste. A Tatiana Brandão, Samara Campos, Adriel Bentos e Larissa Fontana, pelas caronas, distrações e afeto.

A todo corpo docente e técnico da UFSCar, em especial as secretárias Cris e Kayti e aos professores José Maria Gusman Ferraz, Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Janice Rodrigues Placeres Borges e Anastácia Fontanetti, pelos valiosos ensinamentos em sala de aula.

À CAPES pelo apoio financeiro.

Aos professores Luiz Antonio Cabello Norder, Adriana Estela Sanjuan Montebello e a Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo pelas excelentes contribuições na qualificação.

A Nerize Laurentino Ramos, peça fundamental na minha caminhada acadêmica, sem ela não teria chegado até aqui.

Aos agricultores entrevistados, por toda confiança, colaboração, paciência em meio às perguntas, agrados e por dividirem comigo suas dificuldades e vitórias. Em especial, a Eliane e Clemilda, pela ajuda e atenção.

As instituições, escolas e aos presidentes das associações e cooperativas que colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho.

E por último, mas não menos importante, a professora Dr.^a Marta Cristina Marjotta-Maistro, pela dedicação e confiança ao longo da pesquisa. Suas considerações, correções e conselhos foram imprescindíveis para melhoria e conclusão desta pesquisa. Agindo sempre com profissionalismo e competência. Deixo aqui, também, a minha admiração.

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE TABELAS	III
INDICE DE FIGURAS	V
LISTA DE SIGLAS	VII
RESUMO	IX
ABSTRACT	X
1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	5
2.1 Políticas agrícolas e políticas públicas para a agricultura familiar	6
2.2 Agricultura familiar	13
2.2.1 Formas de organização da agricultura familiar: o associativismo e cooperativismo	19
2.3 O PAA: descrição e caracterização por regiões de 2011 a 2014 ..	22
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	37
3.1 Caracterização da pesquisa.....	38
3.2 Área de estudo	39
3.3 Instrumentos para obtenção e forma de análise dos dados.....	46
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
4.1 Análise dos resultados: recursos, volumes e participação	51
4.2 O PAA nas associações e cooperativas de Monteiro	60
4.3 Os agricultores entrevistados e o PAA.....	67
4.3.1 Perfil dos agricultores entrevistados	67
4.3.2 A participação e os impactos socioeconômicos do PAA sobre os agricultores entrevistados.....	77
4.4 Os efeitos do PAA nas instituições entrevistadas.....	92
5 CONCLUSÕES	99
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

APENDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS EXECUTORES DO PAA	119
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS ASSOCIAÇÕES/ COOPERATIVAS	120
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO COM OS AGRICULTORES FAMILIARES	121
APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O NUTRICIONISTA DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO	128
APÊNDICE E - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS INSTITUIÇÕES	129

ÍNDICE DE TABELAS

	Pag.
Tabela 1 – Limites anuais, fonte de recursos e executores do PAA por modalidade.....	25
Tabela 2 – Recursos federais repassados para o PAA, por executores, no período de 2011 a 2014 (em milhões R\$).....	26
Tabela 3 – Caracterização dos Grupos A, A/C, B e V do PRONAF.....	29
Tabela 4 – Número de fornecedores no PAA por região brasileira, nos anos de 2011 a 2014.	30
Tabela 5 – Número de instituições por região brasileira nos anos de 2011 a 2014.....	33
Tabela 6 – Tipo e quantidade de rebanho no município de Monteiro nos anos de 2011 a 2014.	43
Tabela 7 – Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por condição dos produtores no município de Monteiro, PB em 2006.....	44
Tabela 8 – Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total no município de Monteiro, PB, em 2006.	45
Tabela 9 – Recursos financeiros aplicados no PAA no estado da Paraíba e no município de Monteiro nos anos de 2011 a 2014.....	51
Tabela 10 – Recursos destinados por executor ao município de Monteiro- PB, 2011 a 2014.	53
Tabela 11 – Lista de produtos e preços por Kg que foram entregues no PAA no município de Monteiro nos anos de 2011 a 2013.....	57
Tabela 12 – Panorama de fornecedores engajados no PAA do município de Monteiro, nos anos de 2011 a 2014.....	59
Tabela 13 – Valor médio recebido por agricultor e valor limite pago pelo PAA de acordo com cada modalidade de 2011 a 2014.	59
Tabela 14 – Recursos e organizações que participaram do PAA modalidade CDS CONAB no município de Monteiro de 2011 a 2014 (em R\$).....	62

Tabela 15 – Caracterização da amostra entrevistada, segundo gênero, idade, estado civil e número de pessoas na família.	67
Tabela 16 – Grau de escolaridade dos agricultores entrevistados.....	69
Tabela 17 – Forma de obtenção de terra dos agricultores entrevistados.	70
Tabela 18 – Tipo da principal fonte de renda dos entrevistados.	72
Tabela 19 – Agricultores que recebem assistência técnica.	76
Tabela 20 – Renda média antes e depois do engajamento no PAA (em R\$)..	78
Tabela 21 – Principal canal de comercialização antes e depois do engajamento	81
Tabela 22 – Categorias dos investimentos e quantidade de agricultores que fizeram investimentos com recursos do PAA.	85
Tabela 23 – Instituições e número de pessoas atendidas pelo PAA no município de Monteiro de 2011 a 2014.	93

INDICE DE FIGURAS

	Pag.
Figura 1 – Valor médio anual (R\$) por fornecedor do PAA nas regiões brasileiras de 2011 a 2014.....	35
Figura 2 – Localização do Município de Monteiro, PB.	41
Figura 3 – Tipo de utilização das terras no município de Monteiro, PB.	42
Figura 4 – Porcentagem dos recursos aplicados em Monteiro- PB em relação ao estado da Paraíba de 2011 a 2014.	46
Figura 5 – Volume (Kg) dos grupos de produtos que foram fornecidos pelos agricultores para o PAA no município de Monteiro nos anos de 2011 a 2014.	55
Figura 6 – Cozinha experimental construída para fabricação e beneficiamento para agricultores fornecedores do PAA.	63
Figura 7 – Sede da AVAL e abatedouro.	64
Figura 8 – Equipamentos do abatedouro pertencente a AVAL.	64
Figura 9 – Sede da cooperativa da Capribom.....	66
Figura 10 – Leite pasteurizado para distribuição a pessoas carentes.....	66
Figura 11 – Tamanho dos estabelecimentos rurais dos agricultores entrevistados.....	70
Figura 12 – Ocupação principal dos agricultores entrevistados.....	72
Figura 13 – Principal atividade desenvolvida na propriedade.....	73
Figura 14 – Produção de hortaliças de um agricultor entrevistado.	74
Figura 15 – Tipo de benefício recebido pelos agricultores entrevistados.....	75
Figura 16 – Projeto PAIS implantado em propriedade de uma agricultora entrevistada.....	76
Figura 17 – Feira agroecológica realizada na quarta-feira.....	80
Figura 18 – Feira convencional realizada aos sábados.	80
Figura 19 – Dia de entrega dos produtos da modalidade CDS na AVAL.....	82
Figura 20 – Leite fornecido pelos agricultores na sede da CAPRIBOM.....	83
Figura 21 – Aplicação da maior parte dos recursos adquiridos com o PAA segundo os entrevistados.	84
Figura 22 – Percepção dos agricultores entrevistados quanto o grau de melhoria da qualidade de vida após inserção no PAA.	86

Figura 23 – Número e distribuição das faixas etárias das pessoas atendidas pelo PAA em Monteiro de 2011 a 2014.	94
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APAM - Associação de Produtores Agroecológicos de Monteiro
AVAL - Associação Comunitária Vicente de Assis Ferreira de Avicultura Alternativa do Cariri Ocidental Paraibano
BPF- Boas Práticas de Fabricação
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo
CDS - Compra com Doação Simultânea
CFP - Comissão de Financiamento de Produção
CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Silos e Armazéns
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CREAI - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP- Declaração de Aptidão ao PRONAF
DNTR - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCS - Organismos de Controle Social
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS - Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PCPR - Programa de Combate à Pobreza Rural

PFZ- Programa Fome Zero

PGPAF- Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAS - Plano Nacional de Fiscalização e do Plano e Acompanhamento e Supervisão

PNPB - Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT - Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SIE - Serviço de Inspeção Estadual

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SII - Sistema Integrado de Informações

SIM - Serviço de Inspeção Municipal

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SNPA - Sistema Nacional de Planejamento Agropecuário

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO- PB

Autor: NATÁLIA THAYNÃ FARIAS CAVALCANTI

Orientador: PROF.^a DR.^a MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sancionado pela Lei de nº10.696 de 02 de julho de 2003, é uma das ações específicas do Programa Fome Zero, com finalidades de incentivar a agricultura familiar, o acesso à alimentação as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e redes de comercialização. O presente trabalho teve como objetivo geral construir um diagnóstico do PAA no município de Monteiro, no estado da Paraíba no período de 2011 a 2014, focando nos agricultores familiares, nas organizações (associações e cooperativas) e nas instituições que participam do programa, a fim de revelar características importantes de questões sociais e econômicas e as consequências de uma política pública em âmbito municipal. Para atingir o objetivo estipulado, o estudo foi conduzido de forma qualitativa e descritiva quantitativa, realizado por meio de uma pesquisa exploratória, com utilização de dados secundários da Plataforma SAGI, roteiros semiestruturados com recurso do gravador e um questionário. Assim, realizou-se entrevistas com os executores (CONAB e município), coordenadores das instituições, nutricionista, presidentes das organizações e agricultores familiares. Com dados e análise, pôde-se identificar efeitos negativos e positivos do programa, dentre os positivos estão: fortalecimento das organizações e produção mais segura, elevação da renda nominal, independência financeira, aumento do poder aquisitivo, inserção no mercado e melhoria nas relações de confiança. Já os negativos foram: endividamento dos agricultores, frustrações, desmotivação à participação, principalmente por parte dos agricultores que desenvolviam atividades de beneficiamento e descontinuidade nos recursos e nas doações para famílias em níveis de insegurança alimentar. A partir dessas constatações, concluiu-se que o programa alavancou as organizações e provocou melhoria nas condições socioeconômicas dos agricultores familiares, no entanto, é necessário ocorrer reestruturações no programa, haja vista que as limitações afetam diretamente todos os envolvidos.

Palavras-chaves: Política pública; Agricultura familiar; Segurança Alimentar.

SOCIOECONOMIC DIAGNOSIS OF FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) IN THE COUNTY OF MONTEIRO- PB

Author: NATÁLIA THAYNÃ FARIAS CAVALCANTI

Adviser: PROF.^a DR.^a MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

ABSTRACT

The Food Acquisition Program (PAA), sanctioned by the Law number 10.696 of 2nd July, 2003, is one of the specific actions of the Zero Hunger Program, which aims to encourage the family farming, the access to food people in a situation of nutritional and food insecurity and the marketing networks. This study had the general objective to build a diagnosis of PAA in the county of Monteiro, in state of Paraíba in the period of 2011 to 2014, focusing on family farmers, organizations (associations and cooperatives) and institutions which participate in the program, in order to reveal important characteristics of social and economic issues and the consequences of public policy at the municipal level. To achieve the stated goal, the present study was conducted in qualitative and quantitative descriptive, made by an exploratory research, using secondary data SAGI Platform, semi-structured scripts with a recorder and questionnaire. Thus, we held interviews with the program executors (CONAB and county), coordinators of the institutions, nutritionist, presidents of organizations and family farmers. With data and analysis, it was possible to identify positive and negative effects of the program, among the positives are: strengthening organizations and safer production, increase in nominal income, financial independence, increased purchasing power, market insertion and improvement in relations of confidence. The negative were: indebtedness of farmers, frustration, lack of motivation to participation, especially by farmers who developed beneficitation activities, and discontinuity of resources and donations to families in levels of food insecurity. From these findings, It is concluded that the program leveraged organizations and provide an improvement in the socioeconomic conditions of family farmers, however, must occur in the restructuring of the program, given that the limitations directly affect everyone involved.

Keywords: Public Policy; Family farming; Food Safety.

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva do desenvolvimento agrícola nos anos de 1960 a 1980 era pautada no aumento da produção com transferência de tecnologias e crédito. Essa época evidenciou vários efeitos negativos no país, como a concentração de terra, uso intensivo do solo, perda da biodiversidade, discriminação e endividamento dos agricultores familiares.

Em meados da década de 1990, e especialmente, nos anos 2000, a agricultura familiar ganhou atenção por parte do Estado, com direcionamentos de políticas públicas a fim de proporcionar o incentivo à produção e à inserção produtiva da categoria. Nesse contexto, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003, se concentrando em comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação e promovendo a distribuição dos produtos para famílias ou pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (MDS, 2014).

Desse modo, o PAA se inseriu em um contexto de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento rural, fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. Parte-se do princípio que, com o surgimento dessas políticas públicas voltadas para o meio agrícola, o ambiente rural passou a ser palco de mudanças, em que o agricultor pôde ter como opção a permanência no campo, vista as possibilidades que lhe surgiram, como também, pessoas carentes, com níveis de insegurança alimentar, tiveram acesso a uma alimentação regular e diversificada. Assim, o PAA é caracterizado como inovador, uma vez que busca articular e associar a política agrícola com a política de segurança alimentar e nutricional (MATTEI, 2007; MÜLLER; FIALHO; SCHNEIDER, 2007).

Entende - se que, em frente aos desafios que estão depositados à construção desta política pública, de maneira consistente e que atenda os seus objetivos, é relevante investigar os impactos que a adoção do PAA vem causando, e as suas principais limitações.

Desde a criação do programa muitos estudos vêm sendo feitos avaliando o e analisando o, quanto a uma política pública que elenca o desenvolvimento rural e melhora as condições dos agricultores familiares, no que se refere à renda e produção (DORETTO; MICHELLON, 2007; MARTINS;

CAVALCANTI, 2007; LUCENA; LUIZ, 2009; ABREU, 2012; NASCIMENTO NETO, 2012; OLIVEIRA; BERGAMASCO; ARAGÃO, 2013; FERREIRA *et al.*, 2014); como também a promoção da segurança alimentar dos atendidos (ORTEGA, JESUS E SÓ, 2006; CORDEIRO, 2007)

Assim, considerando os efeitos e/ou alterações que uma política pública pode ocasionar em um ambiente, o estudo foi norteado por três hipóteses: a existência de descontinuidade do PAA no município de Monteiro-PB; possíveis transformações na vida dos agricultores fornecedores sejam elas positivas e/ou negativas e benefícios para organizações e instituições. Para tanto, a pesquisa procurou responder o seguinte questionamento: qual a importância do PAA e os efeitos ocasionados sobre os agricultores familiares, as organizações (associações e cooperativas) e instituições atendidas no município de Monteiro, no estado da Paraíba – PB?

Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo geral construir um diagnóstico socioeconômico do PAA no município de Monteiro, no estado da Paraíba no período de 2011 a 2014, a fim de revelar características importantes de questões sociais e econômicas e as consequências de uma política pública em âmbito municipal. Os objetivos específicos foram: analisar os recursos disponibilizados pelo programa para o estado da PB e para o município de Monteiro nos anos de 2011 a 2014; compreender quais as principais potencialidades e entraves do programa; verificar transformações vivenciadas pelos agricultores familiares que forneceram para o PAA e, por fim, identificar os efeitos do programa nas associações e cooperativas e nas instituições atendidas.

A presente dissertação está estruturada em capítulos, a começar por esta introdução, a seguir uma revisão bibliográfica com contextualização das políticas agrícolas e políticas públicas para a agricultura familiar; conceitos e características da agricultura familiar e sua forma de organização, como também, uma breve descrição do PAA e sua evolução no período de 2011 a 2014. No terceiro capítulo está a metodologia, onde se encontra a caracterização do estudo com a configuração e descrição dos instrumentos de pesquisa, a área de estudo e a descrição da forma de obtenção e análise dos

dados. Já no quarto, estão os resultados e discussões, trazendo um conjunto de informações obtidas por meio da pesquisa e uma discussão acerca de trabalhos já realizados com o PAA. Por fim, as considerações finais acerca do estudo evidenciando o diagnóstico do PAA em Monteiro.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Políticas agrícolas e políticas públicas para a agricultura familiar

De acordo com Delgado (2009, p. 18) a finalidade fundamental da intervenção do Estado na agricultura tem sido,

“regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores e estimular a produção doméstica, de modo que o abastecimento alimentar, especialmente o urbano, não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados”.

Dentro desta intervenção se encontra a política agrícola¹, que no Brasil, foi construída por ações centradas na criação de mecanismos de financiamento (COELHO, 2001). Abre-se um parêntese que compreender o histórico da política agrícola, especialmente na década de 1960 a 1980, considerada pelo autor como a fase da modernização da agricultura, se torna primordial para entender o surgimento das políticas públicas para agricultura familiar, uma vez que foi nesta época que ocorreram grandes mudanças na agricultura brasileira.

A política agrícola brasileira foi marcada por dois instrumentos principais, o crédito rural e Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), e como consequências ocorreu o processo de modernização da agricultura brasileira, que, de acordo com Agra e Santos (2011, p. 2), está fortemente ligado “a internalização de indústrias produtoras de bens de capital e de insumos modernos”.

As raízes do crédito e da PGPM são datadas da década de 1940 com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) e a Carteira de Financiamento da Produção (CFP). O crédito rural foi impulsionado com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, que para Belik e Paulillo (2009), com a constituição deste sistema a modernização da agricultura se tornou compulsória unificando a prática rural à dinâmica da

¹ Em 1988 decretou-se a nova Constituição Federal, nesta, no art. 189 da Carta Magna determina que a política agrícola seja planejada e executada na forma da lei. Em 1991 foi sancionada a Lei nº 8.171, que dispõe sobre a política agrícola (PEREIRA, 2013). Ver, BRASIL (1991). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8171.htm>.

indústria e pelo setor de serviços. Os objetivos do SNCR explicitados formalmente pela Lei 4.829, eram:

a) financiar parcela do capital de giro à produção e comercialização de produtos agrícolas; b) estimular a formação de capital; c) acelerar a adoção e tecnologia moderna e d) beneficiar especialmente pequenos e médios produtores (COELHO, 2001, p.21).

No entanto o beneficiamento aos pequenos e médios não ocorreu, uma vez que enfrentavam dificuldades ao acesso, já que não eram avaliados como capazes de cumprir os acordos com o Banco (REDIN; FIALHO, 2010).

Em 1963, ocorreu a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), órgão máximo do sindicalismo dos trabalhadores rurais, no entanto, em 1964 sofreu com a intervenção da ditadura, época desfavorável a ação sindical de contestação e crítica. Pouco tempo depois, a CONTAG retomou as pautas em defesa da reforma agrária e dos direitos trabalhistas (PICOLOTTO, 2009).

Em 1965, a PGPM foi reformulada, criada para retirar o risco de preços na agricultura, fixando um valor anual antes do plantio, para vigorar após a colheita. “A fixação desses preços antecipados serviria como parâmetro de orientação aos produtores nas alocações dos recursos, principalmente no tocante ao tipo de produto e às quantidades a serem produzidas” (COELHO, 2001, p. 25). Inicialmente, a atuação do programa foi significativa, especialmente, no que se refere à sustentação de preços de alimentos básicos da dieta alimentar; posteriormente, ele serviu para difundir o crescimento de grãos no país. Na reformulação de 1965, ficaram dois aportes operacionais, a saber: os Empréstimos do Governo Federal (EGF), instrumento de financiamento de comercialização, e as Aquisições do Governo Federal (AGF) (COELHO, 2001).

Para GAZOLLA (2004) o SNCR e a PGPM sempre estiveram direcionados à agricultura com a finalidade de exportação e para atividades agropecuárias dinâmicas, sem foco, nos agricultores familiares, levando em consideração apenas o viés econômico.

Para tanto, essas ações ficaram nomeadas como modernização conservadora, em que a concentração de terras no país ficou ainda maior, os agricultores capitalizados aumentaram ainda mais a renda e ocorreu o aumento da exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, refletindo no êxodo rural (PALMEIRA, 1989).

Em 1967 foi criado o Sistema Nacional de Planejamento Agropecuário (SNPA), operando de forma efetiva apenas em 1974, marcando um período de forte intervenção estatal na agricultura, tentando difundir a oferta agropecuária, aumentar as exportações e sua diversificação, bem como, garantir o abastecimento doméstico. Esse modelo de intervenção teve dois segmentos de ação, de um lado, influência nos fluxos de produção e de demanda do setor e, de outro, a ascensão de modificações estruturais na dinâmica da produção (BUAINAIN; SOUZA FILHO 2001 *apud* ROCHA; CERQUEIRA, 2003).

Dessa forma, foram instituídos alguns órgãos e outros foram fortalecidos, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), Comissão de Financiamento de Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Silos e Armazéns (CIBRAZEM). Destas, a EMBRATER desenvolveu a função de difusão dos “pacotes tecnológicos”, falhando ao não interrogar sobre os possíveis efeitos que poderia surgir a nível social, econômico e ambiental. Neste processo de apoio e suporte era pretendido abranger todas as categorias de agricultores, no entanto, beneficiaram apenas os agricultores mais capitalizados, detentores de grandes latifundiários e aqueles que tinham mais acesso a informação, excluindo uma grande camada de agricultores (BITTENCOURT, 1997).

Não obstante, na década de 1970 ocorreu o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1973) e o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1979). No II a CONTAG teve um caráter apaziguador em relação ao governo, tendo em vista a repressão que sofreu. No III a CONTAG compareceu mais reivindicatória, cobrando a reforma agrária e uma

política agrícola adequada às particularidades dos pequenos agricultores (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

A década de 1980 ficou marcada pela inaptidão do governo de permanecer com sua política agrícola focada no crédito rural, ocorrendo modificações como: a diminuição da participação das autoridades monetárias como fonte de recursos; reforma nas contas públicas, unificação orçamentária, fim da conta movimento do Banco do Brasil e a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, que passou a controlar as operações realizadas por ordem do Tesouro Nacional (BACHA; DANELON; DEL BEL FILHO, 2006).

O processo de modernização da agricultura nestas décadas aqui citadas geraram variadas consequências, segundo Agra e Santos (2011), a participação dos estabelecimentos de até 10 ha no total da área do país, nos anos de 1970 a 1980 caiu de 52,2% para 50,4%, sobretudo, houve um aumento dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, representando 0,7% para 0,9%. Nos anos de 1970, também ocorreu um aumento de mais de 1.000% na utilização de tratores, em relação à década de 1950, alcançando 6.512% na década de 1980, e um crescimento de 254% no uso de arados a tração animal e 165% colheitadeiras, nos anos de 1980, comparando com os anos de 1950.

O efeito negativo da modernização, uso de crédito e demais ações da política agrícola foi sentido também na produção de alimentos para o abastecimento da população, uma vez que a agricultura estava voltada a exportação e monocultivos, ganhando destaque o tema da segurança alimentar e nutricional².

Na esfera da agricultura familiar, além da CONTAG, houve a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e, nesta, o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) em 1988 e a

² O tema da Segurança Alimentar nasceu na 2ª Grande Guerra com parte da Europa assolada e sem condições de produzir o seu próprio alimento (BELIK, 2003). De acordo com Burity (2010) na década de 70 essa crise de produção de alimentos levou a Conferência Mundial de Alimentação, em 1974, a apontar que para assegurar a segurança alimentar seria necessário um armazenamento estratégico e oferta de alimentos, agregada à ao aumento da produção de alimentos.

constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984 (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Ações destes atores sociais tornaram visíveis as precárias condições de reprodução social dos pequenos produtores e, cada vez mais, reclamaram a intervenção do Estado na construção de políticas públicas adequadas às suas particularidades, destacando-se a reforma agrária e o crédito rural. Os representantes da agricultura passaram a adotar estratégias propositivas e adentraram nas arenas públicas, propondo e disputando a construção das políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 130).

A década de 1990 pode ser considerada uma época de transição, com o surgimento de instrumentos que apontaram uma nova tática de desenvolvimento da agricultura (ROCHA; CERQUEIRA; COELHO, 2007). Em meados desta década, foi que a agricultura familiar, como categoria, ganhou espaço na agenda nacional e no cenário político do país (NAVARRO, 2010).

Em 1994, em resposta as reivindicações sindicatos foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Em 1995, o PROVAP foi reformulado, e constituiu-se como a origem da primeira e mais importante política pública designada aos agricultores familiares, uma vez que essas alterações deram origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28.07.96 (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004, p.22). O PRONAF possui o objetivo de conceder o microcrédito e menores taxas de inadimplência (SCHRÖDER, 2010) e promover o desenvolvimento rural sustentável, fomentado pela agricultura familiar e promover o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996), propondo as seguintes diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda;
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;

- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
- h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras (BRASIL, 1996).

O programa denotava de duas ações principais em termos de acesso a recursos: a linha de crédito no interior do SNCR e outra para financiar o desenvolvimento rural. Alcançou mais de 900 mil contratos de crédito entre 1999 e 2002, e mais de 1,5 milhão de contratos entre os anos de 2003 e 2009 (SANTOS, 2011). Para Carneiro (1997) escolher a agricultura familiar como protagonista da política pública voltada para o desenvolvimento rural, embora com os embaraços da ação pública, é um indicativo de transformações na orientação do governo à agricultura.

Em 1995 foi criado o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), que de acordo com Barreto, Khan e Lima (2005) buscava ofertar as populações mais pobres atividades de geração de emprego e renda e fornecimento de serviços básicos e de infraestrutura. Já em 2002, foi implementado o Programa Garantia Safra, voltado aos agricultores mais vulneráveis, objetivando garantir renda aos agricultores que lidaram com a perda da safra por motivos climáticos, como secas severas e chuvas em excesso (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi instituído o Programa Fome Zero (PFZ) com a finalidade de alterar situações

agudas da miséria com as políticas de transferência de renda, entre estas, destaca-se o bolsa-escola e bolsa-família, como também, políticas estruturais, que incluem a reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar e convivência com o semiárido (SUPLICY, 2003) e com o objetivo de revitalizar os recursos para o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), neste contexto surgiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com o objetivo adquirir a produção da agricultura familiar e realizar a doação para pessoas em níveis de insegurança alimentar.

Neste ano, incluiu-se no Plano Plurianual 2004-2007, o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), este programa foi idealizado para ser gerido em longo prazo, e atender especialmente espaços rurais com problemas sociais e riscos ambientais.

Em 2004, foi o a vez do Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel (PNPB), criado com a finalidade comprar a produção de oleaginosas da agricultura familiar e a inclusão social via geração de emprego e renda (FOSCHIERA, 2008). No ano de 2006 foi implantado o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF) que objetivava assegurar um desconto no pagamento proporcional à diferença entre o preço de mercado no mês de vencimento e o preço de garantia estabelecido (SILVA, 2011).

Em 2009 foi aprovada a Lei 11.947, a qual uniu a alimentação escolar à produção da agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); isto ocorreu pelo fato do programa designar que, no mínimo, 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo Governo Federal aos estados e municípios deveriam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar (VILLAR *et al.*, 2013).

Para a Food and Agriculture Organization of the United Nations (2014) o quadro da fome no país quadro está sendo revertido devido à participação da agricultura familiar nas políticas públicas, ofertando os alimentos de forma justa e diversificada, por meio especificamente do PRONAF, PAA e PNAE, uma vez que a combinação desses programas com a agricultura familiar assegurou o acesso ao mercado, escoamento da produção e a cultura alimentar da população. No período de 1990 a 2012, a população

que se enquadrava na extrema pobreza passou de 25,5% para 3,5%; entre 2001 e 2012. Quanto ao estado nutricional, a prevalência de déficit de altura em crianças menores de cinco anos de idade caiu praticamente à metade entre 1996 e 2006 - de 13,4% para 6,7%. Entre 2004 e 2009 houve uma diminuição em 25% da insegurança alimentar grave no período.

Esse cenário revela a importância de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, que vão além do crédito. Para Maluf (2004, p. 301),

A agricultura de base familiar é a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário. A promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos sob formas sustentáveis. [...] geradoras de ocupação e de renda, em simultâneo à sua condição de ofertantes de alimentos de qualidade e diversificado.

Portanto, agricultura familiar por meio de ações que valorizem e preservem as suas particularidades, ela se torna promotora de transformar realidades.

Desta forma, nesta seção foi descrito o início das políticas públicas para a agricultura familiar, criadas a partir das consequências das políticas agrícolas. Assim, na próxima seção, será apresentado os conceitos que permitem um melhor entendimento sobre a agricultura familiar e a sua importância no país, bem como, suas formas de organização, que se propõe a fortalecer a categoria e buscar interesses comuns.

2.2 Agricultura familiar

A agricultura familiar, segundo estudos de cunho marxista, não iria perdurar devida sua especificidade de serem, simultaneamente, proprietários e mão-de-obra no estabelecimento. Nessa lógica de pensamento, a categoria estava designada ao desaparecimento, seja pela proletarização de uma parte, seja pela mudança em empreendimentos agropecuários no

processo de modernização capitalista (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2007). De acordo com Schneider (2003, p. 113) a vertente marxista sempre esteve focada no desenvolvimento agrário como “um processo macrosocial e econômico sem considerar a resistência das formas familiares e reconhecer a capacidade de adaptação e interação dessas categorias sociais no sistema dominante”.

O processo de modernização da agricultura brasileira gerou inúmeros desequilíbrios, êxodo rural, acúmulo de renda e de terra, exclusão de categorias sociais e de ambientes no processo agrícola (BALSAN, 2006). Neste sentido, ocorreu um olhar estigmatizado do mundo rural, com consequência do efeito do crescimento e intensificação das *commodities* agroindustriais nos mercados externos, pois era visto que tudo o que não se emoldurava no campo do agronegócio e da modernização agrícola era pobre e atrasado (MATTEI, 2014).

Somente na década de 1990 que a agricultura familiar foi legitimada e ganhou espaço sociopolítico, ficando a época marcada por “fatores que foram decisivos para mudar os rumos do desenvolvimento rural” (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004, p.22), com a força de reivindicações e os movimentos sindicais rurais, com destaque para o “I Grito da Terra Brasil”, em 1994 que teve objetivo pleitear a reforma agrária e condições de viver e produzir (GRITO DA TERRA BRASIL, 1994), e com o surgimento do PRONAF constituindo “como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar” (GAZOLLA, 2013, p. 46). Para Abramovay, (1998) o pressuposto básico do PRONAF era de que existe um potencial de geração de renda no meio rural que a sociedade não tem sido capaz de valorizar. De acordo com Conterato (2008) era indispensável debater qual era a função e o espaço dos agricultores, para não correrem o risco de ficar de fora de temas que lhe envolviam, sobretudo em torno da produção agropecuária.

A legitimação da agricultura familiar se deu também com o enfraquecimento de denominações como pequenos proprietários e trabalhadores rurais (CONTERATO, 2004). minifundiários, agricultores de subsistência (NAVARRO, 2010; GRISA, 2012; MATTEI, 2014) atrasada, ineficiente e inadequada (PICOLOTTO, 2011). No entanto com a criação da Lei

11.326 de 24 de julho 2006, que regulamenta o segmento familiar, juntamente com contribuição do setor acadêmico e do Estado, ocorreu a inversão de valores. A Lei 11.326, institucionaliza a categoria, segundo os seguintes critérios: não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; ter mão-de-obra predominantemente familiar; percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo e dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com a família (BRASIL, 2006). Assim, a agricultura familiar passou a ser relacionada a adjetivos como: contemporânea, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos (PICOLOTTO, 2011).

Na academia, o conceito de agricultura familiar é bastante discutido, ainda que seja diverso. Abramovay (1997) aponta que a gestão, propriedade e trabalho familiar devem estar presentes em todas as definições. Segundo alguns autores, a agricultura familiar é entendida como:

Aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente WANDERLEY (1999, p.2).

Forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção ou rentabilidade econômica, mas levam em consideração também as necessidades e objetivos da família. (CARMO, 1999 *apud* TINOCO, 2006, p. 2).

Para Denardi (2001, p. 57) a agricultura familiar é “uma unidade de produção e de consumo e uma unidade de produção e de reprodução social”. Carneiro (1999, p.329) conceitua como “uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”.

O conceito de agricultura familiar abriga diversas situações, contrastando com a agricultura patronal (ALTAFIN, 2007). A heterogeneidade das definições da categoria é comentada por Lamarche (1998, p. 239) em que se apresenta com formas sociais diferentes devido aos diferentes contextos que se encontra,

Em alguns lugares “é a ponta de lança” do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, é mantida e reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades da sociedade como um todo; em outros, é excluída do desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada.

Para Conterato (2004) a heterogeneidade acontece segundo o curso individual do agricultor familiar, já que ele denota de táticas distintas para possibilitar sua reprodução social. Nessa lógica, existem agricultores com condições tecnológicas diferenciadas, mercado variado, com estratégias próprias e com distintos níveis de envolvimento com a sociedade local (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2007).

Comparando com a agricultura patronal, de acordo com Buainain (2014) os fatores diferem, não só a área do estabelecimento, mas, principalmente pelas estimas sociais e pela razão política e econômica que os conduzem, que não é a mesma que essa,

Eles podem ver e valorizar a terra que lhes está cotidianamente perto, diversamente do grande empresário que se relaciona com a terra pela mediação da renda fundiária, de uma abstração. O agricultor a vê como mediação e condição de um modo de vida, pode ver nela a poesia que nela há. Vê também na perspectiva do valor de uso. O grande a vê como instrumento de uma relação racional de interesse, uma relação seca e puramente instrumental. Vê na perspectiva do valor de troca que pode produzir (BUAINAIN, 2014, p. 30).

Estudos apontam que a agricultura familiar é mais eficiente que a agricultura patronal (BINSWANGER, 1989; GUANZIROLI, *et al.*, 2001), uma vez que os membros da família ganham parte dos lucros, e devido a isso têm mais incentivos que os assalariados, como também, pelo fato de não ter custos de busca e de contratação. Além desta vantagem, Mota, Schmitz e Freitas (2007) destacam a maior diversificação dos sistemas de produção e da conservação da biodiversidade; o manejo adequado dos recursos naturais; maior produtividade em áreas menores; valorização cultural e possibilidade de maior proximidade entre consumidores. Outra característica é a contribuição da

agricultura familiar se refere à possibilidade de garantir a segurança alimentar, observada por duas perspectivas: capacidade de ofertar alimentos e a outra capacidade de possibilitar o acesso aos alimentos (ALTAFIN, 2007). Campanhola e Valarini (2001) comentam que a agricultura familiar apresenta vantagem em relação aos demais grupos de produtores na produção de orgânicos, devido à capacidade de diversificação da produção e a redução do uso de insumos externos na propriedade rural, fatores que constituem uma barreira para a agricultura patronal.

A categoria segue o modo de produção multifuncional, uma vez que além de desempenhar a função da produção de alimentos, cumpre atividades como: agroindústria, artesanato e turismo. E ainda, cria maneiras de desenvolvimento rural que sustenta relações benéficas com o ecossistema, possibilita ocupações dignas e estáveis e dinamiza a economia regional (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

De acordo com Conterato (2004) a agricultura familiar tem evidenciado ser uma forma de organização social e econômica com a potencialidade de se reproduzir, e também fortalecer um espaço mercantilizado, seja acessando crédito, ou designando canais de comercialização.

Nessa lógica de pensamento, Sachs (2001, p. 78) aponta que os agricultores familiares se apresentam como “protagonistas importantes da transição à economia sustentável” uma vez que, “ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade”. Constituindo assim uma categoria como a melhor forma de ocupação, pois atende fatores sociais e ambientais, além atender a segurança alimentar.

Guilhoto (2007) constatou que a agricultura familiar contribui para a geração de riqueza, ponderando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país, e cumpre fundamental papel diminuição da desigualdade do campo. Em 2004, o Produto Interno Bruto da categoria familiar nacional atingiu a cifra de R\$ 181 bilhões, dos quais cerca de 44%, ou R\$ 80 bilhões, estavam concentrados na região Sul.

O censo agropecuário de 2006 revela que o número de agricultor familiar, cresceu no decênio entre o censo de 1996, em que passou de 4,1 milhão para 4,5 milhões, significando 87,95% do total de estabelecimentos agropecuários do país. Em 2006 os familiares ocupavam 106 milhões de hectares, 32,3% da área total dos estabelecimentos. Em termos de emprego a agricultura familiar absorvia, em 2006, 13 milhões de pessoas, sendo 78,8% do total da mão-de-obra do campo, apresentando um crescimento de 2,3% (BUAINAIN; SABBATO; GUANZIROLI, 2009).

Não obstante, entre os agricultores familiares, um número significativo é proprietário de um lote menor que 5 ha, tamanho que, na maior parte do país, dificulta exploração dos estabelecimentos agropecuários. A região Nordeste se destaca com a quantidade de minifúndios, 58,9% de estabelecimentos familiares no estrato de menos de 5 ha. Entre estes agricultores, a área média é de 1,7 ha por estabelecimento. Na região Sul, 20% dos estabelecimentos familiares têm menos de 5 ha, 29,6% entre 5 e menos de 20 ha e 23,2% entre 20 e menos de 50 há (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

Mattei (2014), adotando como base os dados também do censo agropecuário de 2006, observou que ocorreu um crescimento expressivo da agricultura familiar no contexto produtivo, já que a categoria denota a responsabilidade de produzir 87% da produção total de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% da produção de milho; 34% da produção de arroz; 38% da produção de café; e 58% da produção de leite, como também, 59% do plantel de suínos; 50% do plantel de aves; e 30% do plantel de bovinos. No entanto, o valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários do país, a agricultura correspondeu por 40% do valor total. 72% do valor da produção total da agricultura familiar correspondia a produção vegetal, com predomínio das lavouras temporárias.

Os estabelecimentos familiares têm importância na participação nas receitas totais geradas pela venda de húmus (64%), de produtos não agrícolas como artesanato e tecelagem (57%), de produtos da agroindústria

(49%), da prestação de serviços à integradora (47%) e do comércio de animais (43%) (FRANÇA, 2009).

No o contexto brasileiro, para Abramovay (2003) *apud* Cazella, Bonnal e Maluf, (2009) espera-se, entre outras coisas, que os espaços rurais onde predominam a agricultura familiar sejam capazes de induzir um estilo de desenvolvimento rural mais sustentável, mais justo e gerador de novas oportunidades econômicas.

2.2.1 Formas de organização da agricultura familiar: o associativismo e cooperativismo

As raízes do associativismo e cooperativismo ocorreram na revolução industrial por trabalhadores, no primeiro momento como forma de resistência à exploração do trabalho, e depois, como exercício ativo da cidadania (AGUIAR, 2007). No entanto, a lógica da organização da sociedade é datada desde as sociedades primitivas, pela busca de alimento ou cooperação do trabalho. A prática hoje é desenvolvida em busca de conquistas, transformação política, cultural, econômica e social.

Uma associação é uma sociedade civil constituída por indivíduos que tiveram o objetivo de se organizar para buscar seus interesses de forma democrática. Sua existência é devida aos engajados possuir um mesmo propósito e trabalhar em grupo para a realização desse objetivo (PEDROSO; CLEPS JÚNIOR, 2008). De acordo com Coelho (2008, p. 8), “as associações representam interesses e, geralmente, são constituídas de forma espontânea”. Para (HESPANHOL, 2007, p. 4), elas “podem desempenhar funções tanto de representação de interesses dos agricultores junto a outras instâncias de poder, como de prestação de assistência social e serviços aos seus associados”.

No ambiente rural, de acordo com Almeida (2014) uma maneira de tentar superar os efeitos negativos da modernização da agricultura brasileira, como consequências sociais e ambientais, enfraquecimento das pequenas propriedades, aumento da produção em larga escala, dentre outros

problemas da questão agrária brasileira, tem sido as práticas associativas. Para Silva e Barone (2009) a participação dos agricultores em organizações associativas é capaz de modificar ou transformar a realidade, ou se adaptarem a ela. Nessa conjuntura, a organização em associações representa uma das maneiras mais viáveis de sustentação dos estabelecimentos rurais.

As associações dão atenção a negociações, âmbitos locais, às iniciativas e multiplicidade de atores, promovendo, assim o desenvolvimento local (LACERDA, 2002). No entanto, para que esta questão seja resolvida é preciso ações governamentais que busquem equilibrar o ambiente que estão inseridos, focando no território e na sociedade. Corroborando com Coelho (2008, p.4),

As organizações de tipo associativo são o eixo nuclear de qualquer política de desenvolvimento, na medida em que constituem um pilar decisivo na construção de solidariedades, são a expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia e da cidadania. As associações voluntárias, movidas por fins e metas que não se traduzem na obtenção de lucro, geralmente englobam, na sua estrutura, a presença de voluntários, que se mobilizam para concretizar fins sociais.

Para que o associativismo seja viabilizado, Souza (1995) *apud* Lazzarotto (2002) aponta que é importante observar três princípios fundamentais: 1) a determinação de interesses comuns; 2) o cumprimento às possibilidades e às barreiras de cada um; 3) a análise e o aprofundamento da participação, uma vez que, associar-se constitui união e criar uma realidade nova.

O associativo define não só direitos e deveres, inteiramente pautados nas relações de trabalho, mas especialmente “padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida, vem sendo amplamente discutido” (LEONELLO; COSAC, 2009, p.2).

Não obstante, o cooperativismo é caracterizado como um processo associativo pelo qual os indivíduos reúnem capacidades de produção, consumo e poupanças, para crescerem socialmente e economicamente, desenvolvendo um melhor padrão de vida (GONÇALVES, 2005). A distinção

principal entre associações e cooperativas está na natureza dos dois processos.

Enquanto as associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses da classe, resumidamente; as cooperativas têm finalidade de prestar serviços e gerar renda ao produtor, através da colocação de seu produto no mercado consumidor final (MINATEL; BONGANHA, 2015).

A organização social por meio do cooperativismo respeita a individualidade da forma de trabalhar de cada agricultor/família, na sua maneira em que dispõe de condições de se inserir na sociedade com maior poder de organização e negociação (DALBELLO; FRANZ, 2006). Sendo definida como,

Uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (BRACAGIOLI; GEHLEN, OLIVEIRA, 2010, p. 64).

De acordo com Lauschner (1994), o cooperativismo tem função significativa na agricultura, apoiando os agricultores a alcançarem suas metas na lavoura. Ela busca maximizar o trabalho sobre o capital, constituindo-se como é uma associação socioeconômica de pessoas que com a finalidade de produzir bens e serviços. Para o autor ele assegura o poder econômico semelhante para todos, oferecendo um voto por associado; opera apenas ao nível dos custos, eliminando o lucro, assegurando que o excedente gerado; garante remuneração fixa ao capital em forma de juros e têm finalidade exclusivamente beneficiar os associados.

Os princípios do cooperativismo segundo (GAWLAK; RATZKE, 2001 *apud* RIBEIRO, 2012), são: a adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade. Baseados na ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

Os motivos para o passo da criação de uma cooperativa no meio rural podem ser variados, como: o esforço de eliminar o escoamento da produção por meio de atravessadores, facilitar o acesso ao mercado, adquirir insumos a preços justos, promover registros, como marcas, patentes e rótulos, gerar nota fiscal e uma melhor assistência técnica; com a finalidade de obter produtividade, redução de custos e melhor competitividade da atividade produtiva (ANDRADE; ALVES, 2013). No entanto, no mesmo sentido da associação, de acordo com Ribeiro, Nascimento e Silva (2013), para que ele se tornar eficiente, é importante o engajamento dos atores locais, de modo que se tornem protagonistas.

Com base neste embasamento, que norteiam a compreensão da agricultura familiar e sua forma de organização, será tratado na próxima seção o PAA, objeto de estudo desta pesquisa, a fim de expor suas características e sua evolução nos anos de 2011 a 2014.

2.3 O PAA: descrição e caracterização por regiões de 2011 a 2014

O PAA é caracterizado pela associação de duas políticas, a agrícola e a de segurança alimentar e nutricional. Como política agrícola ela propõe comprar a produção de agricultores enquadrados no PRONAF, possibilitar a promoção de canais de comercialização para a produção familiar e, especialmente, incentivar os agricultores a venda da produção excedente. Como política de segurança alimentar e nutricional objetiva sustentar a regularidade dos estoques de alimentos para atender cozinhas comunitárias, restaurantes populares, bancos de alimentos, creches, asilos, instituições filantrópicas e outras demandas de caráter governamental ou não, voltado para pessoas com situação de insegurança alimentar e nutricional (GRANDO; FERREIRA, 2013).

O programa, considerado como uma das ações específicas do PFZ, foi sancionado pela Lei de nº 10.696 de 02 de julho de 2003 e se apresenta com os seguintes objetivos:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012a).

Nessa conjuntura, Müller, Fialho, Schneider (2007) acreditam que o PAA provoca expectativas entre os executores de políticas governamentais, agricultores, instituições intermediárias e, sobretudo, por estudiosos, uma vez que se propõe a atuar no âmbito da comercialização da produção familiar e a doação de alimentos para pessoas pelas ações de cobertura social.

A gestão e os recursos orçamentários destinados ao PAA são do MDS e do MDA. Atualmente, de 2014 até os dias de hoje, o PAA se divide em seis modalidades, cada um com sua característica e funcionalidade de acordo com o MDS (2014):

- a) Compra com Doação Simultânea (CDS): constituída pela compra da produção da agricultura familiar e a doação às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e à rede pública e filantrópica de ensino;
- b) Compra Direta: compra de produtos específicos, com o objetivo de sustentar preços, atender às demandas de programas de acesso à alimentação, às necessidades das redes socioassistenciais e para constituir estoques públicos;

- c) Formação de Estoques: tem como finalidade apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção. Posteriormente, esses alimentos são comercializados pela organização de agricultores para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público;
- d) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite: adquire dos agricultores familiares o leite de vaca e leite de cabra e distribui para famílias que estejam em vulnerabilidade social, sem nenhum custo para elas.
- e) Aquisição de Sementes: comprar sementes, mudas e materiais propagativos de organizações da agricultura familiar e as destinar a agricultores familiares;
- f) Compra Institucional: possibilita os órgãos União, Estados, Distrito Federal e Municípios adquirir os alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas de consumo de alimentos, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

Na modalidade PAA Leite, os estados conveniados com o MDS são responsáveis por contratar os laticínios, estes que por sua vez realizam o recebimento, a coleta, a pasteurização, o acondicionamento e o transporte do leite para os pontos de distribuição em locais pré-definidos (VALADARES; SOUZA, 2015).

Destas modalidades descritas, no período 2011-2014, a CDS apresentou o maior montante em todas as regiões brasileiras, representando 76,21% do total dos recursos, englobando, entre os anos de 2011 a 2014, 403.815 produtores fornecedores. O Nordeste recebeu o maior valor da CDS representando 20,16% do total aplicado, seguido do Sudeste 19,80% e Sul 9,60%, com ênfase para os estados da Bahia, São Paulo e Paraná. Em seguida, se destaca a modalidade PAA Leite, com recursos do MDS, deteve do

montante de R\$ 276.043.960,02, o que representa 13,25% do total, nesta modalidade, a região Nordeste liderou com 67,45% dos recursos.

De acordo com Viana e Viegas (2009, p. 150), a CDS é a que mais tem obtido recursos do programa pelo fato de “esta modalidade permitir aquisição ao longo de todo o ano e contemplar maior diversidade de produtos [...] a participação do agricultor pode ocorrer com a movimentação dos produtos que ele já dispõe”.

O programa possui um Grupo Gestor formado por um representante do MDS, MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Fazenda e do Ministério da Educação (MEC) que têm a finalidade no programa de apresentar a metodologia para a definição dos preços dos produtos dos agricultores; as condições de venda dos produtos adquiridos; as condições de doação dos produtos adquiridos; as condições de formação de estoques públicos; os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores; as condições para a aquisição e doação de sementes, mudas e outros materiais propagativos e outras medidas necessárias para a operacionalização (BRASIL, 2012a).

A execução é feita pelos estados, pelos municípios e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), ou seja, estes são os que, com recursos financeiros do Governo Federal, adquirem alimentos dos agricultores familiares, variando de acordo com a modalidade, como é possível observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Limites anuais, fonte de recursos e executores do PAA por modalidade.

Modalidade	Limites (R\$) (individual)	Limites (R\$) por Organização	Fonte de recursos	Executor
Doação Simultânea	6.500,00	2.000.000,00	MDS	CONAB, estados e municípios.
Doação Simultânea (via organização)	8.000,00			

Continuação da Tabela 1.

PAA Leite	4.000,00 por ³ semestre	-	MDS	Estados da região Nordeste e Norte de Minas Gerais.
Compra Direta	8.000,00	500.000,00	MDS/MDA	CONAB
Apoio à Formação de Estoques	8.000,00	1.500.000,00	MDS/MDA	CONAB
Compra Institucional	20.000,00	6.000.000,00	Proponente e	Estados ou órgãos
Aquisição de Sementes	16.000,00	6.000.000,00	MDS	CONAB

Fonte: BRASIL (2014a).

Dentre estes executores a CONAB foi quem realizou o maior valor de aquisição, podendo ser explicado pelo fato de deter de mais modalidades. Na análise do período de 2011 a 2014, verificou-se que esta executora, com recursos do MDS, possuiu o maior montante de recursos, 57,72% do total repassado, como mensurados na Tabela 2. . A CONAB tem o papel de promover a divulgação do programa por meio de palestras e reuniões, explicando os instrumentos de aquisição e as condições de participação.

Tabela 2 – Recursos federais repassados para o PAA, por executores, no período de 2011 a 2014 (em milhões R\$).

	2011	2012	2013	2014	Total por executor
Estado	49,70	55,32	71,50	64,43	240,95
Estado- PAA Leite	157,94	137,70	107,45	70,04	473,13
Município	41,53	59,62	40,15	64,04	205,34
CONAB - R\$ MDS	385,04	539,40	204,50	306,20	1.435,14
CONAB - R\$ MDA	33,80	47,20	20,04	31,80	132,84
Total por ano	668,01	839,24	443,64	536,51	

Fonte: SAGI (2015).

Os estados, por sua vez, também tiveram uma participação expressiva na aplicação dos recursos do PAA, 28,67% do total no período, sobretudo por serem os únicos executores do PAA-leite, que denotou 19,01%

³ Caso este valor não seja utilizado totalmente no semestre, não poderá ser compensado no semestre seguinte.

dos recursos totais. Os municípios apresentaram baixa participação em termos de recursos aplicados, variando entre 1,67% e 2,58% de 2011 a 2014.

Ao observar a Tabela 3, percebe-se ainda, em números brutos, que o ano de 2012 apresentou o maior valor de recursos comparado aos anos seguinte, já o ano de 2013 foi marcado pelo menor repasse financeiro, ocasionando uma queda de 47,19% de recursos.

A publicação do IPEA (2015, p. 408) relata que esses baixos valores repassados em 2013 “pode comprometer parte dos esforços já realizados pelo PAA [...] além de todo o trabalho realizado na articulação local entre produtores e unidades receptoras beneficiadas com entrega dos alimentos”. Leva-se em consideração que esse fator é limitante, apresentando como uma ameaça aos interesses dos grupos sociais envolvidos e implicando diretamente no planejamento de toda uma cadeia produtiva dos fornecedores. Becker e Sacco dos Anjos (2012) apontam que o PAA se caracteriza como uma política instável, pois, embora tenha sido criado como um programa prioritário, ainda não possui *status* de programa orçamentário. Não obstante, é necessário salientar que os problemas orçamentários do PAA podem estar diretamente relacionados ao desempenho da política macroeconomia.

Na participação dos estados e municípios: o MDS firma um Termo de Adesão, formato que antes era feito por meio de convênios, trabalhando com o agricultor no formato individual. No caso da CONAB: firma Termos de Cooperação com o MDS e com o MDA, trabalhando com as cooperativas e associações da agricultura familiar (MDS, 2014). De acordo com Mattei (2007) os executores deverão cumprir obrigações para poder estar aptos a receber recursos.

Para que as cooperativas e associações da agricultura familiar participem do PAA fornecendo alimentos por intermédio da CONAB, estas devem apresentar Proposta de Participação no PAA, sendo cadastrada na plataforma do PAA net, concluída a proposta, essa estará apta a ser analisada pela equipe técnica do MDS. A partir dessa análise, a proposta poderá ser aprovada, reprovada ou encaminhada para revisão, sendo que nos dois últimos casos será apresentada pelo MDS uma justificativa.

Para Valadares e Souza (2015) o papel das cooperativas e associações de produtores, no processo de entrada no PAA, funções burocráticas e cadastro da proposta de participação junto às unidades recebedoras, retiram os agricultores do cumprimento individual dessas exigências, que muitas vezes não possuem condições suficientes para estas questões. Assim, a participação das organizações vem se mostrando fundamental para garantir a permanência dos agricultores.

Na definição dos alimentos a serem adquiridos, o MDS leva em consideração os hábitos alimentares da região e as especificidades do público a ser atendido. O volume dos alimentos do grupo dos açúcares e panificados não devem ser superiores a 15% do volume de produtos a serem adquiridos ou do montante disponibilizado para essa aquisição (MDS, 2014).

Para o período de 2011 a 2014, houve um destaque para os grupos do leite e derivados, com 38,25% do total de volume de aquisição, estes provenientes, na sua maioria (68,74%), da região Nordeste, especificamente do estado de Pernambuco. As hortaliças com representatividade de 22,53%, adquiridos 42,65% Sudeste no período, com destaque para o estado de São Paulo. As frutas estão na sequência, com 17,03%, sendo que 36,33% advindo novamente da Região Nordeste, maioria da Bahia. E, por último, o grupo dos cereais e leguminosas, com participação de 10,32%, sendo destaque para a Região Sul, com 61,21%, com concentração no Rio Grande do Sul. Nos anos de 2011 a 2014 estes grupos mantiveram suas posições dentre as maiores aquisições do PAA (SAGI, 2015).

O preço dos produtos do PAA é definido pela média de três pesquisas de preços praticados no mercado atacadista local ou regional, apurados nos últimos 12 meses, posteriormente, são calculados as médias de cada estabelecimento, e a partir destas três é que é calculada a média final, fixando assim, o preço do produto. No caso dos agroecológicos, se não houver a possibilidade de realizar os passos acima, pode-se acrescentar até 30% ao preço dos equivalentes produtos convencionais (BRASIL, 2013). O preço tem validade de doze meses, no entanto, se ocorrer significativa alteração de valor

no mercado, os beneficiários fornecedores poderão solicitar à Unidade Executora alterações nos valores em vigor, de forma justificada (MDS, 2014?)

O PAA é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS. O controle e participação social no programa acontecem por meio dos conselhos de segurança alimentar e nutricionais nas esferas nacional, estadual e municipal, competindo a eles a elevação de uma maior participação dos beneficiários. O controle social tem a função de participar ativamente do programa, ser uma instância de participação do público beneficiário do programa; acompanhar a elaboração da Proposta de Participação, seleção dos beneficiários fornecedores e das entidades receptoras dos alimentos, como também, informar ao MDS e ao executor possíveis irregularidades que virem a surgir no programa (MDS, 2014).

Para participar do programa os fornecedores devem estar enquadrados no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece os critérios da agricultura familiar e possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), enquadrados nos grupos “A”, “B”, “A/C” e “V”, como classificados na Tabela 3 (BRASIL, 2014a). A DAP é um documento que qualifica a pessoa como da agricultura familiar, ela é obtida pela Assistência Técnica e Extensão Rural ou as Federações e Confederações de Agricultores, por meio de seus sindicatos (MDA, 2012). O programa prioriza na participação as mulheres, povos e comunidades tradicionais, assentados, quilombolas e indígenas. Especificamente na modalidade CDS, é necessários atingir no mínimo 40% da participação das mulheres participação, como também 5% devem ser agricultores que forneçam produtos agroecológicos (MDS, 2014).

No caso da modalidade PAA Leite, deverão ser priorizados os agricultores familiares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico . Os agricultores para participar desta modalidade além de possuir a DAP, devem comprovar a vacinação dos animais e produzir no máximo 150L de leite por dia.

Tabela 3 – Caracterização dos Grupos A, A/C, B e V do PRONAF.

Grupo	Perfil
A	Assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento por meio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não alcançaram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.
A/C	Agricultores familiares egressos do grupo “A” ou que já contrataram a primeira operação no grupo “A”, que não contraíram financiamento de custeio, exceto no próprio grupo A/C.
B	Beneficiários cuja renda bruta familiar anual não seja superior a R\$ 20 mil e que não contratem trabalho assalariado permanente.
V	Todos os outros que se enquadrem como agricultores familiares.

Fonte: GALINDO, (2015)

Na participação dos fornecedores, em nível nacional houve uma redução 33,01% no número de fornecedores de 2011 para 2014 e nas regiões, o Nordeste se apresenta com maior número de fornecedores, sendo que no ano de 2011 participou com 46,49% total de fornecedores participantes no PAA e, em 2014, com 37,91%, como apresentado na Tabela 4. No entanto, é possível observar que queda ocorreu especificamente no ano de 2013.

Tabela 4 – Número de fornecedores no PAA por região brasileira, nos anos de 2011 a 2014.

Regiões	2011	2012	2013	2014
	Fornecedores	Fornecedores	Fornecedores	Fornecedores
Centro-Oeste	7.452	10.790	5.264	5.779
Nordeste	74.400	75.129	41.936	40.640
Norte	11.466	12.071	7.326	12.095
Sudeste	36.420	46.035	19.469	29.225
Sul	30.272	46.457	15.739	19.453
Total por ano	160.010	190.482	89.734	107.192

Fonte: SAGI (2015).

Estes números ainda refletem a pouca abrangência do PAA, pois, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2006), existiam cerca de 4,4 milhões de estabelecimentos caracterizados como sendo da agricultura familiar.

De acordo com IPEA (2015) especialmente em modalidades do PAA CONAB, observou-se que houve diminuição em todas as regiões do país, em termos de número de produtores participantes e de recursos investidos, entre os anos de 2012 e 2013. No Sul, a queda foi de 82% no total de agricultores, já no Nordeste, a queda foi de 63%; no Sudeste, de 60%, e em regiões em que o PAA não detém um grande número de participantes, como o Norte e o Centro-Oeste, as reduções foram 47% e 52% de participantes, respectivamente.

Na busca pelo perfil destes fornecedores apurou-se que, nos anos de 2011 a 2014, 64,08% foram homens e 32,92% mulheres, o que equivale a 522 mil homens e 172 mil mulheres. De 2011 para 2014 a porcentagem de participação das mulheres aumentou 18,08%. Por grupo do PRONAF, detectou-se que as regiões diferem quanto ao enquadramento nas categorias. Na região Centro-Oeste, nos anos de 2011 a 2014, a maioria dos fornecedores (56,16%) se enquadrou na categoria V do PRONAF, já na região Nordeste, o grupo com maior representatividade de produtores fornecedores foi o Grupo B, com 79,32%; no Norte, Sudeste e Sul do país, o grupo V se destacou em nível de participação, com 45,43%, 56,35% e 82,16%, detendo em conjunto 184.586 produtores.

Em todas as modalidades os participantes devem possuir produção própria, sendo critério primordial na participação e, apresentar produtos de qualidade que atendam nas normas sanitárias e de higiene, como, os produtos de origem animal deverão atender as normas de fiscalização do Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal e Produtos de origem vegetal e demais: os produtos deverão atender as normas de identidade e qualidade do MAPA e da Vigilância Sanitária, no que couber.

De acordo com Prezotto (2013, p. 7) a legislação destas normas é complexa, com participação de diversos órgãos e serviços. Com a divisão de cada serviço: o Serviço de Inspeção Federal (SIF) possibilita que os estabelecimentos registrados no SIF comercializarem seus produtos no país e no exterior; o Serviço de Inspeção Estadual (SIE): os estabelecimentos de registrados podem comercializar seus produtos apenas dentro do estado de referência e por último o Serviço de Inspeção Municipal (SIM): os

estabelecimentos registrados em um SIM podem vender seus produtos apenas dentro do seu município. Não obstante, o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Vigilância Sanitária devem “regulamentar e verificar o uso de aditivos em alimentos, os limites de contaminantes em geral, os parâmetros microbiológicos máximos em alimentos e os resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários”.

Além dos fornecedores, os atendidos também são: os consumidores, que são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional; a rede socioassistencial, pelos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, como os restaurantes populares, cozinhas comunitárias, rede pública e filantrópica de ensino e pelas demais ações de alimentação e nutrição financiadas pelo Poder Público; e as unidades receptoras, aqueles responsáveis por receber os alimentos adquiridos pelo PAA e pela distribuição aos consumidores (BRASIL, 2012a).

No caso da modalidade PAA Leite, o atendimento é feito a famílias cadastradas no CadÚnico, e, assim, que tenham o Número de Identificação Social (NIS). As famílias beneficiárias por meio do PAA Leite poderão receber até 07 litros de leite por semana, se ocorrer de possuir além de um membro cadastrado, poderá receber até 14 litros de leite por semana. O público consumidor deve se enquadrar nos critérios abaixo:

- I) gestantes, a partir da constatação da gestação pelas Unidades Básicas de Saúde e que façam exame pré-natal;
- II) crianças de dois a sete anos de idade, que possuam certidão de nascimento e estejam com o controle de vacinas em dia;
- III) nutrizes até seis meses após o parto e que amamentem, no mínimo, até o sexto mês de vida da criança;
- IV) pessoas com sessenta anos ou mais; e
- V) outros, desde que justificado e autorizado pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN (BRASIL, 2012a).

Na identificação das Unidades Receptoras, é necessário analisar a capacidade de armazenamento e o público alvo, adequando o tipo de alimentos à demanda (MDS, 2014).

Como já mencionado, o programa atende as pessoas em níveis de insegurança alimentar por meio de instituições socioassistenciais, desta forma de 2011-2014 o PAA alimentou cerca de 256 milhões pessoas. Na Tabela 5 é possível observar os números de instituições engajadas no PAA neste mesmo período.

Tabela 5 – Número de instituições por região brasileira nos anos de 2011 a 2014.

Regiões	2011	2012	2013	2014
Centro-oeste	1.546	2.011	1.153	1.703
Nordeste	9.476	8.291	4.510	5.316
Norte	2.924	3.320	1.651	1.457
Sudeste	3.077	3.159	862	1.973
Sul	5.006	4.596	3.493	167
Total por ano	22.029	21.377	11.669	10.616

Fonte: SAGI (2015).

Verifica-se que, em 2011, o PAA abrangeu 22.029 entidades nos seus diferentes tipos de atividades, representando 33,53% do total do período, esse valor é significativo ao considerar que 20.976.657 pessoas foram atendidas. Em 2014, foram 10.616 entidades, o que representa 16,16% do total de entidades, e 201.964.332 consumidores, comparando estes anos, examina-se que houve uma queda de 51,51% de entidades e um aumento expressivo nos número consumidores, 89,81%. Das regiões, a Nordeste deteve 39,47% do total de entidades engajadas no PAA no período, em segundo a Sudeste com 27,34%, sendo que, nesta região, houve uma queda de 51,81% da quantidade de entidade beneficiadas, entre 2011 e 2014.

Estas entidades, por sua vez, desenvolveram trabalhos assistenciais em diversas áreas, como: abrigos, albergues, casa de passagem, amparo de criança, amparo de deficientes, amparo de idosos, associações beneficentes, comunitárias, cozinhas comunitária, restaurante popular, creche, pré-escola, escolas, entidade de amparo a mulheres, mães, necessidades especiais, entidades religiosa e hospitais. As que desempenharam funções de caráter educacional, tais como creche, pré - escola e escolar, lideraram em

quantidade de entidades no recorte aqui estudado, representando cerca de 52,80% do total de entidades.

Concomitante, na entrega dos produtos as instituições e as unidades recebedoras, o técnico do PAA no município fica responsável pelo recibo de entrega dos alimentos, já a CONAB, têm o papel de pesar e analisar os produtos quanto à qualidade e quantidade, no ato da entrega as instituições recebedoras assinam um Termo de Recebimento e Aceitabilidade. Ressalta-se que todas as aquisições de alimentos são resguardadas pelo documento fiscal, cujas informações são fundamentais para o processamento do pagamento aos beneficiários fornecedores (MDS, 2014).

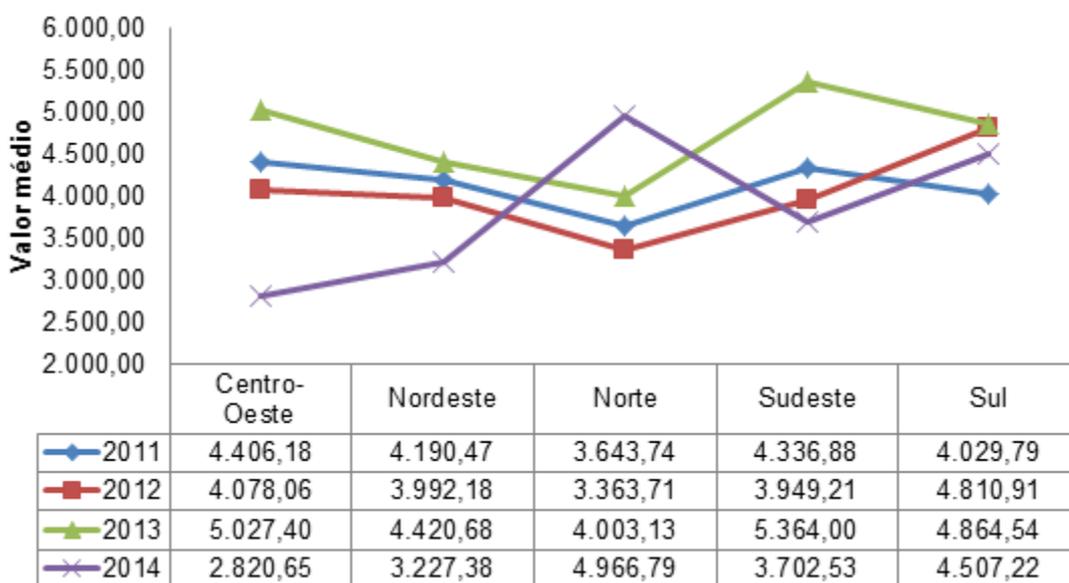
Este pagamento deve ser precedido da comprovação, pela Unidade Executora. No caso dos estados e municípios que firmaram o termo de adesão o pagamento feito diretamente aos agricultores de forma individual, por meio de um cartão bancário para o recebimento dos recursos do PAA, sem a necessidade do repasse para o estado e ao município. No caso das modalidades executadas pela CONAB, o recurso é repassado para as organizações, estas que por sua vez, para uma conta em que na medida em que forem ocorrendo às entregas e feita a prestação de contas o dinheiro é liberado para livre movimentação.

No que concerne aos valores recebidos por fornecedor por meio do PAA, a região Norte, nos anos de 2011 a 2013 se apresentou com os fornecedores que menos receberam recursos do programa, somando um montante de apenas R\$ 11.010,58 no triênio por fornecedor, no entanto, o valor que em 2013 era de R\$ 4.003,13 por produtor fornecedor, em 2014, aumentou R\$ 963,66. Em seguida, vem a região Nordeste, embora tenha se destacado nos segmentos até aqui apresentados, os seus fornecedores ainda estiveram entre os menos capitalizados pelo programa, de 2011 a 2013 os produtores participantes do PAA da região receberam R\$ 12.603,34 no total, quando em 2014 o valor por fornecedor cai R\$ 1.193,30.

O fato de a região Norte estar em primeiro lugar cujos agricultores menos receberam recursos do PAA, pode ser explicado por ser uma região marcada pela agricultura em larga escala, baixo número de agricultores

familiares e pela pecuária, já o Nordeste pode estar aliado à expressiva participação ligada à estrutura fundiária dos estabelecimentos, ou seja, caracterizada por pequenas propriedades rurais, onde há muitos agricultores envolvidos, porém ofertando poucos alimentos. De acordo com o IBGE (2009), esta região tem a menor área média por estabelecimento da agricultura familiar, 13 hectares. Na Figura 1, é possível identificar detalhadamente os valores médios por região, nos anos de 2011 a 2014.

Figura 1 – Valor médio anual (R\$) por fornecedor do PAA nas regiões brasileiras de 2011 a 2014.



Fonte: SAGI, (2015).

Verifica-se que todas as regiões sofreram variações nos valores com o passar dos anos, seja para mais ou para menos: a região Centro-Oeste, em 2011, apresentou o maior valor médio recebido pelos fornecedores, em 2014 denotou como a região com o menor valor médio, sofrendo uma queda de 35,98%, se tornando a região com o menor valor médio recebido no ano. O Sudeste, em 2011, já em 2014 esse valor caiu 14,62%. Os fornecedores do Sul foram os que menos sofreram com as oscilações do PAA, a região, por sua vez, se destacou com o maior valor médio nos anos de 2011 a 2014, R\$ 18.212,46. No que se referem aos estados, os que se apresentaram os

maiores valores no período estudado, média de R\$ 5.100,00 por fornecedor, foram: Alagoas, São Paulo, Amapá, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. No entanto, os agricultores mais capitalizados do PAA se encontram no Rio Grande do Sul, onde alcançou R\$ 23.984,04, entre os anos de 2011 e 2014, uma média de R\$ 5.996,01 por ano.

É preciso evidenciar que esses valores são recebidos por ano, e que o PAA é a principal fonte de renda de muitos agricultores espalhados pelo Brasil, como retratado pelos autores (PLEIN; FILIPPI, 2012; ABREU, 2012; SILVA SEGUNDO, 2014).

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa se configura como descritiva, na qual, segundo Gil (2002), o objetivo principal deste tipo de investigação é a descrição das representatividades de determinada população ou fenômeno ou, então, a formação de relações entre variáveis. É ainda exploratória, que se apresenta a fim de “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2002, p.41).

O presente trabalho adota uma metodologia qualitativa e de caráter descritiva quantitativa. Optou-se por esta abordagem avaliando a contribuição para a ampliação do conhecimento acerca da obtenção de informações do PAA no município de Monteiro. A pesquisa qualitativa para Godoy (1995, p. 58), “envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos”. Fundamenta-se de questões de interesse amplos. Enquanto a pesquisa quantitativa se configura com uma abordagem com precisão e automaticidade, onde o pesquisador busca reconhecer os elementos representantes do objeto estudado (PORTELA, 2004). A junção de ambas as abordagens propicia garantir a precisão dos resultados e possibilita discussões de ordem avaliativa e analítica, a fim de expor, em condições mais amplas o objeto estudado.

Assim sendo, este estudo envolveu levantamento bibliográfico e de dados secundários e primários (pesquisa de campo), com o propósito de compreender o tema da investigação, mensurar a realidade estudada, como também, proporcionar o alcance das informações diretamente com sujeitos da pesquisa. Para Gonsalves (2007, p.68), a pesquisa de campo “é aquela que exige do pesquisador um encontro mais direto. Neste caso o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre – ou ocorreu – e reunir um conjunto de informações a serem documentadas”.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de agosto a outubro de 2015 e janeiro de 2016. Para tanto, a busca por essas informações se deu por meio de aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003) o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que possibilita obter respostas mais rápidas e mais precisas e fornece respostas que materialmente seriam inacessíveis. Já a entrevista permite ao pesquisador levantar “informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados” (DUARTE, 2004, p. 215).

A busca dos sujeitos da pesquisa, ou seja, a amostragem foi por meio da metodologia *Snowball sample* (“Bola de Neve”), que de acordo com Baldin e Munhoz (2011), é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas em que os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam outros participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O método de amostragem em bola de neve apresenta vantagem, quando possibilita ao pesquisador localizar populações que ele não conseguiria por meio de outros métodos e como desvantagem o pouco controle do pesquisador sobre o método amostral, tende em vista que os novos indivíduos da pesquisa dependem dos que já estão presentes na amostra (DEWES, 2013).

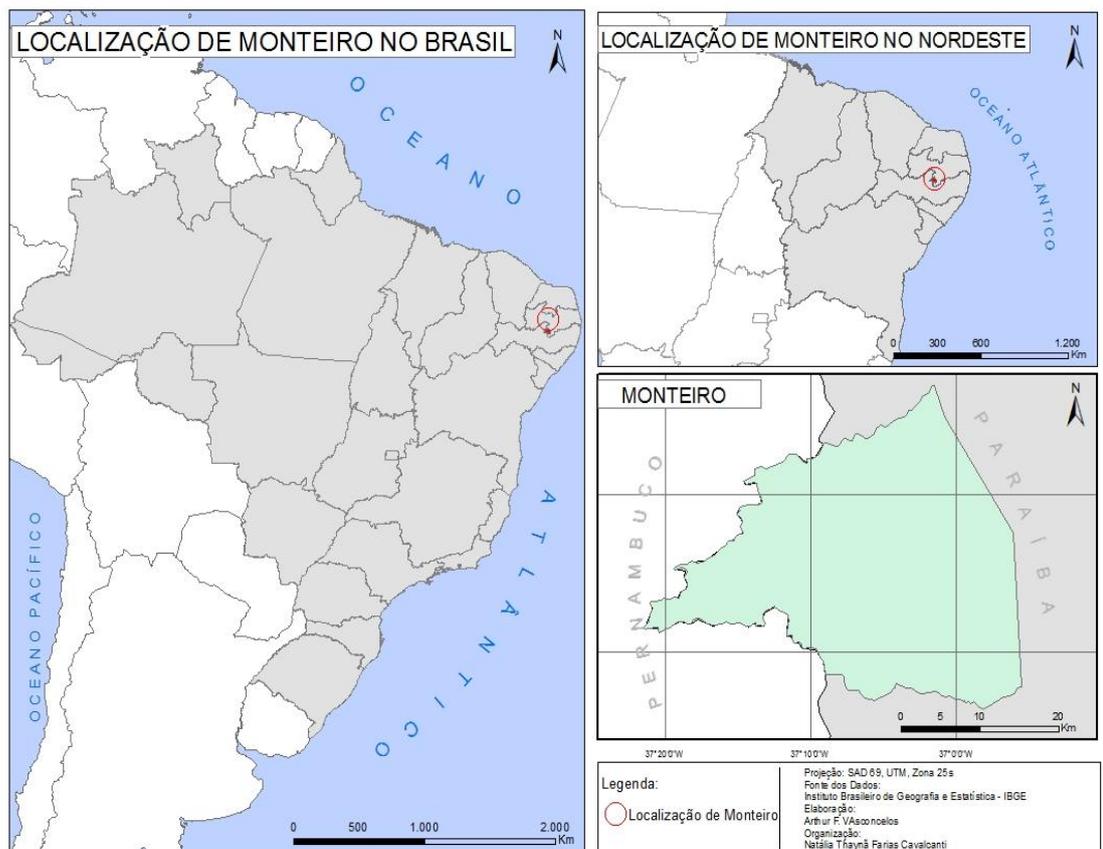
O recorte temporal da investigação ocorreu entre dos anos de 2011 e 2014 a fim de identificar a evolução e panorama do PAA em termos de recursos, como também, do impacto ocasionado aos que fizeram parte do programa neste tempo.

3.2 Área de estudo

Historicamente, o município de Monteiro foi erguido no final do século XVIII, onde se estabeleceram fazendas de criação de gado. Em 1800 ocorreu a construção da capela de Nossa Senhora das Dores, distante 300 metros da margem do rio do Meio, e mais de 40 anos depois, a fertilidade do solo começou atrair muitos habitantes e, em pouco tempo, havia ali um povoado que foi denominado de Povoação da Lagoa. Posteriormente, em homenagem ao seu fundador, recebeu o nome de Alagoa do Monteiro. Em 1921, Alagoa do Monteiro recebeu foros de Cidade, passando a chamar-se, Monteiro (IBGE, 2010).

O município está situado na Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano (Figura 2), a qual é uma das mais secas do estado, sendo considerada de elevada fragilidade e vulnerabilidade frente às condições edafoclimáticas. Possui uma população de 30.852 habitantes, sendo 10.591 habitantes residentes na zona rural, o que representa 34,33% da população total, e área territorial de 986,356 km², constituindo o maior município do estado da Paraíba (IBGE, 2010), e faz limite com municípios paraibanos de Sumé, Prata, Camalaú, Zabelê e São Sebastião do Umbuzeiro e com os municípios pernambucanos de Sertânia, Iguaraci e Tuparetama.

Figura 2 – Localização do Município de Monteiro, PB.



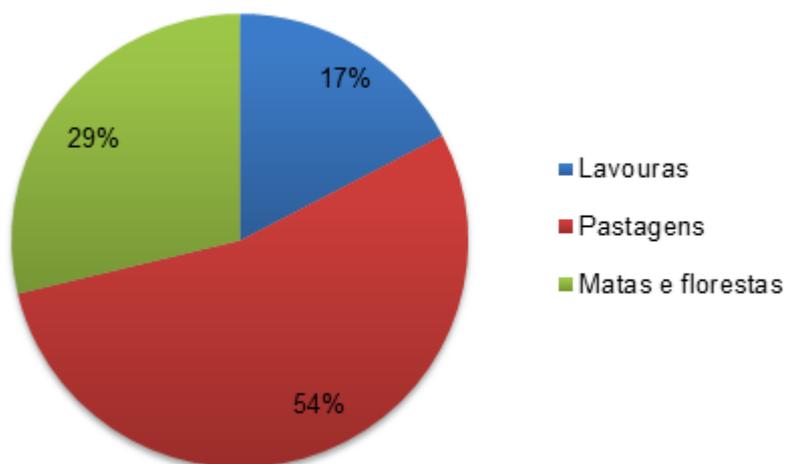
Fonte: Elaborado pela autora.

A temperatura média anual da microrregião do Cariri é 26°C, com médias mínimas inferiores a 20°C, e a umidade relativa do ar em torno de 75% (Barbosa, *et al.*, 2007). O clima na região do Cariri é semiárido quente, os rios são intermitentes ou temporários, devido à escassez de chuvas. Os solos da região são pedregosos com reduzida capacidade de retenção hídrica (LUCENA; PACHECO, 2009). O Cariri caracteriza-se com o predomínio do bioma caatinga, apesar de sua biodiversidade ainda ser mal conhecida é mais diversificado do que qualquer outro bioma o qual esteja exposto às mesmas condições de clima e de solo (SILVA *et al.*, 2003).

Na Figura 3, é possível identificar que o tipo de utilização de terra que predomina no município de Monteiro é a pastagem, com área de 33.453 ha, seguido de matas e florestas com 17.8512.302 ha. De acordo com Torres (2010) os sistemas de produção adotados pelos agricultores do Cariri Ocidental, refletem as potencialidades e limitações socioambientais intrínsecas

de cada espaço, baseado em uma agricultura de cerqueiro e com sistemas pouco diversificado, prioritário apenas para consumo, e uma agricultura próxima aos cursos d' água com culturas voltadas para comercialização.

Figura 3 – Tipo de utilização das terras no município de Monteiro, PB.



Fonte: IBGE (2007).

A prática da caprinocultura é bastante presente tanto no estado da Paraíba quanto no município de Monteiro, devido às facilidades de criação, baixo custo de investimento, utilidade do animal (uso da carne, leite e couro) e ao clima favorável. Na Tabela 6, nota-se o maior número de animais no tipo de rebanho de caprinos, seguido de bovino e aves. A queda de animais em todas as categorias, principalmente no ano de 2012, se deve a seca, onde muitos animais morreram por falta de alimento e água.

Tabela 6 – Tipo e quantidade de rebanho no município de Monteiro nos anos de 2011 a 2014.

Município	Tipo de rebanho	Ano			
		2011	2012	2013	2014
Monteiro - PB	Bovino	23.400	14.000	15.278	16.973
	Equino	700	686	671	677
	Suíno ⁴	-	-	367	315
	Caprino	25.200	21.420	22.307	23.310
	Ovino	14.100	11.985	11.812	12.308
	Aves (galinhas)	15.700	15.229	15.398	15.706

Fonte: IBGE (2007).

No estado da Paraíba, dos 167.286 estabelecimentos agropecuários, 148.069 são da agricultura familiar, o que representa 88,51% do total de estabelecimentos, apenas 19.217, (11,49%) é não familiar. A área dos estabelecimentos agropecuários é de 3.787.404 ha, em que 1.596.656 (42,16%) são da agricultura familiar (IBGE, 2006). É possível perceber, por estes números, um destaque da pequena produção agrícola. Do total de estabelecimentos do estado da Paraíba, 1,85% se concentra no município de Monteiro, dos 3.106 estabelecimentos agropecuários do município de Monteiro, 91,02% são da agricultura familiar, concentrando 53,75% da área do município. A maioria, 74,89% se caracteriza por serem proprietários das suas terras, e a minoria, 0,61% é parceira das terras (Tabela 7). De acordo com Silva *et al.*, (2014, p. 269) “a posse da terra permite ao agricultor a possibilidade de escolher o que produzir”.

⁴ Os dados sobre matrizes de suínos só estão disponíveis a partir de 2013.

Tabela 7 – Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por condição dos produtores no município de Monteiro, PB em 2006.

Condição do produtor	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	
	Não familiar	Agricultura familiar	Não familiar	Agricultura familiar
Proprietário	181	2.145	30.099	32.724
Assentado sem titulação definitiva	17	236	155	1.987
Arrendatário	01	21	00	93
Parceiro	04	15	585	201
Ocupante	58	275	1.718	2.833
Produtor sem área	18	135	00	00
Total	279	2.827	32.557	37.838

Fonte: IBGE (2007).

Ao analisar o quesito área dos estabelecimentos, de forma geral no município de Monteiro, as unidades que possuem de 05 a menos de 10 hectares (ha) representam 20,03% do total de estabelecimentos existentes no município e possuem apenas 5,90% da área total. O grupo entre 10 e 20 ha representam 19,67% do total de estabelecimento agropecuários do município de Monteiro, com 10,89% da área total. Já estabelecimentos de 200 a 500 ha constituem 1,22% do número total e detém de 16,14% da área. Embora os expressivos números da agricultura familiar e de unidades rurais pequenas a concentração de terra ainda é um fator bastante presente no município de Monteiro, tendo em vista que 59,81% do total da área do município pertencem ao grupo de área de 50 a 2.500 ha, como exposto na Tabela. 8.

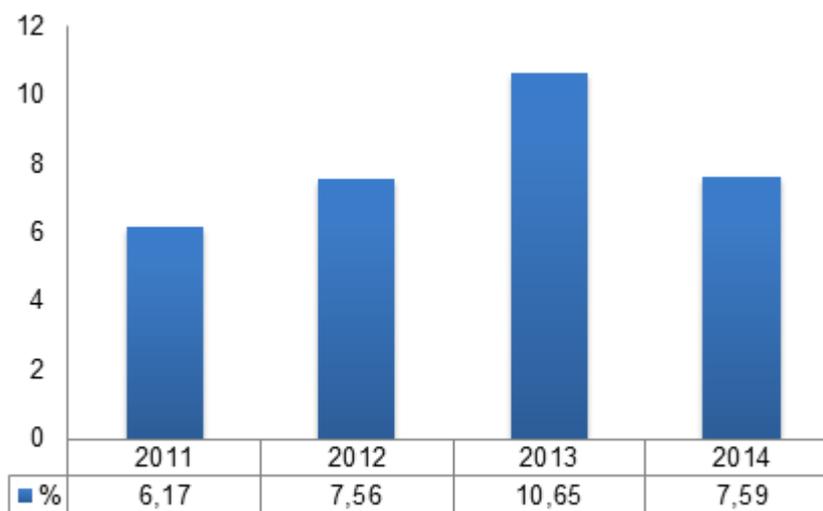
Tabela 8 – Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total no município de Monteiro, PB, em 2006.

Grupos de área total	Variável	
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
>0 e <0,5 ha	47	06
≥0,5 e <01 ha	29	16
≥01 e <04 ha	819	1.637
≥04 e <05 ha	184	742
≥05 e <10 ha	622	4.152
≥10 e <20 ha	611	7.667
≥20 e <50 ha	378	11.050
≥50 e <100 ha	133	8.442
≥100 e <2.500 ha	283	33.684

Fonte: IBGE (2007).

A escolha deste município para pesquisa se justifica pela escassez de literatura quanto à avaliação de políticas públicas neste local, pela necessidade de se criar dados e informações regionais específicas sobre o PAA, e notadamente, pelos significativos valores de recursos aplicados no PAA no município. De acordo com dados disponibilizados pela Plataforma PAA DATA da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS, no período de 2011 a 2014, a Paraíba recebeu um montante de recurso equivalente a R\$ 95.429.184,89 em que 9,86%, foram destinados ao município de Monteiro, ocupando a posição de 1º (2011), 1º (2012), 1º (2013) e 2º (2014) de participação no recebimento de maiores volumes de recursos dentre os municípios que acessaram o programa no estado como um todo. Na Figura 4, estão representadas as porcentagens de recursos aplicados no município frente ao total de recursos direcionados para o estado.

Figura 4 – Porcentagem dos recursos aplicados em Monteiro- PB em relação ao estado da Paraíba de 2011 a 2014.



Fonte: SAGI (2015).

Dessa forma, diagnosticar o PAA no município de Monteiro é relevante, tendo em vista essa expressiva aplicação de recursos e da necessidade de investigar se a política pública cumpre seus objetivos.

3.3 Instrumentos para obtenção e forma de análise dos dados

Para atingir os objetivos da pesquisa, primeiramente foi feito o refinamento teórico com buscas bibliográficas que tratam o tema da pesquisa, como, agricultura familiar e sua importância no contexto econômico brasileiro; das políticas agrícolas e políticas públicas para a agricultura familiar, bem como do histórico e finalidades do PAA.

Posteriormente, foi feito o levantamento de dados secundários a fim de analisar o PAA a nível federal, estadual e especificamente no município de Monteiro nos anos de 2011 a 2014, para isto foi utilizado a plataforma PAA DATA⁵ da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS. Esta

⁵ Disponível em:

http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura

plataforma foi desenvolvida com a finalidade de disponibilizar dados sobre o PAA considerando todos os executores do Programa: CONAB, estados e municípios. A sua criação atendeu a Resolução nº 42 do Grupo Gestor do PAA, a qual determinou a elaboração de um Sistema Integrado de Informações - SII, com o objetivo de oferecer suporte ao monitoramento, à gestão e ao planejamento do Programa (SAGI, 2015).

As informações obtidas na plataforma PAA DATA foram sobre os recursos (R\$) repassados, volume da aquisição (Kg), número e grupo de agricultores fornecedores, tipo de organização, número e tipos de entidades beneficiadas, grupos de produtos. Estas foram tabuladas em planilhas, em seguida, as informações foram cruzadas para obter a soma total dos anos de 2011 a 2014, e a partir disto os dados foram analisados por meio de tabelas e interpretados em gráficos.

Este levantamento foi utilizado também para identificar alguns dos sujeitos da pesquisa, como: associações, cooperativas, agricultores e instituições. Assim, inicialmente foi feita uma lista com todas estas categorias que participaram do PAA durante quatro anos, 2011 a 2014 (independentes que tenham sido consecutivos), a lista dos agricultores foi estratificada por recursos, entre àqueles que no ano de fornecimento receberam os valores limites do programa dos que não receberam⁶, isto foi realizado para manter a representatividade dos resultados, posteriormente ocorreu a pesquisa de campo.

O primeiro contato na pesquisa de campo foi com as associações e cooperativas, a busca pelas mesmas ocorreu seguindo a sequência da lista fornecida pela Plataforma PAA DATA. Para tanto, foi realizada uma entrevista semiestruturada (Apêndice A) seguida por um roteiro com perguntas que tinham a finalidade de compreender a dinâmica do PAA e os principais aspectos positivos e negativos do programa. Neste contato, foi possível alcançar, 62,50% do total das associações e cooperativas engajadas com o PAA no período de 2011 a 2014, sendo 04 associações e 01 cooperativa, as

⁶ O fato de alcançar o limite total do programa está diretamente ligado à capacidade produtiva do agricultor.

demais não foram encontradas. A entrevista semiestruturada foi utilizada por possibilitar maiores informações e exploração das respostas. Assim, foi utilizado um gravador para deter as informações, esse recurso possibilitou uma aproximação mais direta com a realidade do sujeito da pesquisa, e consente uma análise mais aprofundada.

O segundo contato ocorreu com os executores do PAA a nível municipal e estadual, sendo eles a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município de Monteiro e a CONAB do estado da Paraíba. Para obtenção de dados também foi realizada uma entrevista semiestruturada (Apêndice B) com utilização de gravador, as perguntas foram com relação às normas, gerenciamento, monitoramento, distribuição, pagamento, oferta e demanda.

Em seguida, ocorreu a aplicação dos questionários com os agricultores familiares, localizados pelas indicações das associações e cooperativas seguindo a estratificação da lista, segundo os recursos (valores máximos/ e abaixo dos valores máximos) e anos de participação (2011 a 2014). Para esta análise foi aplicado o questionário com 55 agricultores, este número foi o momento que se deu a saturação das respostas, tendo em vista que já tinha chegado a uma conclusão devido às repetições de respostas por parte dos agricultores, ou seja, quando a produção de dados deixou de trazer novas informações.

O questionário (Apêndice C) se constituiu por 38 perguntas, sendo 09 abertas a fim de captar as falas, e as demais de múltipla escolha, dividido em 02 blocos:

- a) Bloco 01, elaborado com ênfase em construir um perfil socioeconômico do produtor fornecedor envolvendo perguntas sobre o domicílio, trabalho, assistência técnica, benefícios do governo e nível de satisfação com a atividade agrícola;
- b) Bloco 02, com perguntas acerca do PAA e das transformações ocasionadas, tentando focar no antes e depois da inserção no programa, como: ano de participação, motivação, principal canal de

comercialização, renda, forma de aplicação dos recursos recebidos do programa, infraestrutura, diversificação da produção após a inserção, certificação, dificuldades encontradas, potencialidades, avaliação dos preços pagos, avaliação geral do programa e grau de melhoria na qualidade de vida, a descontinuidade do programa e as estratégias financeiras e de escoamento produção quando o PAA fica inativo.

Para verificar as mudanças que o programa trouxe às instituições atendidas foram utilizados 02 questionários com perguntas abertas e de múltipla escolha, assim foi aplicado 01 questionário com a nutricionista do município e o outro com os responsáveis pelas instituições atendidas nos últimos anos quatro anos, 2011 a 2014, como já citado. Do total de 12 instituições que participaram do PAA, 08 delas foram entrevistadas, o que significa 66,66%, as que faltaram foi devido falta de informação quanto à localização e existência das mesmas. As perguntas para a nutricionista foram quanto à participação, produtos e transformações após a participação (Apêndice D). Para os responsáveis pelas instituições as perguntas foram quanto à participação, consumidores, consumo e produtos (Apêndice E).

Os sujeitos que aceitaram participar foram informados dos objetivos da pesquisa. Após esta informação, os entrevistados ofereceram seu consentimento autorizando a divulgação das informações repassadas. Para tanto assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cumprindo as determinações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de São Carlos e autorizado para a realização do estudo, com número CAAE 41053015.7.0000.5504.

A análise dos resultados das entrevistas e dos questionários se deu por meio da tabulação das perguntas de múltipla escolha em planilhas, a criação dos gráficos e tabelas da transição das respostas das perguntas abertas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise dos resultados: recursos, volumes e participação

O marco do PAA no município de Monteiro ocorreu com a mobilização de lideranças locais que buscavam implementar uma nova alternativa econômica, no sentido de potencializar a prática desenvolvida à necessidade de um mercado aos agricultores a um preço justo, bem como o fortalecimento da categoria. Assim, o PAA teve início no município no ano de 2007, com valor de R\$ 127.584,00 por meio da modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar.

De acordo com os dados obtidos na plataforma PAA DATA, no recorte temporal aqui proposto, 2011 a 2014, Monteiro denotou os maiores montantes dos recursos repassados pelo Governo Federal para o PAA no estado da Paraíba, sendo 2011, 2012, 2013 com 6,17%; 7,56%, 10,65% dos recursos totais, respectivamente. Em 2014 o município recebeu o segundo maior montante, 7,59% dos recursos totais do estado. Na Tabela 9, é possível observar os recursos destinados ao estado da Paraíba e a Monteiro, como também visualizar uma redução no passar dos anos nas localidades.

Tabela 9 – Recursos financeiros aplicados no PAA no estado da Paraíba e no município de Monteiro nos anos de 2011 a 2014.

Ano	Paraíba	Monteiro
	Recursos (R\$)	Recursos (R\$)
2011	43.571.046,58	2.691.999,78
2012	30.140.885,37	2.281.606,81
2013	21.717.252,94	2.313.969,42
2014	27.953.570,42	2.122.422,40
Total por ano	95.429.184,89	9.409.998,41

Fonte: SAGI (2015).

Nota-se, na Tabela 9, que no estado da Paraíba, de 2011 a 2014 houve queda de recursos de 3,58%, o que significa R\$ 15.617.476,15; em Monteiro a queda foi de 2,11%, referente à R\$ 569.577,38. Em entrevista com o técnico do PAA do município de Monteiro, essa redução foi proveniente da seca e de novas normas sanitárias do programa, na qual projetos foram

prorrogados, agricultores que trabalhavam com a apicultura e caprinocultura não tiveram o mel e leite para fornecer e agricultores que tinham atividades de beneficiamento, avicultura e suinocultura tiveram que se adequar as exigências sanitárias e de higiene para comercialização, provocando a interrupção na participação em ambas às categorias e, conseqüentemente, a queda dos recursos.

O Gerente de Operações e Suporte Estratégico da CONAB do estado da Paraíba apontou, em entrevista, que quando é solicitada uma prorrogação de projeto, existe uma análise e verificação dos motivos, no entanto, alega que não existe burocratização no processo nesta questão, já que a atividade agrícola é cercada de incertezas devidos aos fatores externos ou internos e não controláveis que podem afetar a produção, e assim, provocar alterações nos projetos de PAA. Quanto à questão das normas sanitárias e de higiene foi salientado que era necessário devido aos riscos impostos a um mau processamento ou abatimento, e ainda que tenha ocorrido à ruptura na participação dos agricultores, o atendimento das normas acarreta o crescimento das organizações,

“A legislação e normativos que já existem por parte do Ministério de Agricultura e Abastecimento, como o Selo de Inspeção Federal, Estadual e Municipal, isso é básico para todo produto porque garante a qualidade para quem vai receber, e para quem vai entregar é exigido uma certa organização quanto a isso. Chegou um certo momento que a Conab disse que ia haver um momento de ruptura, nós infelizmente tivemos que romper porque existe uma legislação ne? Os órgãos nos cobravam isso, claro que foi impactante porque foi tomado de uma forma muito rápida, mas desde inicio a gente orientou. A decisão foi tomada de forma enérgica, mas era necessária, e veja, uma carne não pode ser entregue sem um certo controle, possa ser que algo mais sério chegue a acontecer, como uma pessoa chegue a falecer, isso desvirtuaria completamente o programa. Quando veio essa determinação, acho que foi um remédio amargo que teve que ser tomado, mas vai ter muitos frutos bons, o crescimento vai ser maior, os agricultores vão atender a outros mercados” (Gerente de Operações e Suporte Estratégico da CONAB do estado da Paraíba).

Evidencia-se que, como o produto vai atender um grande número de pessoas carentes, o cumprimento das normas é imprescindível. No entanto, a base está na informação aos agricultores. Em um estudo feito por Schiavol,

França e Nascimento (2015) quanto a produção dos doces para o PAA antes da exigência de cozinhas industriais, identificaram que os locais de produção na zona rural, apresentavam insalubridade por conta de estarem perto de locais com criação de animais, presença de insetos, maus odores, poeira e poluentes. Os menores índices de não conformidade da ANVISA foram constatados nos quesitos matérias-primas e produtos acabados. Os autores apontam que as adoções das Boas Práticas de Fabricação (BPF) por meio de treinamento para os agricultores e o cumprimento das exigências sanitárias são a base para a produção de alimentos seguros. Segundo Delgado, Conceição e Oliveira (2005) o cumprimento das regras do PAA (classificação, acondicionamento, sanitárias e de higiene) contribui para a organização e planejamento da oferta na comercialização dos produtos.

O PAA em Monteiro acontece pela modalidade CDS, com execução da CONAB e do município, e pela modalidade PAA Leite com execução do estado, as duas com recursos do MDS. Na Tabela 10, pode ser verificado os recursos do PAA destinados ao município, de forma detalhada. O maior montante refere-se à modalidade PAA Leite com R\$ 3.286.345,15 a mais que a modalidade CDS, como já citado, houve prorrogação nos projetos de 2013 da CDS.

Tabela 10 – Recursos destinados por executor ao município de Monteiro- PB, 2011 a 2014.

Modalidade	2011	(%)	2012	(%)	2013	(%)	2014	(%)
CDS	491.153,90	18,25	1.348.729,55	59,12	1.221.943,18	52,81	-	
PAA Leite	2.200.845,88		932.877,26		1.092.026,24		2.122.422,40	100
Total por ano	2.691.999,78	100	2.281.606,81	100	2.313.969,42	100	2.122.422,40	

Fonte: SAGI (2015).

É possível observar na Tabela 10, que ocorreram oscilações nos recursos em ambas às modalidades. A CDS de 2011 para 2013 teve um aumento de R\$ 730.789,28, o que significa 59,80%, no entanto não sendo executado em 2014, o mesmo vem acontecendo em outros municípios do

estado e do país, e também é devido ao fato que, no início do ano de 2014, muitos municípios não tinham concluído os projetos de 2013.

No que se refere aos recursos da modalidade PAA Leite, o ano de 2011 foi o de maior montante, sendo que, comparando com 2012, o valor repassado caiu 57,61%, aumentando 14,57% em 2013. A queda em 2012 pode estar relacionada à mudança de convênio por termo de adesão e como também à escassez de chuvas. Já o aumento referente ao ano de 2013 é explicado pelo aumento do preço do leite, provocando investimentos na produção por parte dos agricultores. Desde 2007 o valor pago pelo governo não era ajustado, isso dificultava a permanência na prática, especialmente em áreas mais afetadas pela seca, assim, o aumento foi de 13%, no litro de bovino, que antes era de R\$ 0,82, passou a custar R\$ 0,92, e o litro do leite de cabra passou de R\$ 1,30 para R\$ 1,40 (PARAÍBA, 2012). No entanto, desse valor total pago por litro, 60% em média era destinado ao produtor e 40% aos laticínios que são responsáveis pela pasteurização, embalagem e transporte do produto final até os pontos de distribuição às famílias que recebem o leite (BRASIL, 2012a). O estado da Paraíba possui mais de 26 usinas responsáveis por este processo de pasteurização e entrega do leite (PBAGORA, 2012).

Quanto aos produtos fornecidos pelos agricultores para o PAA em Monteiro durante 2011 a 2014, é possível observar na Figura 5, que o maior destaque foi do grupo leite e derivados com 1.237.052,73 kg, seguido de aves e ovos com 162.147,00 kg. Os grupos em menores quantidades foram panificados e açúcares, com 31.955 kg, e doces, com 35.127 kg. No que condiz ao volume de produtos agroecológicos, em 2012 e 2013⁷, o volume no município de Monteiro foi de 30.473,74 kg e 29.858,46 kg, respectivamente, representando em 2012 apenas 9,74% do total de volume de produtos da modalidade CDS, e em 2013, 11,92%. O volume de produtos agroecológicos do PAA no Nordeste segue este retrato, em 2012, o total adquirido foi de 0,20%, e, em 2013, apresentou redução para 0,16%; já em 2014, essa participação passou para 0,52% do total. Entre os anos de 2012 a 2014 o

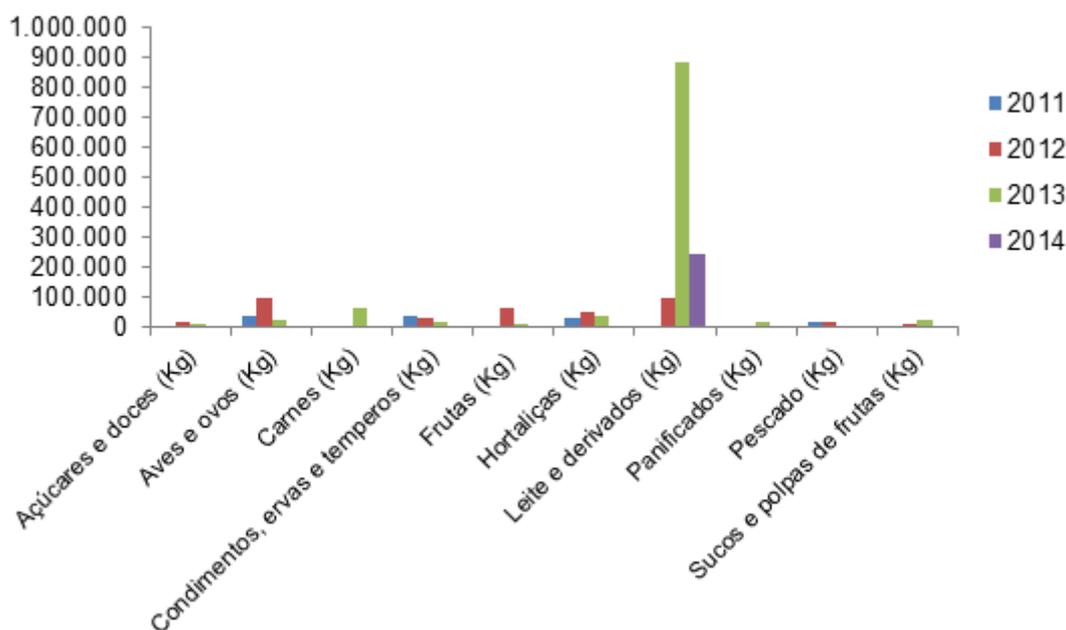
⁷ Não foi possível obter informações do volume de produtos agroecológicos em 2011, devido a Plataforma SAGI não realizar a descrição do produto.

volume de produtos agroecológicos foi 383 vezes menor que a participação do produto convencional.

De acordo com BRASIL (2014b), de 2003 a 2013, no país foram fornecidos mais de três mil itens diferentes. Em entrevista com o gerente da CONAB do estado da Paraíba foi evidenciado que o programa se preocupa não apenas com os volumes, mas também com a qualidade pela a ótica da segurança alimentar,

“Os produtos devem estar aptos ao consumo humano, mas a gente pensa na proteína diferenciada, em outros produtos que foquem a segurança alimentar qualitativamente e não só quantitativamente, isso pesa muito no nosso processo” (Gerente de Operações e Suporte Estratégico da CONAB do estado da Paraíba).

Figura 5 – Volume (Kg) dos grupos de produtos que foram fornecidos pelos agricultores para o PAA no município de Monteiro nos anos de 2011 a 2014.



Fonte: SAGI (2015).

Neste sentido, em 2011 foram fornecidos 14 itens diferentes, já em 2012 e 2013 esse número foi para 39 itens, diferenciando o tipo em cada ano. Contudo, apenas 12 produtos tiveram presença constante no PAA durante os anos de 2011 a 2013, estes foram: alface, beterraba, bolo de ovos, carne de

frango, cebolinha, cenoura, coentro, couve, espinafre, leite de cabra, leite de vaca e pimentão.

Analisando os preços do PAA por produto (Tabela 11), observa-se que o preço da alface e do frango foram o que mais sofreram variações no período de 2012 para 2013, com aumento 38,77% no preço do alface e 16,84% no preço do frango, em termos nominais⁸. O aumento do preço da alface é explicado pela escassez de chuvas, como também pela baixa oferta e alta demanda, já o preço do frango está relacionado ao aumento do preço da ração. A CONAB do estado da Paraíba comenta que os valores dos produtos são de acordo com a média do estado e que isto é feito para manter o preço adequado,

“A gente faz todo um trabalho, toda uma estatística para chegar a um preço, tendo que ser ele adequado, porque veja, se a CONAB pagar muito ai desabasteceria o mercado e se ela pagar muito abaixo estaria penalizando o produtor, a CONAB tem que ter um preço equacionado, o qual gere uma rentabilidade para que ele permaneça na atividade e possa escoar o produto de maneira adequada e justa, já para os produtos agroecológicos eles têm um “up”, que é 30% do valor estabelecido na nossa tabela que é estimulando a atividade” (Gerente de Operações e Suporte Estratégico da CONAB do estado da Paraíba).

Os 30% a mais pagos pelos produtos agroecológicos⁹ é um fator positivo do programa, uma vez que valoriza a prática e promove a sustentabilidade nos sistemas produtivos, como também, pode estimular outros agricultores para o desenvolvimento da atividade.

⁸ As variações de valores aqui expostas se referem a valores nominais, uma vez que os mesmos não foram trazidos para o ano de 2016.

⁹ Em 2012, o PAA foi regulamentado pelo Decreto nº 7.775 que, uma das suas finalidades seria “promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos” (BRASIL, 2012a).

Tabela 11 – Lista de produtos e preços por Kg¹⁰ que foram entregues no PAA no município de Monteiro nos anos de 2011 a 2013¹¹.

Produto	2011	2012	2013
	R\$ por Kg	R\$ por Kg	R\$ por Kg
Abóbora/Jerimum	-	1,15	1,05
Abobrinha	-	2,05	1,86
Acerola	-	1,67	1,68
Alface orgânica	2,56	2,89	4,72
Banana	-	0,54	0,86
Batata Doce	-	0,94	1,18
Batata Inglesa	1,36	-	-
Beterraba	1,21	1,29	1,73
Bolo de Cenoura	-	-	5,5
Bolo de Fubá	-	-	5,5
Bolo de Leite	-	-	5,5
Bolo de Mandioca	-	5,3	-
Bolo de Milho	-	-	5,5
Bolo de Ovos	4,8	5,3	5,5
Carne de Frango	7,00	7,9	9,5
Carne Suína	-	-	6,3
Cebola	-	1,39	1,62
Cebolinha orgânico	2,37	2,46	3,91
Cenoura	1,06	1,14	1,51
Chuchu	-	1,19	1,53
Coentro orgânico	1,78	2,00	2,67
Couve orgânico	2,24	2,7	3,03
Doce de Banana	-	-	6,00
Doce de Leite	-	6,00	-
Doce de Mamão	6,00	-	6,00
Espinafre orgânico	5,08	5,89	6,97
Goiaba	-	1,65	1,74
Limão	-	1,47	1,59
Leite de cabra	1,30	1,40	1,40
Leite de vaca	0,82	0,92	0,92
Macaxeira	-	0,8	1,86
Mamão orgânico	-	0,78	0,66
Manga	-	1,17	1,5
Maracujá	-	2,7	2,87
Maxixe	-	-	3,19
Mel de Abelha	-	6,5	-

¹⁰ O valor dos ovos de galinha caipira é referente à dezena de ovos.

¹¹ Os preços de 2014 não constam tendo em vista que neste ano aconteceu a prorrogação dos projetos de PAA em 2013.

Continuação da Tabela 11.

Melancia	-	0,56	0,62
Ovo de Galinha Caipira	-	3,95	4,00
Peixe Curimatã	-	5,00	-
Peixe Piau	-	5,00	-
Peixe Tilápia	4,5	5,00	-
Pimentão	1,64	1,78	1,98
Polpa de Acerola orgânico	-	3,00	3,5
Polpa de Cajá	-	-	6,00
Polpa de Goiaba orgânico	-	3,00	3,5
Polpa de Manga orgânico	-	3,00	3,5
Queijo Coalho	-	11,7	12,5
Queijo Manteiga	-	12,7	13,5
Repolho	-	0,92	1,45
Tomate	-	1,21	1,46

Fonte: Informações repassadas pela CONAB.

No que se refere aos números de fornecedores, apresentados na Tabela 12, nota-se que este segmento também apresentou uma queda. O ano de 2012 apresentou a maior concentração de agricultores, com 683, contudo, como mencionado anteriormente, não foi o maior em termos de recursos, possivelmente também pelo fato de 88 agricultores não terem atingido o limite máximo, que no ano de 2014 era R\$ 4.500 ano/produtor. Já o ano de 2014, segue em consonância com os recursos, com agricultores fornecendo apenas na modalidade PAA Leite. Observa-se ainda que de 2011 para 2014 a queda foi de 195 agricultores, o que significa 37,23%. Durante os anos de 2011 a 2014, apenas 53 agricultores participaram efetivamente do programa na modalidade CDS. Este número pode ser considerado baixo, tendo em vista a quantidade de agricultores envolvidos, abrindo possíveis hipóteses para explicar o fato, tais como: insatisfação com o programa e falta de produção para escoar, por outro lado, ao fácil acesso a outros mercados e aumento da capacidade produtiva.

Tabela 12 – Panorama de fornecedores engajados no PAA do município de Monteiro, nos anos de 2011 a 2014.

Modalidade	2011	2012	2013	2014
CDS	124	368	275	-
PAA LEITE	398	315	209	327
Total por ano	522	683	484	327

Fonte: SAGI, (2015).

De acordo com Valadares e Souza (2015, p. 13) a queda no número de fornecedores, ocorrida em 2013 não aconteceu da mesma forma em todas as modalidades do PAA, ela concentrou-se mais fortemente nas modalidades operadas pela Conab, cuja redução do número de fornecedores foi de 87.428; no PAA municipal a diminuição foi de 17% no total de agricultores participantes e na modalidade PAA Leite, por sua vez, reduziu-se em 29% no total de fornecedores. Os autores apontam que as “reduções podem estar atribuídas à longa seca que assolou o Semiárido no último biênio e parte pode ter ainda como explicação as adaptações normativas e administrativas implantadas”.

Os valores médios que os agricultores de Monteiro receberam em cada modalidade foram bastante distintos, muitos não atingindo os limites máximos em cada ano. Na Tabela 13, nota-se que estes valores nas modalidades CDS e PAA Leite não acompanharam os valores limites pagos no programa, apenas em 2011 na modalidade CDS e PAA Leite, é que o valor médio se aproximou do valor pago, apresentando ainda uma diferença de R\$ 506,88 e R\$ 2.470,24, respectivamente.

Tabela 13 – Valor médio recebido por agricultor e valor limite pago pelo PAA de acordo com cada modalidade de 2011 a 2014.

Ano	CDS		Leite	
	Valor médio por produtor	Valor limite do PAA	Valor médio por produtor	Valor limite do PAA
2011	R\$ 3.993,12	R\$ 4.500,00	R\$ 5.529,76	R\$ 8.000,00
2012	R\$ 3.665,03	R\$ 4.800,00	R\$ 2.261,52	R\$ 8.000,00
2013	R\$ 4.443,43	R\$ 6.500,00	R\$ 5.225,01	R\$ 8.000,00
2014	-	R\$ 8.000,00	R\$ 6.490,59	R\$ 8.000,00

Fonte: SAGI (2015).

Em 2011 o valor do salário mínimo vigente era de R\$ 545,00, assim, tendo em vista que o valor limite do PAA neste ano era de R\$ 4.500,00, o que significa R\$ 375,00 por mês, nota-se que o programa apresentou, então, uma defasagem de R\$ 170,00, se comparado ao salário mínimo da época. Já comparando o PAA Leite em 2014, com valor limite mensal de R\$ 666,66, sendo o salário mínimo neste ano de R\$ 724,00, nota-se que a defasagem foi de R\$ 58,00. Contudo, Sambuichi *et al.*, (2014) explicam que o programa acompanha a uma lógica de estimular os agricultores a buscar variadas formas de comercialização e que o PAA não seja a única fonte de renda dos agricultores.

4.2 O PAA nas associações e cooperativas de Monteiro

Antes e durante o engajamento, as organizações são as principais responsáveis por todo andamento do PAA, sendo inicialmente, pela elaboração do projeto com os agricultores, definindo quantidades e regularidades e, posteriormente, pelo pagamento, em que são as próprias organizações que definem o prazo, que, em muitos casos, a opção é fechar a cota 02 vezes ao mês, já que possibilita o pagamento quinzenal. Em entrevista, as organizações apontaram que, desde a participação, nunca houve atraso no repasse, tendo em vista que, quando o projeto é aprovado, todo o recurso é depositado na conta da organização e, com as prestações de contas regularizadas, o recurso é liberado para o pagamento aos agricultores.

Frequentemente ocorrem reuniões com os associados/cooperados para atualizá-los acerca do programa, buscar melhorias e soluções quando necessárias. Ressalta-se que as reuniões possibilitam a transparência da organização, o empenho e interesse dos agricultores, tendo em vista que estes passam a participar efetivamente do processo (CIRINO *et al.*, 2014).

Evidenciou-se que o PAA pode ter gerado mudanças às associações e cooperativas em termos administrativos, planejamento,

organização e controle, tendo em vista as obrigações assumidas após engajar no programa.

Nas entrevistas constatou-se que para algumas organizações, como é o caso da Associação Comunitária Vicente de Assis Ferreira de Avicultura Alternativa do Cariri Ocidental Paraibano (AVAL), o PAA impulsionou os agricultores:

“No ano de 2010 a gente tinha um grupo de agricultores, em torno de 12 pessoas, mas sem nenhuma união com ninguém, era tudo individual [...] ficamos sabendo que tinha um técnico da CONAB aqui no município, ai pedimos informações, ele explicou o PAA e ficamos sabendo que para participar do programa era uma venda por meio de associação e cooperativas, que tinha a doação para famílias carentes através de entidades e com isso surgiu à necessidade de se criar a associação, então, a AVAL surgiu da necessidade de acessar o PAA, já que sozinhos não podíamos, na época já existia um projeto de PAA de Monteiro e esse projeto foi um espelho para gente, em 2010 foi nosso primeiro PAA, na época a gente tinha pouca produção, sofremos para fechar ele e não tínhamos instalações, foi uma luta, mas conseguimos” (Presidente da AVAL).

Para Lazzarotto (2002) as organizações associativas se constituem uma importante alternativa para a viabilização dos agricultores familiares, representando como um dos mecanismos mais viáveis de sustentação das unidades produtivas, já que promove a superação da barreira da particularidade dos fatores de produção. Alves et al., (2011), estudando o associativismo no PAA, constataram que ele foi considerado importante em relação ao volume de produção, a garantia de vendas, a possibilidade de geração de renda, desenvolvimento local e regional, elaboração e na execução do programa PAA CDS.

Na Tabela 14, observa-se que, durante 2011 a 2014, 06 associações e 02 cooperativas participaram do PAA na modalidade CDS da CONAB em Monteiro, destas, apenas duas organizações tiveram participação consecutiva no programa, Associação de Produtores Agroecológicos de Monteiro (APAM) e a AVAL. No entanto, diferente dos recursos do PAA de modo geral, ambas organizações apresentaram evolução significativa nos recursos, com aumento de 2011 a 2014 de 55,60% e 60,14%, respectivamente.

Tabela 14 – Recursos e organizações que participaram do PAA modalidade CDS CONAB no município de Monteiro de 2011 a 2014 (em R\$).

Associação/ Cooperativa	2011	2012	2013	2014	Total por organização
APAM	71.997,90	112.500,00	162.500,00	Cont.	346.997,90
AVAL	170.989,00	199.992,20	284.299,00	Cont.	655.280,20
Associação Comunitária Dr. José Rafael de Meneses	51.167,00	87.237,60	-	-	138.404,60
Associação dos Pescadores de Monteiro Ltda	99.000,00	99.000,00	-	-	198.000,00
Capribom	98.000,00	579.270,20	-	-	677.270,20
Associação Mel de Toda Flor	-	27.995,50	-	-	27.995,50
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Lagoa Grande de Cima	-	45.000,00	116.999,99	-	161.999,99
Cooperativa de Agroindústrias Ltda-Cooagril	-	-	581.498,56	Cont.	581.498,56

Fonte: SAGI (2015).

No período em que estava sendo realizada a coleta de dados, entre setembro e outubro de 2015, apenas a Cooagril e Capribom estavam ofertando os produtos às instituições, as demais já tinham seus projetos concluídos e estavam esperando o início do outro, 2015. A ruptura na participação de algumas organizações nos anos de 2011 a 2014 segue na mesma lógica e motivos da diminuição nos recursos, a exemplo da Associação Mel de Toda Flor, que teve sua participação interrompida devido à falta do produto por conta da seca, como frisa a presidente na época da participação no programa,

“No ano de 2012 o projeto foi bem pequeno e nós sabíamos que nesse ano não ia dar para entregar o mel naquelas quantidades porque não tínhamos produção e por isso parou, a seca continua até hoje. A gente sabe que se entrar vai devolver o recurso porque não vai ter produção” (Ex-presidente da Associação Mel de Toda Flor).

“A gente parou de fornecer no meio do projeto, isso foi de uma hora para outra, agora para fazer os produtos tem que ser em uma cozinha, hoje ela já existe, estamos esperando para ver se está tudo certo para voltar ao programa” (Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Lagoa de Cima).

Na Figura 6, nota-se a unidade construída para o beneficiamento, nos meses da pesquisa estava sem funcionar em virtude da não adequação às normas sanitárias e de higiene exigidas para participar do programa.

Figura 6 – Cozinha experimental construída para fabricação e beneficiamento para agricultores fornecedores do PAA.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No caso da AVAL, as normas provocaram transtornos iniciais, no entanto, foi a promotora da criação do abatedouro que no primeiro momento seria apenas para cumprir as necessidades do programa, mas com investimentos maiores se tornou o segundo maior abatedouro do estado.

“Devido ao PAA também surgiu o abatedouro, porque desde o primeiro projeto eles já falavam para a gente, - olha brevemente o governo só vai está adquirindo produto certificados, com inspeção só. A gente trabalhou ainda dois PAA sem o registro, a gente abatia em casa e colocava nas instituições e isso gerava muito problema, porque o pessoal não tinha o armazenamento bom e às vezes o produto apodrecia a qualidade do abate não era boa, e a gente da associação na época não tinha como controlar se o camarada estava fraldando o programa, se de repente o camarada tá comprando frango de granja e colocando no programa. Então assim, em 2012 a gente apresentou ao Conselho Municipal o projeto do abatedouro, que era uma coisa mais simples, esse projeto foi aprovado, mas ai cresceu porque passou a ser uma proposta para atender o regional, não só apenas Monteiro, ai o projeto foi aprovado e faz um ano que a gente funciona” (Presidente da AVAL).

Este discurso entra em consonância com o da CONAB, como citado anteriormente, em que as normas, depois de cumpridas propiciam o crescimento da organização, assim, constata-se que o seu cumprimento pode de fato potencializar a atividade desenvolvida, como também, promover uma maior profissionalização dos produtores e valorização dos produtos, a partir da compreensão e engajamento dos envolvidos. Atualmente, a AVAL possui o Selo de Inspeção Estadual, no qual possibilitou a comercialização em todas as regiões do estado. Nas Figuras 7 e 8 nota-se as instalações e estrutura do abatedouro, respectivamente.

Figura 7 – Sede da AVAL e abatedouro.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Figura 8 – Equipamentos do abatedouro pertencente a AVAL.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No que concerne às principais dificuldades encontradas, os presidentes das associações citaram como uma delas a burocracia, visto que para participar e para se manter no PAA as exigências documentais e de prestação de contas são complexas. Outras dificuldades foram questões do tamanho da cota, em que na maioria das vezes o produtor tem excedente, e a demora no início dos projetos.

Dentre os pontos positivos que o PAA proporciona às organizações está a capacidade de gerar renda para os agricultores e a flexibilidade do programa em frente às dificuldades que surgem na atividade agrícola,

“Se não tem produto para botar depois de feito o projeto a CONAB aceita prorrogação, ou então, você devolve o dinheiro. Quando prorroga não pode fazer outro projeto em cima, você fica com um até você concluir e se você não conseguir concluir, devolve os recursos, mas em termo legais não tem problema, não poderia é você não ter produção e pegar de alguém, comprar em supermercado” (Presidente da AVAL).

No caso da cooperativa, a CAPRIBOM, teve sua criação em 2006 em vista das ofertas e demandas que surgiram quando era associação. Atualmente participa da modalidade CDS e é responsável pelo processo de pasteurização do leite de cabra e de vaca da modalidade PAA Leite e pela distribuição, 03 vezes por semana, para as pessoas carentes cadastradas no programa. Ortega, Jesus e Só (2006), analisando a implementação do PAA Leite nos estados da Bahia e Minas Gerais, identificaram que o leite recebido é uma ferramenta importante no combate às carências nutricionais da população beneficiada e que este diminui a desnutrição, tendo em vista o aumento do peso da categoria, como também promove a melhoria no rendimento escolar das crianças.

Em entrevista, o presidente da cooperativa alega que o programa fortaleceu o laticínio e a prática da caprinocultura, já que abriu o mercado do leite de cabra no município. No entanto, com a evolução do programa e investimentos dos agricultores em novas aquisições de animais, a cota do leite diária se tornou baixa e muitos agricultores se sentem insatisfeitos. Nas Figuras

9 e 10, observa-se a sede da cooperativa e os sacos de leite a serem distribuídos para as pessoas carentes cadastradas no programa, respectivamente.

Figura 9 – Sede da cooperativa da Capribom.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Figura 10 – Leite pasteurizado para distribuição a pessoas carentes.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Em um estudo feito pelo BRASIL (2012b) nos estados em que o PAA Leite está presente, verificou-se melhoria nas condições de higiene e na qualidade do leite, e 15% das usinas de processamento de leite foram criadas

após a implantação do PAA, 12% trabalham apenas com o PAA Leite, e em média, 54% da produção efetiva das usinas se destinam ao programa.

4.3 Os agricultores entrevistados e o PAA

4.3.1 Perfil dos agricultores entrevistados

Das entrevistas com os 55 agricultores, observou-se que o PAA no município de Monteiro é caracterizado pela heterogeneidade quanto à gênero, idade, estado civil e tamanho da família, como exposto na Tabela 15. Os entrevistados foram, em sua maioria, do sexo masculino (52,73%), com idade entre 31 a 40 anos (40%), e 51-60 (38,18%) com tendência para concentração de pessoas casadas, representando 83,63% do total de entrevistados, e com famílias constituídas de 3 a 4 pessoas, o que representou 63,63% do total.

Tabela 15 – Caracterização da amostra entrevistada, segundo gênero, idade, estado civil e número de pessoas na família.

Variáveis	Nº	%
Perfil		
Agricultor familiar	55	100
Gênero		
Masculino	29	52,73
Feminino	26	47,27
Idade (anos)		
20-30	09	16,37
31-40	22	40
51-60	21	38,18
61-70	03	5,45
Estado civil		
Casado	46	83,63
Solteiro	07	12,72
Viúvo	01	1,81
Separado	01	1,81
Quantidade de pessoas na família		

Continuação da Tabela 15.

01-02	08	14,54
03-04	35	63,63
05-06	11	20

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nesta situação apresentada leva-se em consideração também a participação das mulheres em 47,27%, esta porcentagem segue em consonância com os dados da região Nordeste, em que o percentual de participação feminina no programa foi de 60% quando implantada a resolução nº 44 do Grupo Gestor do programa, em 2011 que determina a participação de pelo menos 40% de mulheres do total de produtores na modalidade de CDS (CONAB, 2015).

Os dados quanto à idade dos agricultores familiares retratam baixa porcentagem dos mais jovens. Este fato pode indicar a necessidade de maior incentivo da categoria na participação de políticas públicas, podendo ser um fator para fortalecer a permanência no campo e na atividade agrícola. Também, dos agricultores entrevistados, apenas 35,45% tinham a participação dos filhos na produção e no processo de comercialização. De acordo com Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003) é inegável que tanto os números de pessoas nas famílias rurais e a mão-de-obra familiar estão reduzindo. Em áreas mais desenvolvidas o êxodo está ligado a melhores chances às segundas gerações nos centros urbanos, como a falta de desenvolvimento no meio rural. Na categoria de agricultores familiares mais prósperos, é corriqueiro que os filhos sejam enviados às cidades para estudar, já nas áreas mais pobres, a redução da mão-de-obra está ligada a fatores de expulsão. Tais fatores são caracterizados, de acordo com Brumer, 2007 *apud* Foguesatto e Machado (2015, p. 2795) como “a penosidade do trabalho, a falta de autonomia na realização das atividades, a dependência climática e uma renda considerada insatisfatória”.

Quanto ao nível de escolaridade, conforme apontam os dados da Tabela 16, 18 agricultores, possuem 2º grau completo, o que representa 32,72% do total de entrevistados, sendo estes caracterizados por agricultores mais jovens, entre 20 a 33 anos, no entanto a maioria, 65% dos entrevistados

se concentraram em linhas de analfabetismo a fundamental II completo, com 40 anos ou mais, respectivamente. Este último dado mostra a necessidade de incentivo ao retorno dos adultos e idosos às salas de aula.

Uma alternativa para colaborar com a fixação dos jovens no campo seria a criação de escolas técnicas agrícolas para que os jovens rurais sejam capacitados e tenham uma formação profissional, evitando, deste modo, o êxodo rural, como também avanço dos currículos e formação adequadas dos professores relativos às especificidades do meio rural (CARVALHO, *et al.*, 2009). Entende-se que a promoção da educação no campo é necessária para promover e qualificar o desenvolvimento rural no país, em que o nível do grau de escolaridade do agricultor pode facilitar a busca pelos direitos e igualdade.

Tabela 16 – Grau de escolaridade dos agricultores entrevistados.

Escolaridade	Nº	%
Analfabeto	01	1,81
Apenas lê e escreve	03	5,46
Fundamental I completo	09	16,38
Fundamental I incompleto	07	12,72
Fundamental II completo	11	20
Fundamental II incompleto	05	9,1
2º grau completo	18	32,72
Superior completo	01	1,81
Total	55	100

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os dados da Tabela 17, mostram que 52,72% dos entrevistados obtiveram suas terras por meio de herança, seguida da compra de terceiros (47,28%). Em um estudo feito por Sant'Ana e Costa (2004) a maioria dos entrevistados se sustentaram na terra recebida como herança para a edificação do atual patrimônio, em vista que a aquisição de terras se tornou mais difícil. A sucessão de terras agrícolas é uma prática comum, no entanto, Sacco dos Anjos, Caldas e Costa (2006) comentam um menor destaque por parte dos estudiosos da realidade social do campo brasileiro para o tema da sucessão de terras, em vista que é um fator que passa por implicações e surgem conflitos diversos.

Dos entrevistados, que declaram a forma de obtenção de terra por herança, 27,58% adquiriram mais terras ao longo do tempo, esse fato pode estar ligado à área da terra ser pequena e a capacidade de expansão da produção.

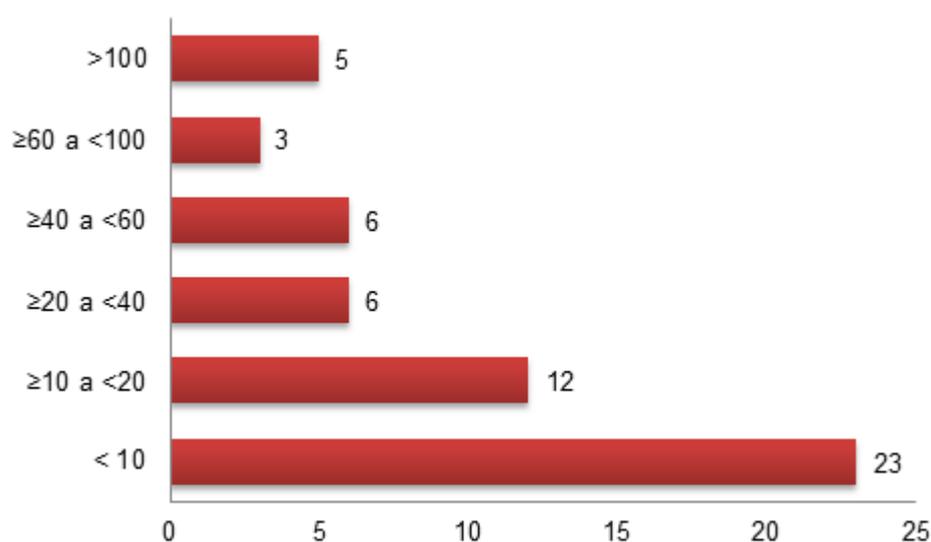
Tabela 17 – Forma de obtenção de terra dos agricultores entrevistados.

Forma de obtenção da terra	Nº	%
Herança	29	52,72%
Compra de terceiros	26	47,28%
Total	55	100

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No que concerne à extensão dos estabelecimentos rurais, o módulo fiscal no município de Monteiro é equivale a 55 hectares. Lembrando que uma propriedade rural para ser considerada familiar, conforme os critérios da Lei 11.326/06 deve ter área máxima de quatro módulos fiscais. Nota-se, Figura 11, que a maioria dos estabelecimentos rurais é menor que 10 hectares e 12 das 55 propriedades em questão não ultrapassam 20 hectares.

Figura 11 – Tamanho dos estabelecimentos rurais dos agricultores entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Dentre os 55 entrevistados, 69,09% não fazem contratação de mão-de-obra e 30,91% combinam o uso da mão-de-obra familiar com a contratação de serviços em torno de uma a duas vezes por semana quando necessário em períodos de chuvas. Este último número deve-se também ao fato já citado anteriormente, em que apenas 35,45% do total de entrevistados contam com a participação dos filhos na produção.

Em respeito a principal ocupação dos agricultores familiares entrevistados, identificou-se que a maioria, 48 agricultores, ou seja, 72,72% do total de entrevistados tem como ocupação principal a atividade agrícola, passando o tempo integral na unidade produtiva (UP). Os demais são pluriativos. SCHNEIDER (2003) conceitua a pluriatividade como,

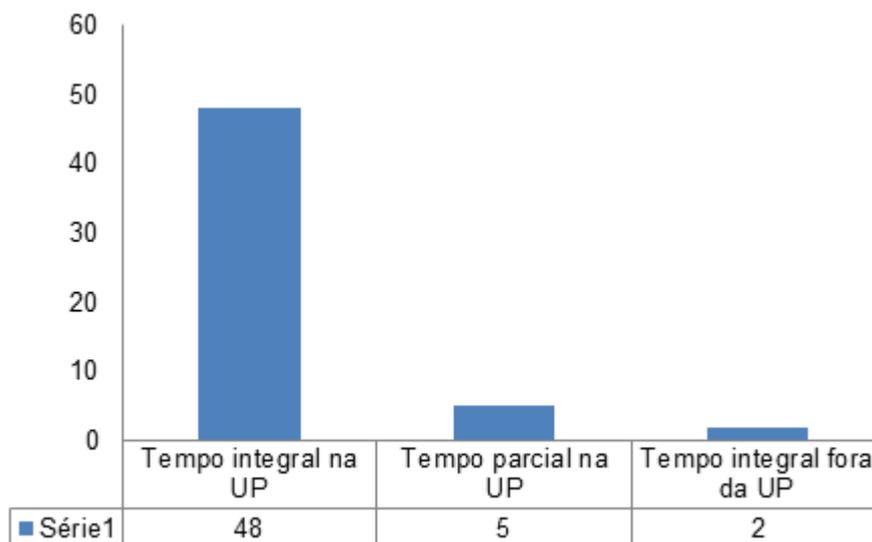
“Um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Dos 55 entrevistados, 05 agricultores (9,10% do total) passam tempo parcial na UP e 02 agricultores passam tempo integral fora da unidade produtiva, 3,63% do total, como exposto na Figura 12. Dos 07 agricultores que não vivem exclusivamente da agricultura, as atividades são concentradas no comércio, serviços terceirizados e empregos públicos. Estes, por sua vez, estão enquadrados entre os agricultores que possuem áreas superiores a 60 ou mais de 100 ha e possuem grau de escolaridade acima do Fundamental II completo.

Para Sacco dos Anjos, Caldas e Costa (2006) a pluriatividade, pode além de diversificar as fontes de rendas e o nível econômico familiar, promover a expansão do universo das relações sociais. Em um estudo quantitativo feito por Lima e Nerder (2009) foi constatado que a pluriatividade foi considerável para proporcionar melhorias na condição das famílias que estão abaixo da linha da pobreza. Diversos autores vêm descrevendo e analisando a pluriatividade no meio rural de uma forma mais aprofundada¹².

¹² Ver, por exemplo, Nascimento (2009); Cruz (2012); Kageyama (2001).

Figura 12 – Ocupação principal dos agricultores entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

As atividades agropecuárias, na maioria dos casos analisados (81,81%), são as principais fontes de renda (Tabela 18). Dos 07 agricultores que não tem a atividade agrícola como a principal fonte de renda, é devido à questão da pluriatividade, este fato pode estar relacionado também por serem agricultores mais novos, com faixa etária entre 20 a 40 anos, em vista de maiores condições de desenvolver diversas atividades. De acordo com Kageyama (2001) a participação das rendas não agrícolas no rendimento total das famílias rurais atingia 38,5%, e que os rendimentos dependiam da condição da economia local e de fatores internos da família.

Tabela 18 – Tipo da principal fonte de renda dos entrevistados.

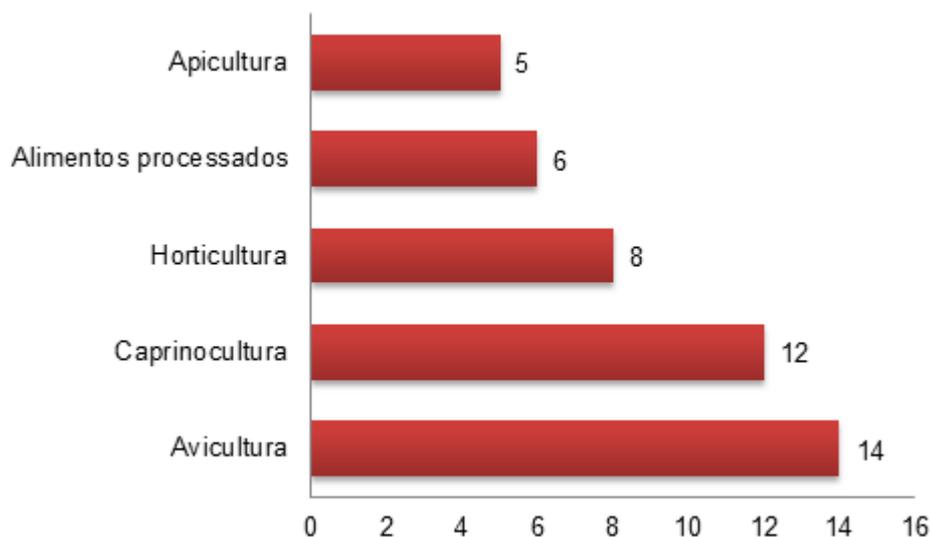
Variáveis	Nº	%
Atividade agrícola	45	81,83
Atividade não agrícola	07	12,72
Aposentadoria	03	5,45
Total	55	100

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Dos 45 entrevistados que apontaram que a principal fonte de renda é a atividade agrícola, 38,88% afirmaram que esta é principalmente

proveniente da avicultura, 27,77% citaram a caprinocultura e 22,22% a horticultura, como é possível observar na Figura 13.

Figura 13 – Principal atividade desenvolvida na propriedade.



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

A prática da avicultura como a principal atividade de renda da propriedade pode ser devido ao incentivo e suporte por parte do Governo do Estado da Paraíba e da AVAL, em 2014 o município de Monteiro recebeu uma unidade de abates de aves caipira. A caprinocultura é destaque por ser uma das principais atividades da região e pela atuação do PAA Leite no município que conta com o laticínio da Capribom. Já a presença da horticultura, sendo ela agroecológica, está relacionada aos incentivos da APAM, com a devida certificação dos produtos e por 87,50% do total dos agricultores, que tem a horticultura a principal fonte de renda, e possuir sistema de irrigação. Na Figura 14, observa-se a produção de hortaliças em uma das propriedades dos agricultores entrevistados.

Figura 14 – Produção de hortaliças de um agricultor entrevistado.

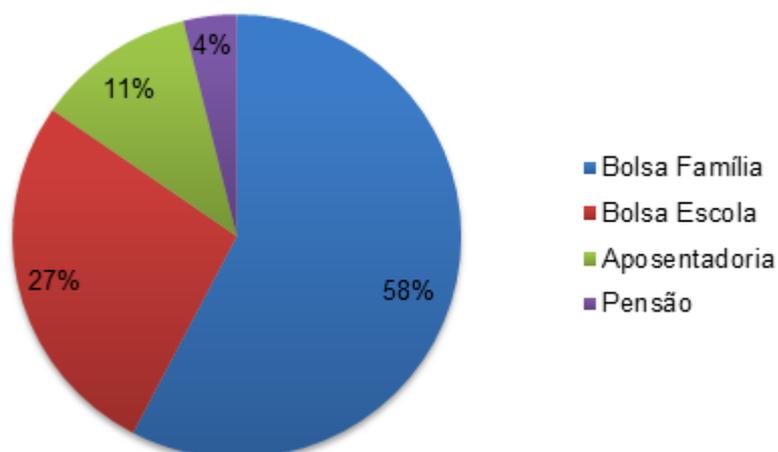


Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Em grande parte, evidenciou-se que a renda do agricultor familiar não é complementada com auxílios do governo, aposentadorias ou pensões. Dos 55 agricultores entrevistados, 29 afirmaram não receber nenhum tipo de auxílio, o que significa 47,27% do total de entrevistados, concluindo assim que mais da metade não se enquadram nos critérios de pobreza¹³ do governo para receber auxílio e dependem da atividade agrícola e de serviços fora da unidade produtiva. Dos 26 entrevistados que afirmaram receber auxílio do Governo, a maioria citou o Bolsa Família, representando 58% do total de entrevistados (Figura 15).

¹³ Famílias com renda por pessoa de até R\$ 77 mensais e famílias com renda por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos (MDS, 2015).

Figura 15 – Tipo de benefício recebido pelos agricultores entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Outro fator importante é a carência de assistência técnica no município, apontando a necessidade de intensificar ações nas pequenas propriedades rurais. Observa-se pelos dados da Tabela 19, que dos entrevistados, 52,72% declararam não receber assistência técnica nas propriedades. Isso se torna um agravante principalmente por causa do nível educacional da população e pode acabar desestimulando os agricultores, além do mais não contribui para a promoção do desenvolvimento rural. Tendo em vista que, segundo Kreutz, Pinheiro e Cazella (2005, p.44) a organização de uma agência de assistência técnica e extensão rural aconteceu em meados do século passado com objetivo de “dar conta a uma falta de desenvolvimento de determinado segmento social, os agricultores, que na época representavam a grande maioria da população do país”.

Nestas condições, atualmente, é notória a necessidade de mais ações concretas do governo na construção de um projeto, de assistência técnica e retomada da prática da extensão rural, que realmente consiga apoiar às propriedades no desenvolvimento agrícola e sustentável e de orientar os agricultores, a partir da comunicação e metodologias participativas, para aos poucos os tornarem ainda mais capacitados.

Tabela 19 – Agricultores que recebem assistência técnica.

Instituições que prestam assist. téc.	Nº	%
SEBRAE	12	46,15
Projeto Dom Helder Câmara	09	34,62
EMATER	05	19,23
Total	26	100

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Dos agricultores familiares que recebem assistência técnica, a maioria é proveniente do SEBRAE, com trabalhos ligados a capacidade técnica produtiva e implantação do Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), como é possível observar na Figura 16. Neste levantamento, 26% recebem assistência do Projeto Dom Helder Câmara, com atividades de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido do Nordeste, articulando às dimensões sócio-políticas, ambientais, culturais, econômicas e tecnológicas e por processos participativos de planejamento, gestão e controle social (PROJETO DOM HELDER CÂMARA, 2001). A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), principal órgão de Assistência Técnica do país, presta serviço para 21% dos entrevistados.

Figura 16 – Projeto PAIS implantado em propriedade de uma agricultora entrevistada.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

De acordo com Belik (2015, p. 22) a extensão rural é essencial para assegurar o avanço na produtividade e, possibilitar êxito na comercialização por conta do melhor acesso aos mercados. “O problema, nesse caso, é garantir acesso dos produtores à extensão, uma vez que há enorme diferença na sua capacidade de articulação com os organismos e empresas que realizam esse serviço”.

4.3.2 A participação e os impactos socioeconômicos do PAA sobre os agricultores entrevistados

Da amostra pesquisada, 52,72% dos entrevistados tiveram conhecimento sobre a existência do PAA por meio das associações que fazem parte, seguido de 18,18% por outros agricultores; 16,36% por cooperativas e, por último, 12,72% pela prefeitura do município. Dentre as principais motivações para participar do programa, 72,22% citaram a renda e o escoamento da produção.

Quando questionados se houve planejamento para esta participação, 54,54% do total de entrevistados afirmaram que sim, as formas mais citadas foram aumento da produção (27,73%); compra de equipamentos (12,72%); compra de animais (9,10%) e construção de galpão (5,45%). Os agricultores ainda citaram que foram oferecidos cursos quanto à questão da produção e manejo da criação de galinha caipira, fabricação de polpas e doces.

Em um estudo feito no Paraná, Doretto e Michellon (2007) constataram que a entrada dos agricultores no PAA gerou modificações nas propriedades rurais, uma vez que 1/3 dos agricultores ao entrar no programa aumentaram a área de plantio para atender a produção contratada.

Os entrevistados, além de terem aumentado a produção para se inserirem no PAA, 57,20% a diversificaram, neste ponto houve dificuldade em buscar valores referentes à área plantada e os produtos, devido a não recordação dos entrevistados e nenhum registro feito por eles. Observou-se

então que o programa apresenta uma potencialidade a provocar mudanças no espaço produtivo dos entrevistados.

Os agricultores que participavam da modalidade doação simultânea tiveram projetos feitos em 2013 que foram prorrogados até 2014, constituindo-se como uma estratégia por parte das organizações em frente aos períodos de escassez de chuva, no qual alguns não tinham como fornecer, assim, eles receberam o valor do teto máximo de R\$ 6.500,00 referente ao limite que era pago em 2013.

Com relação à renda identificou-se que o PAA provocou melhorias econômicas para os agricultores (Tabela 20). Da categoria que se enquadrava entre os que não tinham renda mensal, ou seja, entre R\$ 0,00 a R\$ 100,00 antes da participação no PAA, 60,00% saltou para renda entre R\$ 250,00 a R\$ 450,00 após o engajamento no programa. Nota-se ainda que a maioria dos agricultores, antes do PAA, se concentrava na renda entre R\$ 450,00 a R\$ 650,00 e após a inserção no programa a renda passou para uma faixa entre R\$ 650,00 e R\$ 850,00. Em um estudo feito por BRASIL (2012b) quanto aos impactos do PAA Leite, identificou-se que, se a modalidade fosse extinta, haveria uma redução média de 56,10% na renda dos agricultores paraibanos.

Tabela 20 – Renda média antes e depois do engajamento no PAA (em R\$).

Renda	Antes		Depois	
	Nº	%	Nº	%
≥ 0,00 a < 100,00	05	9,10	00	00
≥ 100,00 a <250,00	06	10,91	00	00
≥ 250,00 a <450,00	16	29,09	03	5,45
≥ 450,00 a <650,00	21	38,18	09	16,38
≥650,00 a <850,00	02	3,63	33	60,00
≥850,00 a <1.500,00	03	5,45	08	14,54
≥1.500,00	02	3,63	02	3,63
Total	55	100	55	100

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Para os agricultores pluriativos, a renda citada foi entre R\$ 850,00 e R\$ 1.500,00 assim, para esta categoria, o PAA se tornou apenas um complemento na renda da família. Para 78,18% dos entrevistados, participando ou não do programa, no período da pesquisa de campo, o PAA foi apontado como a principal fonte de renda na época da participação, tendo em vista que dentre os outros canais acessados, a venda depende de alguns fatores, como a quantidade de produtos ofertados por demais agricultores e das necessidades dos consumidores presentes. Já as lojas especializadas em hortifrutigranjeiros, de acordo informações dos entrevistados, o preço repassado nos meses de setembro a outubro de 2015, era inferior ao das feiras agroecológicas e na convencional, no caso do preço do alface, essa variação era de cerca de 60,00%, já no coentro a variação do preço era de 70,00%.

Ressalta-se que, as feiras agroecológicas acontecem nas quartas-feiras e nos sábados, já as feiras convencionais ocorrem nas quintas-feiras, sextas-feiras e sábados, com concentração de maiores barracas e consumidores aos sábados em ambas, e com aproximadamente 10 barracas na agroecológica e 100 na convencional. Nas Figuras 17 e 18 percebe-se a estrutura das feiras citadas. No entanto, na feira convencional, aos sábados, é possível encontrar barracas que trabalham com produtos agroecológicos certificados vinculados a Organismos de Controle Social - OCS¹⁴. Estes agricultores optaram pela venda dos produtos na feira convencional como estratégia de comercialização, tendo em vista que é mais acessada que a agroecológica devido a maior variedade de gêneros alimentícios até utensílios e roupas.

¹⁴ No Brasil, a certificação da produção orgânica é regulamentada pela Lei 10.831/2003 e pela instrução normativa 19/2009, estabelecendo três mecanismos possíveis para atestar a qualidade orgânica: Organismo de Avaliação de Conformidade (OAC), Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (Opac) e Organização de Controle Social (OCS) (BECKER; ANDERSSON; MEDEIROS, 2013) Segundo a alínea VIII do Art. 2 do Decreto Nº 6.323/07, a Organização de Controle Social é definida como "*grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade.*(BRASIL, 2007). Nessa forma de regularização, quem dá a garantia da qualidade orgânica é o produtor, acompanhado de perto pela sociedade (MAPA, 2012).

Figura 17 – Feira agroecológica realizada na quarta-feira.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Figura 18 – Feira convencional realizada aos sábados.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Na Tabela 21, observa-se que o principal canal de comercialização dos agricultores entrevistados, antes da inserção no programa, era a feira, representando 32,72% do total de entrevistados. Após a inserção, o PAA se tornou como o principal canal para 78,18% dos agricultores. Dos 06 agricultores que afirmaram ter a entrega direta para o consumidor como o

principal canal, 05 são agricultores trabalham com a avicultura e 01 com hortaliças.

Tabela 21 – Principal canal de comercialização antes e depois do engajamento no PAA.

Variáveis	Nº	%	Nº	%
	Antes		Depois	
Atravessador	05	9,10	-	-
Entrega direta	04	7,28	06	10,91
Feiras	18	32,72	06	10,91
Loja especializada	08	14,54	-	-
Queijaria	03	5,45	-	-
Não comercializava	17	30,91	-	-
PAA	-	-	43	78,18
Total	55	100	55	100

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No entanto, ainda que o PAA seja o principal canal de comercialização, 70,90% dos agricultores entrevistados afirmaram que se utilizam de outros canais de comercialização, sendo este um fator positivo por mostrar que o programa não provoca a dependência nos participantes e que se mantem ativos na atividade agrícola. Os agricultores apontam que: *“não deixei de vender pra nenhum lugar não, porque a gente não pode se acomodar, enquanto um tá parado, tô vendendo em outro canto”* (Agricultor 31). Salientam que, *“No PAA a gente só entrega uma vez por semana, então a gente entrega na feira já que são mais vezes”* (Agricultor 51). E ressaltam quanto ao compromisso com os clientes *“Desde que passei a vender no PAA, continuei vendendo na feirinha agroecológica, para não deixar meus clientes na mão”* (Agricultor 42).

Dos 16 agricultores entrevistados que comercializavam apenas no PAA, a maioria estava ligada à modalidade PAA Leite, que antes não comercializava devido não possuir mercado para compra do leite de cabra. Comenta o Agricultor 15 que *“eu vendo só para o PAA porque não tem outro canto para vender o leite de cabra, ele não é tão aceito”* e para aqueles que antes trabalhavam no PAA com atividades agroindustriais *“Antes eu não fazia*

nada, até surgir o PAA, aí vendia os bolos, doces e polpas só para ele mesmo porque era mais fácil e certo” (Agricultor 06).

Vale salientar que apenas 08 agricultores fornecedores do PAA ainda realizam as entregas para as instituições, os demais tiveram seus projetos finalizados e estão aguardando o início de outro. A entrega era feita 01 vez por semana quando se trata da modalidade CDS, com produtos como hortaliças, frangos, doces e polpas, e em 2013, quando era fornecido o mel, a entrega era realizada 02 vezes por mês. Anteriormente a prefeitura era responsável por buscar os produtos nas propriedades rurais, contudo, foi informado que o automóvel estava quebrado há algum tempo e, que atualmente, o transporte dos produtos até a unidade de distribuição é realizado pelos próprios agricultores. No momento que chega até o local é feita toda a pesagem com um técnico da CONAB, posteriormente, a unidade faz a distribuição para as instituições, na Figura 19 é possível perceber o momento da pesagem dos produtos feita pelo técnico da CONAB.

Figura 19 – Dia de entrega dos produtos da modalidade CDS na AVAL.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Na modalidade PAA Leite a entrega é realizada diariamente das 07:00h às 09:00h da manhã, sendo os próprios agricultores responsáveis pelo transporte, muitos entregam em suas motos e outros dependem de atravessadores para realizar a entrega na cooperativa. No momento em que o leite chega é feito o teste de acidez (aceitável com faixa de 14 a 17°D),

densidade e após isso o produto é depositado no tanque de resfriamento até 4°C para começar o processo de pasteurização. Na Figura 20 observa-se os galões recebidos com o leite para então serem depositados no tanque.

Figura 20 – Leite fornecido pelos agricultores na sede da CAPRIBOM.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

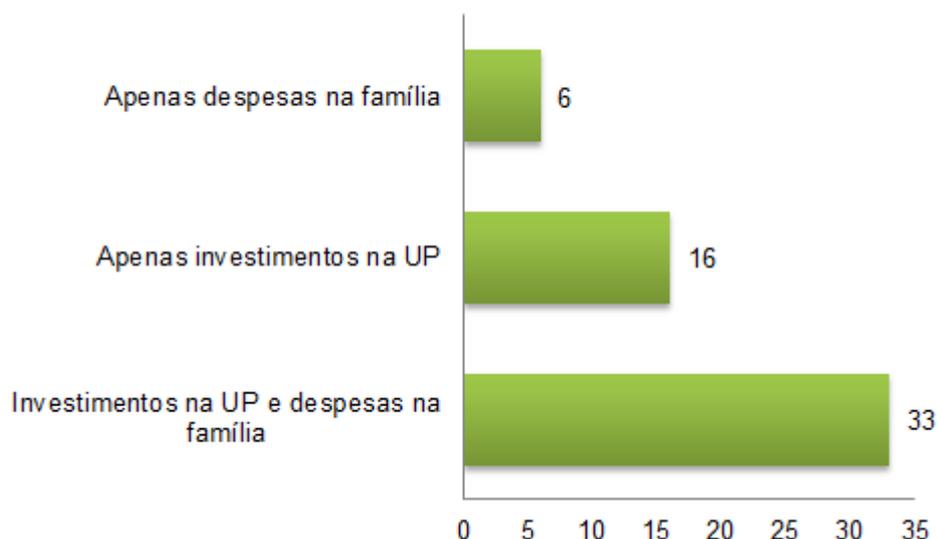
A porcentagem paga pela usina inclui uma parcela correspondente ao custo do transporte do leite, no entanto, este valor é dividido entre a coleta e a distribuição, não sendo possível identificar se o valor é suficiente em ambas as atividades. Pauta-se que este problema não é recente, em 2009 uma pesquisa feita pela Universidade Federal de Pernambuco, constatou que as entregas, em sua maioria, eram feitas também pelos agricultores, apenas algumas usinas realizavam a coleta do leite, no entanto, abarcando os que possuem volumes maiores de leite, retirando do processo os pequenos e isolados. Em algumas regiões a usina cobrava dos agricultores uma taxa para realizar a entrega, e em outras regiões os agricultores dependiam dos atravessadores, por fim, o estudo concluiu que:

É necessário que o programa modifique a postura que hoje adota em relação a essa questão e interceda, seja junto às usinas, seja junto aos estados. Junto às usinas, para negociar um custo médio de transporte compatível com a inclusão de seu público meta, porque as usinas têm condição de terceirizar a captação em rotas secundárias, a um custo unitário muito inferior àquele que os produtores, agindo isoladamente, são capazes de obter. E atuando junto aos estados, para que os mesmos procedam ao cadastramento dos pequenos

produtores e definam áreas de concentração desses produtores, com o propósito de viabilizar a instalação de tanques de resfriamento que venham possibilitar a participação desses produtores no programa (UFPE, 2009)

Os recursos do PAA, especificamente, as maiores aplicações, estiveram voltados para investimentos na UP e despesas na família simultaneamente, conforme 33 agricultores entrevistados; 16 agricultores aplicaram os recursos do PAA apenas em investimentos na UP e 6, os recursos do PAA eram voltados nas despesas na família, conforme exposto na Figura 21.

Figura 21 – Aplicação da maior parte dos recursos adquiridos com o PAA segundo os entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Em soma dos 49 agricultores que fizeram investimentos, os maiores montantes de recursos foram direcionados: na compra de animais, como 75 caprinos e 25 bovinos, construção de 15 galpões para criação de galinhas caipiras e a perfuração de 26 poços. Observa-se que os investimentos foram variados (Tabela 22) chegando até aquisições com valores altos, como 01 carro e 02 motos. Em outras análises municipais, houve um aumento de investimentos na construção e reforma de edificações, especialmente na construção de depósitos, ampliação das moradias e também aumento

significativo da média da quantidade de kits irrigação, de bombas d'água e tratores (ROSSI, 2015).

Tabela 22 – Categorias dos investimentos e quantidade de agricultores que fizeram investimentos com recursos do PAA.

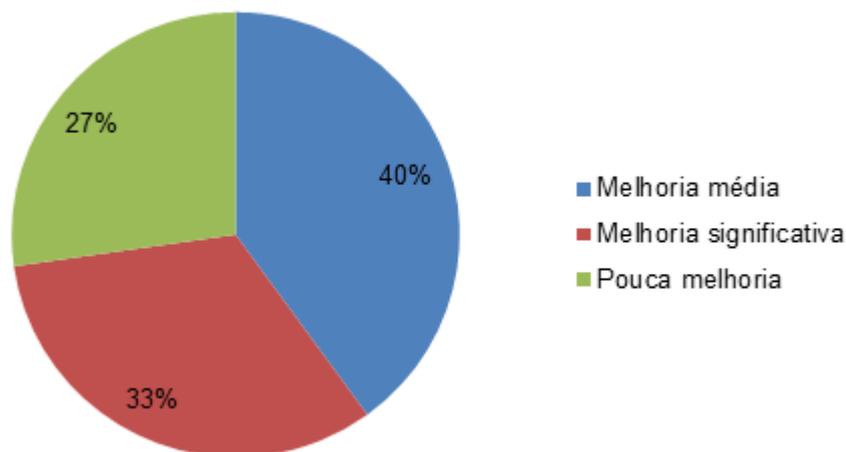
Variável	Categorias dos investimentos	Quant. de agricultores que fizeram o investimento
Barragem	02	02
Bovinos	25	15
Caixas para apicultura	13	05
Caprinos	75	12
Carro	01	01
Cerca	04	04
Cisterna	02	02
Curral	03	03
Freezer	01	01
Galinheiro	05	05
Galpões	15	14
Hectares	06	03
Irrigação	12	12
Liquidificador industrial	03	03
Máquina Forrageira	06	06
Moto	02	02
Poços Perfurados	26	20
Reforma da casa	07	07
Total	208	

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Ao questionar os agricultores se ocorreu melhoria na qualidade de vida após a inserção do PAA, 24, ou seja, 40,00% do total de entrevistados apontaram que houve uma melhoria média na família, como exposto na Figura 22. Os agricultores que citaram uma melhoria significativa, 33,00% do total, são aqueles que antes não tinham renda, como também, aqueles que a renda chegava até R\$ 250,00 antes do PAA. Já os agricultores que consideraram como pouca melhoria, são aqueles que não conseguiram o limite total do programa. Aqui, não houve parâmetros para medição, mas partiu-se da melhoria da qualidade de vida por meio da percepção dos agricultores fornecedores entrevistados. Estes dados indicam que 54,54% dos

entrevistados passaram a consumir novos alimentos após a participação no programa.

Figura 22 – Percepção dos agricultores entrevistados quanto o grau de melhoria da qualidade de vida após inserção no PAA.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

De acordo com Rambo (2014) em relação à qualidade de vida, ainda não se chegou a um instrumento/modelo ideal de verificação por envolver inúmeras variáveis. Schneider e Freitas (2013) comentam que a qualidade de vida se refere a [...]

Soma das condições econômicas, políticas, ambientais, científicas, culturais que estão ao alcance dos indivíduos e que, a partir destes recursos, seja possível a realização dos desejos. Ou seja, a noção de QV não está somente naquilo que as pessoas podem adquirir, mas no que elas entendem e equacionam como melhoria de sua vida (SCHNEIDER; FREITAS, 2013, p. 134).

Com essa mesma metodologia de percepção, esses dados corroboram com os resultados de Salgado e Dias (2013), que concluiu que o programa provocou a melhoria da qualidade de vida já que elevou a renda, aquisição de bens duráveis e melhorias nas moradias, como também, promoveu a diversificação da produção e livres de agrotóxicos.

No que concerne ao valor limite recebido pelo programa no período analisado e que ocorreu a participação dos entrevistados (2011 a

2014), 43,63% afirmaram achar razoável o valor, seguido de 32,72% acharem o bom e 23,63% baixo. Contudo, na avaliação dos preços pagos pelos produtos, 58,19% deram nota de 08-10. Esta nota segue em consonância com o estudo, realizado também no estado da Paraíba, por Nascimento Neto (2012), em que a maioria, 42,31% da amostra, avaliou os preços pagos como muito satisfatórios.

Concomitantemente, por relatos dos agricultores, evidenciou-se que as potencialidades do PAA giraram em consonância com as principais motivações para entrar no programa, o fator da renda e o escoamento da produção. Em análise mais aprofundada dos discursos, o PAA para alguns entrevistados foi o motor para a fixação no campo, independência financeira e promoção de inserção no mercado local:

“Pra mim o melhor do programa é o dinheiro que a gente recebe pelos nossos produtos, só em saber que é uma renda, que a produção da gente não vai se perder, é bom demais, é uma venda garantida e a gente não tem com que se preocupar não!” (Agricultor 27).

“O bom desse programa é escoar a produção, antes perdia muita coisa, agora tem um mercado a mais para vender, eu gosto demais dele, aí do agricultor se não fosse um programa como esse” (Agricultor 42).

“O programa é bom porque fez com que eu tivesse uma renda sem sair da roça, é uma coisa que eu gosto de fazer é trabalhar com a terra, por isso que tô aqui. Ter a oportunidade de trabalhar onde quero” (Agricultor 02).

“Entrei porque não tinha renda antes, tudo dependia do meu marido, aí soube da oportunidade de fazer os bolos, os doces e fiquei ajudando nas despesas da casa, comprando minhas coisas na época”. (Agricultora 16).

“Antes eu não vendia o leite da cabra, era mais a carne mesmo, trabalhava com outras coisas, aí quando fiquei sabendo do programa, entrei foi para poder vender e melhorar a renda, depois aumentei a produção” (Agricultor 39).

Para Grisa *et al.*, (2011), o PAA permite a entrada no mercado e afasta o agricultor dos mercados de *commodities* agrícolas. A autora enfatiza que a garantia de comercialização proporciona um alento às famílias, já que

põe em prática as suas particularidades, valores e articulações com consumidores.

Dos 06 agricultores que alcançaram a independência financeira 05 são mulheres e fez com que a classe tivesse autonomia e participação na atividade agrícola, enfatizam ainda que *“Agora eu planto minhas coisinhas, tenho meu próprio dinheiro, compro as coisas para o meu filho e pra mim”* (Agricultora 46). Como também, *“Com o dinheiro do PAA consegui reformar minha casinha, fazer as coisas que queria que antes era meu marido que fazia só”* (Agricultora 50).

Não obstante, é relevante mencionar que o PAA apresenta alguns entraves, os mais citados pelos agricultores foram: descontinuidade do programa, 33 vezes; baixo limite de compra por produtor, 31 vezes; legislação sanitária, 25 vezes; burocracia, 10 vezes, e despreparo das instituições no modo de fornecer os produtos, 04 vezes. A descontinuidade do programa se refere a questão da finalização do projeto e início de outro, essa “pausa” faz com que os agricultores fiquem sem fornecer, e conseqüentemente, sem receber, podendo chegar a meses, sendo mais sentido por aqueles que não tinham outro canal de comercialização. 26 agricultores, representando 47,27% dos entrevistados, afirmaram que ficaram desestimulados a participarem do programa por conta dessa descontinuidade, como também, terem perdido vários produtos, pois tinham planejado toda a produção para o fornecimento no PAA. Salientam que, como estratégia, costumam recorrer a outros tipos de atividades não agrícolas para suprir a falta do dinheiro recebido pelos produtos, o excedente da produção é destinado para lojas de hortifrutigranjeiro e para os animais das propriedades, como é possível observar pelos relatos abaixo:

“Essa demora para começar um novo projeto é horrível, ficamos ansiosos, perguntando direto ao pessoal da associação quando vai começar, perdemos produtos e ficamos sem o dinheiro, a gente só esquece de tudo isso quando começa de novo o projeto” (Agricultor 49).

“Tive que procurar fazer alguns bicos para manter minha família, a gente fica desestimulado para entrar de novo porque a gente se planeja para participar, ai vem essa demora” (Agricultor 12).

“Esses projetos de PAA não deviam parar, tinham que ser tipo uma camisa, tira uma e já coloca outra, é muito ruim quando param [...] aí a gente pega coloca mais aqui na feirinha agroecológica, o que sobra vai para o sacolão e para os bichos, as galinhas” (Agricultor 07).

“Alguém devia fazer alguma coisa para não parar, ser direto porque a gente planta pensando que vai começar e fica essa demora” (Agricultor 54).

Em entrevista com a CONAB, é alegado que o principal motivo da descontinuidade nos projetos é devido a questões orçamentárias,

“A demanda social é infinita, mas os recursos são finitos, por exemplo, esse ano seria preciso ter o dobro de recursos para atender as demandas que são colocadas, mas não tem recurso para isso, e essa é a dificuldade de fazer com que um projeto se encaminhe com outro, muitas vezes demora a chegar o orçamento, demora a se resolver no âmbito federal, e até abril mais ou menos a gente está em função ainda, mas sabemos que isso atrapalha o processo produtivo. Imaginamos que eles fiquem em uma vertente positiva, aí espera janeiro, fevereiro, março e nada, e choveu e plantou, e ainda não tem o PAA, mas não somos nós que temos essa função” (Gerente de Operações e Suporte Estratégico da CONAB do estado da Paraíba).

Para Nascimento Neto (2012), o programa deveria seguir a lógica de comercialização permanentemente e isso acarretaria melhorias, como impactos econômicos e na qualidade de vida dos agricultores. Chmielewska, Souza e Lourete (2010) comentam que a ruptura na participação faz com que todo o produto que seria destinado ao PAA seja direcionado para as feiras, e como consequência, existiria uma grande oferta e queda nos preços. Observou-se que muitos estudos relatam a questão da descontinuidade, no entanto, com base na literatura, pouco tem sido feito. Faz-se necessário, deste modo, uma análise mais aprofundada para que possibilite entender os enfrentamentos que os agricultores são submetidos por consequência da descontinuidade. A compreensão poderá ser importante para orientar possíveis ajustes no programa.

Destaca-se que o PAA não é caracterizado pela obrigatoriedade de estar incluído no orçamento federal, significando a oferta dos recursos ou não. Segundo Hespanhol (2013,) existe a necessidade do programa não ser somente uma política de Governo, mas de Estado, uma vez que, a política de Governo é sumarizada em mandatos, enquanto a de Estado é permanente.

Dentre os limites citados pelos entrevistados que envolve o programa está também o baixo limite de compra por produtor, que se refere à quantidade que os agricultores podem fornecer ao programa. Os que ressaltam esta questão são, em sua maioria, os que avaliaram o limite máximo recebido pelo programa como razoável, este ponto está intrinsicamente relacionado à capacidade de produção dos agricultores, como deter poços na propriedade, sistema de irrigação, área, maior número de animais, mão-de-obra disponível. Os entrevistados comentam que “*o programa devia possibilitar a gente de colocar mais produtos, ia ser melhor pra gente e para eles*” (Agricultor 33). “*O tamanho da cota devia ser mais alto, a gente fica restrito em uma quantidade e um valor*” (Agricultor 55).

Para os agricultores que trabalham no PAA Leite o tamanho da cota é limitado a 100 (cem) litros por dia por agricultor familiar, dos 12 entrevistados que trabalham na categoria leiteira, 100% afirmaram que o principal entrave é o fato da cota ser pequena. Pauta-se que o governo tem dado a atenção necessária a esta questão, no início do programa o valor máximo pago no PAA Leite era de R\$ 2,5 mil por ano. Entretanto, em 2005, o governo autorizou que se dobrasse o valor máximo para R\$ 5 mil por ano por produtor (ORTEGA; JESUS, SÓ, 2006). Na doação era de apenas R\$ 2.500,00, em 2006 passou para R\$ 3.500,00 e em 2014 para R\$ 8.000,00, observa-se um aumento de R\$ 5.500,00. A CONAB, alegou, por meio de entrevista para esta pesquisa, que o PAA busca ser o promotor de acesso a mercados aos agricultores participantes e que ele não seja o único mercado acessado:

“o PAA é e deve ser apenas um apoio, a nossa intenção é que ele entre no PAA para que ele consiga atingir o mercado e assim caminhar, nós procuramos orientar para que não sejamos o único mercado” (Gerente de Operações e Suporte Estratégico da CONAB do estado da Paraíba).

A dificuldade quanto à adequação à legislação sanitária e a forma que foi implantada foram citadas principalmente por agricultores que trabalhavam com atividades agroindustriais e avicultura, com concentração maior de mulheres na primeira atividade e homens na segunda. O MAPA cobra

procedimentos específicos para o processamento e abatimento de animais. A necessidade desta inspeção e do selo trouxe endividamentos, insatisfação e desistência de 05 agricultores entrevistados, sendo 04 mulheres que trabalhavam de forma agroindustrial e 01 com avicultura:

“A exigência dessa regulamentação no meio do projeto me prejudicou demais, eu já tinha feito a compra do liquidificador industrial que custou caro e fiquei sem ter como pagar ele. Já tava com os produtos tudo pronto para repassar pra instituições e aconteceu isso, perdi muita coisa, tenho dívida em mercadinho que comprava o açúcar e umas frutas para fazer as polpas. O pior é que essas exigências veem de cima para baixo, eles mandam e a gente tem que obedecer, isso é errado” (Agricultora 25).

“Antes era a gente que abatia o frango e vendia, agora tem que ir para o abatedouro e pagar uma taxa que eu não lembro quanto é, preferi sair do programa e vender para em outros cantos” (Agricultor 34).

“Eu fazia os bolos, polpas e doces, quando teve esse negócio do selo do município fiquei sem a renda certa, atrasei um empréstimo, o pagamento da associação, o que a gente tinha guardado dos produtos meu marido teve que vender de porta em porta, aí com o dinheirinho que a gente ganhava ia pagando uma energia, uma água. Ganhava por semana 34 reais e assim a gente ia vivendo” (Agricultora 05).

“Desde que aconteceu isso de parar de receber nossos produtos eu não quero mais participar do programa, preferi sair, foi muito ruim na época que aconteceu isso, tenho dívida para pagar porque me planejei comprando as coisas para fazer os produtos, hoje meu marido não quer nem escutar em casa o nome desse programa” (Agricultora 03).

É possível perceber, pelos relatos dos entrevistados, as expressivas consequências negativas pela forma como a norma foi imposta, interrompendo projetos que já estavam sendo desenvolvidos, acarretando frustrações aos envolvidos. Necessita-se assim, uma maior atenção e tempo para adequação às devidas normas e oferecimento de cursos sobre qualidade sanitária e higiene para os agricultores, visando uma melhor compreensão do tema e da necessidade, como já mencionado anteriormente.

A burocracia e falta de logística das instituições em receber os produtos foram outras dificuldades citadas no PAA, os agricultores entrevistados relatam que “a papelada é muito grande” e ainda que a entrada

no programa e o fornecimento deveriam ser mais facilitados. Quanto à falta de logística, o relato foi feito por agricultores que trabalham com apicultura, “*as instituições não souberam fornecer o mel de maneira correta, houve falta de interesse, por isso que sobrava tanto*” (Agricultora 51). Eles relatam que, embora tenham ocorrido cursos com as merendeiras, não houve a valorização e que em virtude disso o mel sobrava nas escolas atendidas. O fato pode estar relacionado ao hábito alimentar das crianças, por não consumirem mel de abelha com frequência acabam não se adaptando ao sabor. Froehlich e Schneider (2013), em estudo feito no Rio Grande do Sul, constataram que a aproximação dos alunos com os agricultores, juntamente com a alteração dos cardápios, causou a aceitabilidade de gêneros que antes do programa não tinham sido ofertados.

Ainda com as vulnerabilidades e dificuldades do meio rural, dos 55 agricultores entrevistados 96,36% afirmaram satisfeitos com a atividade agrícola, embora todas as dificuldades apontadas, na avaliação geral do PAA, 80,00% dos agricultores entrevistados pontuaram o programa com nota de 08 a 10.

4.4 Os efeitos do PAA nas instituições entrevistadas

No município de Monteiro-PB, o PAA por meio da modalidade Leite, em 2011, atendeu cerca de 1.100 famílias, em 2014 esse número passou para 1.052 famílias. Na modalidade CDS, em 2011, o programa atendeu 12.209 pessoas, caindo em 2014 para 1.447. Na Tabela 23, observa-se que o maior número de atendimentos foi no ano de 2013, como também instituições participantes, com 13.101 atendimentos e 09 instituições, respectivamente. O baixo número de pessoas atendidas, em 2014, pode ser explicado pelo fato da diminuição dos recursos, como já citado aqui, sendo um ponto negativo do programa, tendo em vista que se trata de pessoas carentes em nível de insegurança alimentar.

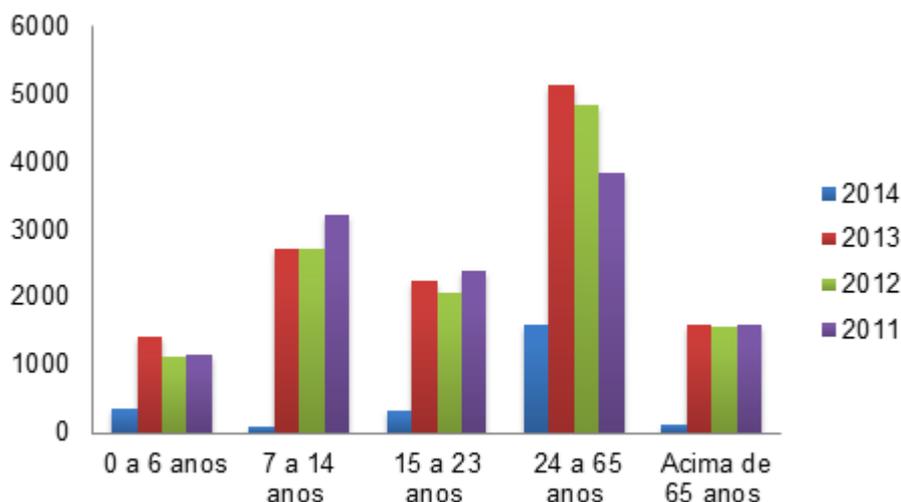
Tabela 23 – Instituições e número de pessoas atendidas pelo PAA no município de Monteiro de 2011 a 2014.

Nome das instituições	Atendimentos			
	2011	2012	2013	2014
Associação Comunitária Joaquim Barbosa de Sales	-	-	171	171
Associação José Augusto Gomes dos Peq. Produtores Rurais do Tinguí e Olho da D'água do Silvadutores	-	-	114	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	18	-	-
Centro de Referência da Assistência Social	47	53	53	-
Clube de Mães de Monteiro	652	742	742	-
Escola Municipal Professora Adalíce Remígio Gomes	416	-	-	-
Escola Municipal Tiradentes	500	-	-	-
Fundação de Comunicação e Assistência Social de Monteiro	-	736	736	736
Igreja Evangélica Verbo da Vida	860	1.031	1.033	-
Paróquia de Nossa Senhora das Dores	-	-	540	540
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	398	396	396	-
Programa Municipal Sopa da Gente	9.336	9.316	9.316	-
Total de atendimentos	12.209	12.292	13.101	1.447

Fonte: SAGI (2015).

As pessoas beneficiadas com o PAA, por meio da modalidade CDS, se concentraram na faixa etária de 24 a 65 anos, seguido de 07 a 14 anos, este último se refere às crianças vinculadas às escolas e ao PETI, na Figura 23 nota-se, de forma mais detalhada, os números e as faixas etárias dos atendidos entre 2011 e 2014.

Figura 23 – Número e distribuição das faixas etárias das pessoas atendidas pelo PAA em Monteiro de 2011 a 2014.



Fonte: SAGI (2015).

No que concerne à amostra entrevistada, das 08 instituições no universo de 12, entre os anos de 2011 a 2014, 02 se caracterizavam como atividades religiosas, 01 com projetos de amparo às crianças e adolescentes, 01 com projetos direcionados às mulheres, mães e gestantes, 01 com atividades às pessoas carentes, 01 com atividades para pessoas com deficiências e 02 escolas. Os coordenadores/responsáveis e diretoras afirmaram, em sua maioria, que a participação no programa se deu por meio de convite da prefeitura do município. Para as instituições que antes do programa não realizavam doação de produtos alimentícios, como é o caso da Igreja Evangélica Verbo da Vida, Paróquia de Nossa Senhora das Dores e o Clube de Mães, o impacto do PAA foi mais sentido, de acordo com relatos dos entrevistados o programa fortaleceu a relação com comunidade carente do município e das famílias atendidas.

“O incremento dos produtos melhorou muito a relação da paróquia tanto com a comunidade de Monteiro e com as famílias beneficiadas depois que começamos com o fornecimento dos produtos, a relação de confiança ficou maior” (Paróquia Nossa Senhora das Dores).

“Os fornecimentos dos produtos mudou tudo para todos nós, a gente só sabe a importância do programa quando a gente tá entregando, a gente nota a satisfação da pessoa quando recebe o frango, quando

recebe a verdura, quando recebe o legume, eles saem daqui altamente felizes [...] estamos trabalhando com uma comunidade muito carente, pois antes de começar a fornecer nós visitamos as casas e vimos que a pessoa realmente necessita. Então, o PAA trouxe tanto uma melhoria do lado deles com a gente e a gente com o programa, já que ajudamos o próximo” (Igreja Evangélica Verbo da Vida).

“A gente notou que a relação das mães com o clube ficou melhor depois do PAA, elas ficaram mais felizes e satisfeitas [...] o frango e as verduras que elas recebem é o que muitas têm para passar a semana” (Clube de Mães de Monteiro).

O aumento da relação de confiança da comunidade com as instituições é uma constatação positiva como um dos efeitos do PAA no município, tendo em vista que, isto pode facilitar a instituição no desenvolvimento de novos trabalhos e possivelmente ter resultados ainda mais satisfatórios.

No caso do Programa Sopa da Gente, a secretária de Desenvolvimento Social alega que o PAA acarretou uma significativa diminuição nos custos do preparo da sopa e que melhorou a qualidade, considerando a variedade de produtos recebidos, por serem produtos novos e livres de agrotóxicos. O programa do município se caracteriza com realização da distribuição de sopa em 06 locais distintos funcionando de segunda a sexta-feira, atingindo aproximadamente 4 mil pessoas, estas, que por sua vez, foram cadastradas na secretaria de Desenvolvimento Social e identificadas com um cartão que serve como identificação no dia do fornecimento da sopa.

Para as escolas, o impacto do programa não foi tão sentido, tendo em vista da presença do PNAE que, tem em um dos seus objetivos, a oferta da merenda escolar, o nutricionista do município comenta sobre o início das escolas no PAA,

“A participação das escolas no programa se deu no ano de 2010, foi quando começou meu trabalho juntos com os agricultores familiares de Monteiro. Iniciamos com reuniões para explicar como funcionaria a compra e assim começar a adquirir os produtos dos mesmos” (Nutricionista do município de Monteiro).

As 02 diretoras entrevistadas afirmam que a merenda da escola sempre foi de boa qualidade e quantidade suficientes, e os produtos advindos

do PAA tinham a finalidade de incrementar as refeições. O nutricionista afirma que os produtos do PAA vinham diversificados e atendiam as necessidades dos alunos. Dentre os alimentos que não eram consumidos antes do programa, foi citado o mel, as diretoras relatam que havia o desperdício do produto, por não fazer parte do hábito alimentar do aluno e que a quantidade fornecida ia além da necessária, elas afirmam que:

“Vinham o mel para a gente, mas não tinha jeito, os alunos não gostavam, nossa merendeira fazia o possível, algumas vezes ela adoçava o suco com o mel, bastava os alunos sentirem o cheiro que não tomavam, era muito complicado” (Diretora 01).

“Os alunos não gostavam do mel, as merendeiras passaram por cursos, elas estavam preparadas, mas a questão era outra, eles não gostavam, por isso que sobrava muito e vinha muito também” (Diretora 02).

Estes relatos entram em confronto ao dos apicultores que forneceram para o PAA, como já citado anteriormente, ao alegarem que seria a falta de interesse ou dificuldade na logística das escolas ao uso do mel. Aqui evidencia-se a importância da participação conjunta das instituições com as associações e cooperativas na elaboração do projeto do PAA a ser enviado à CONAB, uma vez que quando questionadas se houve participação na elaboração da proposta todas as instituições afirmaram que não, como também, uma maior compreensão das quantidades necessárias para cada instituição, do hábito alimentar dos atendidos, maior incentivo ao consumo de novos alimentos e cursos de capacitação com as merendeiras para uma melhor utilização dos produtos.

Para o PETI, que também já fornecia refeições antes do PAA, a coordenadora afirma que, embora não saiba o valor certo, houve uma diminuição nos custos do preparo das refeições após o engajamento no programa.

Ao questionar as instituições sobre se os consumidores tinham conhecimento da procedência dos alimentos, 05 afirmaram que sim, o que significa 62,50%. Froehlich e Schneider (2013, p. 225) identificaram em seu estudo que a “informação da procedência e o estímulo a uma alimentação mais

saudável resultou numa aproximação entre os alunos que recebiam o alimento e o agricultor que o cultivava”.

As instituições, na época de sua participação, recebiam semanalmente os produtos quando se tratava de legumes, verduras, bolos, doces e frango e quinzenalmente quando era o mel, a doação era realizada no mesmo dia de recebimento, com exceção das escolas e PETI. Elas recebiam os produtos em sua própria sede, onde era feita a distribuição às pessoas carentes. Apenas o Clube de Mães é responsável pela logística de entrega, com a compra de aproximadamente 800 sacolas por semana, nas demais as famílias que ficam responsáveis pela forma de entrega.

No que se refere à percepção das instituições perante a satisfação dos consumidores quanto aos produtos do PAA, 05 instituições afirmaram que notaram uma satisfação positiva dos atendidos, as demais, 02 instituições afirmaram que não notaram satisfação, devido à rejeição dos alunos pelo mel, e 01 instituição, não soube informar. Quanto à qualidade dos produtos, 07 instituições avaliaram com nota de 08 a 10 e, 01 instituição, afirmou não saber responder. O nutricionista do município avaliou também os produtos do PAA com a nota de 8 a 10.

Constatou-se que a descontinuidade do PAA afeta diretamente as instituições que não forneciam produtos antes do PAA. Os entrevistados apontam a questão como um fator negativo, como ressalta o pastor da Igreja Verbo da Vida em seu relato:

“A instituição parou de receber os produtos por causa da questão da formulação do projeto, isso é entre Monteiro e João Pessoa. As pessoas sentem falta dos produtos, a gente é abordada direto nas ruas, assim, a gente tem programa na rádio e o pessoal liga perguntando [...] era para dar uma pressinha para começar, tem muita gente que tem necessidade dessa mão amiga, com certeza” (Igreja Verbo da Vida).

A importância da continuidade dos projetos de PAA contribui diretamente com os trabalhos relacionados à Saúde e Assistência Social. O que denota maior estabilidade e segurança de uma alimentação em qualidade e quantidade necessárias. No entanto, a questão das instituições e os

atendidos com a dependência ao PAA pode ser um problema que quebra os objetivos do programa, tal qual o desenvolvimento do município.

Não obstante, a falta de informação, quanto ao motivo de não receber mais os produtos, é presente nas instituições que têm o PNAE como a principal política pública, as diretoras comentam que os alunos não sentiram a falta dos produtos já que a merenda era suficiente antes mesmo de entrar no PAA.

Do exposto, na realidade das instituições que acessam o programa no município de Monteiro, a relevância do PAA se torna evidente na relação de apoio às famílias carentes. Observa-se que, de modo geral, o programa apresentou pontos positivos e negativos, e que os efeitos do programa são significativos, entretanto, as falhas aqui apontadas afetam a legitimidade dos avanços já alcançados.

Segundo Grisa e Porto (2015) ainda que o PAA não tenha atingido os objetivos proposto na implementação, ele é um programa importante, e que carece de aprimoramento, sendo assim, mais uma barreira para a política de comercialização no Brasil.

5 CONCLUSÕES

É inegável a importância da criação e atuação de políticas públicas para a agricultura familiar, principalmente nos estados do Nordeste que merecem atenção em vista que é uma região marcada por intensas vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais. Nesse sentido, o PAA com as suas modalidades, contribuiu no apoio a categoria da agricultora familiar, amparando-os no que se refere à garantia de comercialização e renda, como também as famílias que vivem em níveis de insegurança alimentar. Entretanto, ainda com os aparatos do programa, foi possível constatar falhas, em que na análise por regiões, observou-se, nos anos de 2011 a 2014, que tanto os recursos, como os volumes da produção e participação sofreram quedas.

No que se refere aos recursos do PAA aplicados no município de Monteiro, área de estudo desta pesquisa, no mesmo período (2011-2014), também sofreram quedas, especificamente no ano de 2012, uma vez que problemas como a seca e novas normas sanitárias e de higiene marcaram a natureza do programa com consequências expressivas nos anos seguintes 2013 e 2014, refletindo nos recursos das organizações, na participação dos agricultores e dos atendimentos. Quanto aos produtos adquiridos, embora tenham apresentado variedade, e a valorização, com 30% a mais no preço dos produtos agroecológicos, o volume neste último foi escasso, necessitando de mais incentivos que vão além do preço.

A pesquisa possibilitou identificar inúmeras transformações e efeitos positivos do PAA em Monteiro, sobretudo, na intensa relação do programa com as organizações, uma vez que estas possuem participação constante no programa, desde o início da inserção até o encerramento dos projetos, como consequência, provocando relações de confiança com os agricultores associados e cooperados.

Evidenciou que o PAA promove o fortalecimento das associações, como no caso da experiência da AVA, em que o programa provocou impulsionou a organização dos agricultores e contribuiu para a produção de maior qualidade e em maior escala, fortalecendo a comercialização em nível local e estadual, se tratando de uma característica positiva uma vez que

valoriza a prática do associativismo e adquire a satisfação dos consumidores e das instituições vinculadas no programa.

Com relação aos agricultores familiares, os dados indicam que o programa deve incentivar a participação dos agricultores mais jovens, podendo colaborar com a permanência no campo, juntamente com o investimento da efetiva assistência técnica a fim de evitar problemas de perdas de produção e proporcionar uma melhor convivência com a seca.

Dos efeitos positivos do PAA para a agricultura familiar, destacam-se: transformações no espaço produtivo, com aumento da produção; fortalecimento das práticas da avicultura e caprinocultura; diversificação da produção, como também, elevação na renda, especialmente, para aqueles que não estavam inseridos no mercado antes do programa; ao mesmo tempo em que, aumentou o poder aquisitivo dos agricultores e provocou o empoderamento da mulher; melhoria da qualidade de vida, junto com a elevação no nível de segurança alimentar. Cabe destacar também o potencial do programa em impulsionar o planejamento da produção e atuação dos agricultores na busca pela não dependência ao programa, uma vez que o programa é a principal fonte de renda, mas não é o único canal de comercialização para a maioria dos agricultores.

Quanto às instituições, o PAA foi impactante para aquelas que não forneciam alimentos antes do programa, como o caso das Unidades Receptoras, provocando melhoria da relação com a população, uma vez que beneficiou a comunidade carente. Para o Programa Sopa da Gente acarretou diminuição nos custos das sopas, proporcionando maior qualidade, já que incrementou com novos produtos.

A partir dessas constatações, indica-se de maneira geral, o programa alavancou as organizações, melhorou as condições socioeconômicas dos agricultores familiares e fortaleceu as relações de confiança das instituições com a comunidade do município de Monteiro.

Por outro lado, o PAA se mostrou com limites e entraves, provocando contradições perante aos objetivos propostos inicialmente, como: norma imposta em meios a projeto já sendo desenvolvidos (sanitárias e de

higiene); falta de instruções quanto a adequações das normas; burocracia; baixo limite de compra; descontinuidade de projetos; falta de logística nas entregas dos produtos e da utilização dos mesmos, afetando as três categorias aqui analisadas. Estes entraves acarretaram consequências como endividamento dos agricultores, frustrações, desmotivação a participação, principalmente por parte dos agricultores que desenvolviam atividades de beneficiamento, juntamente com a quebra nas doações para famílias em níveis de insegurança alimentar.

É necessário então, oferecimento de cursos para disponibilizar informações quanto os Serviços de Inspeção e Boas Práticas de Fabricação, oferecimento de transportes sem custos para os agricultores no dia de entrega as Unidades, simplificação nas documentações e cursos sobre utilização e aproveitamento de alimentos.

Pauta-se que, para que se justifique a atuação do governo, é necessário reestruturar e efetivar o programa, haja vista que estas limitações em um programa que engloba duas políticas públicas - agrícola e segurança alimentar afeta diretamente as condições econômicas e sociais de todos os envolvidos.

Acredita-se que esta pesquisa de alguma maneira colaborou com o conhecimento acerca do PAA. No entanto, algumas deficiências podem ser apontadas, como: o tamanho da amostra e a insuficiência de informações no que se refere às organizações e instituições. Assim, é fundamental a realização de novos estudos que captem o impacto desta política pública para os agricultores fornecedores, organizações e instituições, como também os consumidores de forma isolada, como forma de aprofundar a avaliação deste programa.

Observa-se ainda que, este trabalho abre caminhos para novos estudos no qual contemple um debate acerca da operacionalização do PAA, frente às demandas, limites e potencialidades, como também análises com demais categorias que o programa engloba a exemplo dos consumidores ou grupos, como quilombolas, indígenas e assentados. Indica-se ainda diagnósticos para períodos e regiões diferentes dos que aqui foram apontados.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, N. G.; SANTOS, R. F. dos. Agricultura Brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: SOBER, 2001. p. 1-9.

AGUIAR, A. M. L. de. **O desafio do Associativismo na Agricultura Familiar: o caso dos Produtores Rurais Feirantes do Município de Pato Branco- PR.** 2007. 161 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

ABREU, K. D. R. D. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: Um olhar sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e o desenvolvimento dos agricultores familiares. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 6., 2012. **Anais...** São Paulo: PUC, 2012. p. 1-18 p.

ALMEIDA, R. Z. D. C. de. Associativismo na agricultura familiar e capital social: uma alternativa para o desenvolvimento no meio rural brasileiro. In: Congresso internacional interdisciplinar em sociais e humanidades, 3., 2014, Salvador. **Anais...** Salvador: CONINTER, 2014. p. 385-402.

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em:<
<http://www.enfoc.org.br/web/arquivos/documento/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-alfafin---2007.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

ALVES, V.O. *et al.* O Associativismo na agricultura familiar dos estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Administração Pública Gestão Social**, Viçosa, v.3, n.1, p. 66-88, jan./mar. 2011.

ANDRADE, M. C.; ALVES, A. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso Marta Cleia Andrade Cristina Alves. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

BACHA, C. J. C, DANELON, L., DEL BEL FILHO, E. Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil – período de 1985 a 2003. **Revista Teoria e Evidências Econômicas**, Passo Fundo, v. 14, n.26, p.43-69, mai., 2006.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, RS, v. 27, p. 46- 60, jul./dez, 2011.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, MG, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BARBOSA, M. R. V. et al. Vegetação e flora no Cariri Paraibano. **Oecologia Brasiliensis**, Rio de Janeiro, RJ, v.11, n.3, p.313-322, 2007.

BARRETO, R.C.S.; KHAN, A.S.; LIMA, P.V.P.S. Sustentabilidade dos assentamentos do município de Caucaia- CE. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 43, n. 2, p. 225-247, 2005.

BECKER, C. ANDERSSON, F. da. S.; MEDEIROS, P. M. de. Inovação e controle social na produção e comercialização de alimentos ecológicos: institucionalizando a confiança?. **Revista Agriculturas**. v. 10, n. 2, p. 18- 21, jun., 2013.

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. Conciliando a fome com a vontade de produzir: a transversalidade nas políticas públicas. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, RR, v.6, n.11, p.07-21, 2012.

BELIK, W. A Heterogeneidade e suas Implicações para as Políticas Públicas no Rural Brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.53, n.1, p. 9-30, 2015.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S (Ed.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009, p. 55-96.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.12, n.1, p.12-20, jan./jun, 2003.

BINSWANGER, H. Quais são as Perspectivas para a Reforma Agrária? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-18, abr. 1989.

BITTENCOURT, G. A. As políticas agrícolas e a agricultura familiar no sul do Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. v. 1, n. 7, p. 125-140, 1997.

BRACAGIOLI NETO, A.; GEHLEN, I.; OLIVEIRA, V. L. de. **Planejamento e gestão de projetos para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2010.

BRASIL. Decreto nº 1946 de 28 de julho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**, e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm> Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (Art.4). **Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696**, 2 de julho de 2003. (2012a) Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que **dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos**. (2014a) Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm>. Acesso em: 23 out. 2015.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 30 mai. 2015.

_____. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, **que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências**, Brasília, 28 dez. 2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em: 05 jul. 2015.

_____. Governo Brasileiro. **Brasil em pauta**: Brasil em Pauta fala sobre os 10 anos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 2014b. Disponível em:<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/brasil-em-pauta/brasil-em-pauta/brasil-em-pauta-fala-sobre-os-10-anos-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

_____. **Estudo sobre os Beneficiários do PAA-Leite**: Produtores e Consumidores. Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS, mai. 2012b. Disponível em:<<http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/PainelPEI/Publicacoes/C5%20n%2066%20-%20ESTUDO%20SOBRE%20OS%20BENEFICIARIOS%20DO%20PAA-LEITE%20PRODUTORES%20E%20CONSUMIDORES..pdf>>

_____. Governo Brasileiro. **Economia e emprego**: Preços do Programa de Aquisição de Alimentos têm regras simplificadas, set., 2013. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/07/regras-para-definicao-de-precos-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-sao-simplificadas>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do Século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. 1ed. Brasília: Embrapa, 2014. 1182 p.

BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. D.; GUANZIROLI, C. E. Novíssimo retrato da agricultura familiar, set. 2009. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/novissimo-retrato-da-agricultura-familiar>> acesso em: 20 dez. 2015.

BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLI, C. E. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, p.312-347, jul/dez 2003.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRHANDH, 2010.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P.J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.18, n.3, p.69-101, 2001.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J. M.; BRUNO, R. (Orgs.). **Mundo Rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325-344.

CARVALHO, D. M. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1- 14.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...**Cuiabá: SOBER, 2004. p. 1-19.

CAZELLA, Ademir A. et al. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

CHMIELEWSKA, D; SOUZA, D.; LAURETE, C. A. **O Programa de Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as Práticas dos Agricultores Participantes Orientadas ao Mercado: Estudo de Caso no Estado de Sergipe**. Brasília, DF: IPEA, 2010. 40 p. (Texto para discussão, n. 1.510).

CIRINO, J. F. et al., gerenciamento de projetos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos – Doação Simultânea em Minas Gerais. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 451-490, out./dez. 2014.

COELHO, C.N. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil: 1931-2001. **Revista de Política Agrícola**, v. 10, n.3, p. 3-58, jul./set. 2001.

COELHO, S. L. **Participação Social e Associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção de Comércio Justo**. Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em : <<http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working30.pdf>> . Acesso em: 05 fev. 2016.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Notícias:** Cresce a participação das mulheres no PAA, 2015. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=36456>> Acesso em: 23 ago. 2015.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS:** um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2004. 192f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar:** uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. 288f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos – PAA:** a perspectiva dos beneficiários. Brasília: CONAB, 2007.

CRUZ, S. S. da. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 241-269, abr./jun. 2012.

DALBELLO, O.; FRANZ, D. Cooperativismo - organização social como base do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. In: Simpósio de controle do pescado, 2., 2008, São Vicente, 2008. p. 1-9. (Texto para oficina).

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da.; OLIVEIRA, J. J. de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (PAA).** Brasília, DF: IPEA, 2005. 26 p. (Texto para discussão, n. 1145).

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil.** 2ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 15- 52.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul./set. 2001.

DEWES, J. O. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent- Driven Sampling:** uma descrição dos métodos. 2013. 53 f. Monografia (Bacharelado em Estatística). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. **Sociedade e Desenvolvimento Rural.** v. 1, n. 1, p. 107- 198, 2007.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FERREIRA, M. J. et al. Programa de aquisição de alimentos (PAA) como instrumento para organização social de agricultores familiares: o caso de Angatuba, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, SP, v. 44, n. 1, p. 55-64, 2014.

FOGUESATTO, C. R. ; MACHADO, J. A. D. . A tomada de decisão dos jovens no processo migratório rural-urbano no Brasil: panorama entre 1970 e 2010. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 11, n. 21. p. 2793-2802, 2015.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional**. Brasília: FAO; 2014. 87 p. Disponível em:< https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf> Acesso em: 05 dez. 2015.

FOSCHIERA, I. P. **O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: Impactos e Perspectivas**. 2008. 73 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FRANÇA, C. G. et al. **O Censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96p.

FROEHLICH, E. ; SCHNEIDER, S. Condicionantes Legais e Estratégias de Governança para a Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar via o Programa de Aquisição de Alimentos: o caso de Tapes, no Rio Grande do Sul. In: DEL GROSSI, M. E.; KROEFF, D. R. (Org.). **Programa de Aquisição de Alimentos**. 1 ed. Brasília: Gráfica Brasil, 2013, v. 1, p. 208-234.

GALINDO, E.; RESENDE, G. M.; CASTRO, C. DE.; CRAVO, T. A. **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): uma avaliação de seus impactos regionais**. Brasília, DF: IPEA, 2015. 20 p. (Texto para discussão, n. 2042).

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 287f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual Fortalecimento da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, 1995.

GONÇALVES, J. E. Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia E Sociologia Rural, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação a Pesquisa Científica**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2007.

GRANDO, M. Z.; FERREIRA, G. S. DA. O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com o Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos**. FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 135-148, 2013.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2013.

GRISA, C. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agrícolas**. v. 8, n.3, p.34-41, 2011.

GRISA, C. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das idéias**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, v. 1, p. 155-18.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia rural**, Brasília, v. 52, supl 1, p. 125-146, fev. 2015.

GRITO DA TERRA BRASIL. **Pauta nacional de reivindicações**. Brasília: CUT/DNTR, CONTAG, MST, MAB, MONAPE, CNS, CAPOIB, 1994.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 284 p.

GUILHOTO J.J.M. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados. In: Encontro Nacional de Economia, 35., 2007, Recife. **Anais...**Recife: ANPEC, 2007. p. 1-17.

HESPANHOL, R. A. de M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.25, n.3, p. 469-483, 2013.

HESPANHOL, R. A. M. Perfil das associações de produtores na Região de Presidente Prudente - SP. **Geografia**, Rio Claro, v. 32, n. 1, p. 133-142, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. **Primeiros resultados**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE. 2009. 267 p.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades. Paraíba: Monteiro**, 2010. Disponível em:<
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250970&search=paraibalmonteiro>> Acesso em: 13 nov. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: SIDRA, 2007. Disponível em:<
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desenvolvimento Rural. In: IPEA. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília, nº 23, 2015.

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 48. n. 2, p. 57-69, 2001.

KREUTZ, I.J.; PINHEIRO, S. L. G.; CAZELLA, A. A. A construção de novas atribuições para a assistência técnica e extensão rural: a mediação com reconhecimento da identidade. **Extensão Rural**, Santa Maria, ano XII, p. 41-67, 2005.

LACERDA, T. P. de. **Associações de base local**: um contributo para o desenvolvimento local e comunitário. 2012. 82f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

LAMARCHE, H (coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. II: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LAUSCHNER, Roque. **Cooperativismo e Agricultura Familiar**. 1994. 7p. Disponível em:<
<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/cooper-e-agric-familiar.pdf>> Acesso em: 05 jan. 2015.

LAZZAROTTO, J. J. Associativismo Rural e a sua Viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 31., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002. p. 1- 14.

LEONELLO, J. C.; COSAC, C. D. O Associativismo como Alternativa de Desenvolvimento Local e Sustentabilidade Social. In: Seminário do trabalho, 6., 2009, Marília. **Anais...**Marília: UNESP, 2009. p. 1-14.

LIMA, J. R.; NEDER, H. D. Efeitos da pluriatividade e rendas não-agrícolas sobre a pobreza e desigualdade rural na região Nordeste. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1- 16.

LUCENA, E.C.; LUIZ, J.M. Uma avaliação da importância do impacto do programa de aquisição de alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de Ceará-Mirim (RN). In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-17.

LUCENA, R. L. ; PACHECO, C. . O Cariri paraibano: aspectos geomorfológicos, climáticos e de vegetação. In: Encontro de geógrafos de América Latina, 12., 2009, Montevideu. **Anais...** Montevideu, 2009. p. 1-10.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Sobre os Sistemas Participativos.** Disponível em:< <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/sistemas-participativos-rpo>>. Acesso em: 17 de novembro de 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, S.P.; CAVALCANTI, L.I. Avaliação do impacto da execução do PAA no estado do Rio Grande do Norte. **Sociedade de desenvolvimento rural,** Brasília, DF, v. 1, n. 1, p 1-30, 2007.

MATTEI, L. F. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM (UnB),** Brasília, DF, v.7, p. 33-44, 2007.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste,** Fortaleza, CE, v. 45, n. 2, p. 1-9, 2014.

MDA. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. MDS, Brasília: DF, 2012.

MDS. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Bolsa Família**. Como Funciona, 2015. Disponível em:< <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>>. Acesso: 05 jan. 2015.

MDS. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Modalidade compra com doação simultânea**: operação por meio de termo de adesão. v. 1, 2014. 174p.

MINATEL, B. Agronegócios: a importância do cooperativismo e da agricultura familiar. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, v. 4, n. 4, p. 247-259, mar. 2015.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. Pesquisa e agricultura familiar: contribuição para o debate. **Raízes**, Campina Grande, PB, v.26, n. 1, p. 128-139, jan./dez. 2007.

MÜLLER, A. L.; FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v 1, n. 1, p. 1-36, 2007.

NASCIMENTO NETO, M. P. do. **O Programa de Aquisição de Alimentos PAA no município de Lagoa Seca PB**: análise das transformações vivenciadas na Agricultura Familiar. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

NASCIMENTO, C. A. do. A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 317-348, ago. 2009.

NAVARRO, Z. Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Orgs). **A agricultura brasileira**. Desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, IPEA, 2010, p.185-209.

OLIVEIRA, A. L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; ARAGÃO, J. C. O programa de aquisição de alimentos (PAA) no Município de Paranaíta, estado do Mato Grosso. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51., 2013, Belém. **Anais...** Belém: SOBER, 2013.

OLIVEIRA, I. L. et al,.. A agricultura familiar e estratégias de reprodução social nos assentamentos rurais de Mato Grosso: caso do Assentamento Fazenda

Esperança em Rondonópolis – MT. In. Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...**Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-19.

ORTEGA, A.C; JESUS, C.M.; SÓ, L.L.S. O PAA-leite na Bahia e em Minas Gerais: uma avaliação preliminar de seus modelos de implementação. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v. 5, n. 24, p.57-89, ago./2006.

PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. Revista de **Estudos Avançados**, São Paulo, v.3, n.7, p.87-108, 1989.

PARAÍBA. Governo do Estado da Paraíba. **Notícias**: Governo reajusta em 13% valor do litro do leite fornecido ao Programa do Leite da Paraíba, abr., 2012. Disponível em:< <http://paraiba.pb.gov.br/governo-reajusta-em-13-valor-do-litro-do-leite-fornecido-pelo-programa-do-leite-da-paraiba/>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

PBAGORA. A Paraíba o tempo todo. **Notícia**: Recadastramento do PAA-Leite adotado no estado da Paraíba é referência nacional, out., 2012. Disponível: < <http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20121021104331&cat=paraiba&keys=recadastramento-paaleite-adotado-estado-paraiba-referencia-nacional>> Acesso em: 20 dez. 2015.

PEDROSO, Í. L. P. B.; CLEPS JUNIOR, J. Produção Familiar e Associativismo: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande - Palmas (TO). **Campo-Território**, Uberlândia, v. 3, n. 5. p. 162-194, 2008.

PEREIRA, L. G. C. **Política agrícola brasileira**: breves considerações. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, mar.2013. Disponível em:< http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema2/2013_861_1.pdf> Acesso em: 30 nov. 2015.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. 289f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PICOLOTTO, E. L. O “fazer-se” dos agricultores familiares como sujeitos de direitos. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 91-115, 2009.

PLEIN, C.; FILIPPI, E. E. O Programa Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): geração de renda e segurança alimentar. **Revista Faz Ciência**, Cascavel, PR, v. 14, n.19, p. 63-86, 2012.

PORTELA, G. L. Pesquisa quantitativa ou qualitativa? Eis a questão. **Universidade Estadual de Feira de Santana**. Feira de Santana, 2004. Disponível em:<

http://www.paulorosa.docente.ufms.br/metodologia/AbordagensTeoricoMetodologicas_Portela.pdf>. Acesso em: 05 out. 2015.

PREZOTTO, L. L. (Org.). Manual de orientações sobre constituição de Serviço de Inspeção Municipal (SIM). 1ed, 2013. p.134.

PROJETO DOM HELDER CÂMARA. Investindo o ser humano. Transformando o semiárido, 2001. Disponível em:< <http://www.projetedomhelder.gov.br/site/o-projeto-dom-helder.html>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

RAMBO, F. L. **As contribuições socioeconômicas do Pronaf Mais Alimentos para a microrregião de Pinhalzinho – SC**. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2014.

REDIN, E.; FIALHO, M. A. V. Política Agrícola Brasileira: uma análise histórica da inserção da agricultura familiar. In: Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...**Campo Grande: SOBER, 2010.

RIBEIRO, J. X. P. **Princípios cooperativistas na percepção dos associados**: estudo em uma cooperativa de crédito de Minas Gerais. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2012.

RIBEIRO, K. A.; NASCIMENTO, D. C. do.; SILVA, J. F. B. da. Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 19, n. 40, p. 77-101, jan./jun. 2013.

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. S.; COELHO, V.P. Um panorama do programa de aquisição de alimentos no estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2007.

ROCHA, Ana Georgina P.; CERQUEIRA, Patrícia da S. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o Caso do Pronaf. In: Encontro da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Administração, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003. p. 1-15.

ROSSI, F. R. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos**: impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...**Fortaleza: SOBER, 2006. p. 1-21.

SACHS, I. Brasil rural da redescoberta à reinvenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-92, 2001.

SAGI. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **PAA DATA** – Dados 2011, 2012, 2013 e 2014. Disponível em:<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura>. Acesso em: 23 abr. 2015.

SALGADO, R. J. DOS S. F.; DIAS, M. M. Análise da influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do município de Viçosa/ MG. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, MG, v. 6, n. 11, p. 65-91, jan./jun, 2013.

SAMBUICHI, R. H. R. ; GALINDO, E. P.; OLIVEIRA, M. A. C. de.; MOURA, A. M. M. de.:. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. DA.; OLIVEIRA, M. A. C. DE.; SAVIAN, M. (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. 1ed. Brasília: Ipea-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014, v. 1, cap. 3, p. 75-104.

SANT'ANA, A. L.; COSTA, V. M. H. de M. Produtores familiares e estratégias ligadas à terra. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.42, n.4, p. 663-683, 2004.

SANTOS, F. P. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil**. 2011. 181 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-SP). São Paulo (SP), 2011.

SCHIAVOI, N. C. B.; FRANÇA, L. F.; NASCIMENTO, J. DOS S. Diagnóstico das condições higiênico-sanitárias da produção de doces por agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Cardoso Moreira, RJ. **Vigilância Sanitária em Debate, Rio de Janeiro**, v.3, n. 1. p. 135-143, 2015.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, S.; FREITAS, T. Qualidade de vida, diversificação, desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural. **Olhares Sociais**, Bahia, v. 2, n. 1, p. 121-142, mai. 2013.

SCHRÖDER, M. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf. In: Barbosa, C. G.; TEIXEIRA, M. A. (Org.). **A experiência dos programas de microcrédito do Banco do Nordeste**. 1ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012, v. 01, p. 245-280.

SILVA SEGUNDO, G. S. da. **O caso do PAA em Montes Claros-MG**: análise do Programa de Aquisição de Alimentos sob a ótica das instituições proponentes. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, J. M. C. da; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T. da; LINS, L. V. (Org.). **Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. p. 349-374.

SILVA, L. X. et al. Caracterização dos Estabelecimentos agropecuários produtores de tabaco no Brasil: uma análise de acordo com o Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S; FERREIRA, B.; ALVEZ, F. (Org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. 1ed. Brasília: IPEA, 2014, v. 1, p. 261-27.

SILVA, M. E. S.; BARONE, L. A. Associativismo e organização produtiva em assentamentos rurais: resistência social e políticas públicas na reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B. e WHITAKER C. D. (org). **Retratos de Assentamentos**. Araraquara: NUPEDOR, 2009. p. 349-368.

SUPLICY, E. M. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, v.12, n.1, p.61- 71, 2003.

TINOCO, S.T.J. **Análise sócio-econômica da piscicultura em unidades de produção agropecuária familiares da região de Tupã/SP**. 2006. 94f. Tese (Doutoramento em Aquicultura)- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Jaboticabal, 2006.

TORRES. J. D. Impacto ambiental e agricultura no Semiárido Ocidental Paraibano. **Centro Nacional de Educação a Distância**, Mai, 2010. Disponível em: < <http://www.cenedcursos.com.br/impacto-ambiental-e-agricultura.html>> Acesso em: 06 de nov. 2015.

UFPE. Universidade Federal de Pernambuco. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (Modalidade Leite). Relatório Final. Recife, jun. 2009. 501p.

VALADARES, A. A.; SOUZA, M. G. P. DE. **A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**: uma análise das

mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa. Brasília, DF: IPEA, 2015. 14p. (Nota técnica, n. 21).

VIANA, C.; VIEGAS, G. L. PAA – Evolução das Operações. In: Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura e Abastecimento Alimentar: **Políticas Públicas e Mercado Agrícola**. Brasília: CONAB, 2009, p. 150.

VILLAR, B. S. et al. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação a compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, SP, v. 16, n. 1, p. 223-226, 2013.

WANDERLEY, M. N. D. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.

APENDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS EXECUTORES DO PAA

Órgão:_____

Função:_____Data:___/___/___

- 1) Quando e como se deu a participação no PAA?
- 2) Quem faz parte do processo do programa como um todo? Quais as normas do programa e como elas funcionam?
- 3) Qual a função deste executor?
- 4) Existe participação na elaboração do projeto?
- 5) Existem reuniões com para o planejamento da participação?
- 6) Quais os procedimentos e critérios para os agricultores passarem a ser ofertantes do programa?
- 7) Quais os procedimentos para as instituições socioassistenciais passarem a ser atendidas pelo programa?
- 8) Quais os documentos exigidos aos agricultores e as instituições ?
- 9) Como é definido o preço dos produtos?
- 10) Como é controlada a qualidade dos produtos entregue pelos agricultores?
- 11) Como ocorre o pagamento aos agricultores?
- 12) Como é feito o gerenciamento do programa?
- 13) Como é feito o monitoramento do programa e da produção?
- 14) Quem/ Qual o órgão que faz a prestação de contas?
- 15) Como acontece e que frequência acontece à distribuição dos produtos ofertados para as instituições atendidas?
- 16) Quais as principais mudanças ocorridas ao longo do processo desde a inserção no programa?
- 17) Quais as principais dificuldades e potencialidades encontradas ao longo do processo?
- 18) Quais os fatores da descontinuidade do PAA e o que ela acarreta aos envolvidos?

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS

Nome do responsável: _____ Data: ____/____/____

Nome da associação/cooperativa: _____

Ano(s) de participação no PAA: () 2011 () 2012 () 2013 () 2014 () 2015

- 1) Quais os passos para elaboração do projeto do PAA?
- 2) Como é a participação dos agricultores, Emater, prefeitura e CONAB na elaboração do projeto e desenvolvimento do mesmo?
- 3) Existem encontros com os gestores ou agricultores acerca do programa?
- 4) Como é feita a entrega dos produtos e como acontece?
- 5) Passou por algum curso/treinamento/capacitação ao ingressar no programa no que se refere a elaboração de projeto, prestação de contas ou algo sobre a operacionalização do mesmo?
- 6) Quais impactos positivos que o programa gerou para esta associação/cooperativa?
- 7) Acredita que o PAA fortaleceu a associação/cooperativa? Se sim, como?
- 8) Acredita que o PAA promoveu melhoria nas relações com os agricultores?
- 9) Houve em algum ano de participação que os projetos tiveram valores inferiores ao do normal, se sim por qual motivo?
- 10) A associação/cooperativa ainda faz parte do programa? Se não, por qual motivo?
- 11) Quais impactos que a descontinuidade do PAA gera/gerou para a associação/cooperativa?
- 12) Quais as principais dificuldades encontradas pelas associações/cooperativas?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO COM OS AGRICULTORES FAMILIARES

Entrevistado: _____ .Data: ___/___/___.

Forma Organizativa:_____.

Modalidade que fornece para o PAA:_____.

Ano de participação no PAA: () 2011 () 2012 () 2013 () 2014 ()
2015

BLOCO 01

FAMÍLIA E TRABALHO

1) Composição da família

Nome	Idade	Sexo	Tipo de Trabalho (A)	Estado civil (B)	Escolaridade (C)
(A)			(B)		(C)
1 Tempo integral na UP (*)			1 Casado		1 analfabeto – nunca estudou
2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP			2 Solteiro		2 apenas lê e escreve
3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico			3 Viúvo		3 1ª a 4ª série completo
4 Tempo-parcial na UP + Estuda			4 Divorciado		4 1ª a 4ª série incompleto
5 Tempo integral fora UP (*)					5 5ª a 8ª série completo
6 Somente trabalho doméstico					6 5ª a 8ª série incompleto
7 Somente estuda					7 2º grau completo
8 Criança menor de 7 anos					8 2º grau incompleto
9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP					9 nível técnico
10 Desempregado					10 superior completo
11 Não trabalha porque é deficiente ou inválido					11 superior incompleto
UP: Unidade de Produção					

2) Identificação da pluriatividade na propriedade familiar

Nome	Sexo	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)	
		Nº dias	Localização (A)

Setor atividades
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Trabalhos Artesanais
5. Empregos públicos
6. Serviços terceirizados
7. Outros

- 3) Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família e da propriedade? () Sim () Não () Não sabe/não respondeu
- 4) Os filhos colaboram nas atividades da UP? () Sim () Não se sim, de que forma? () mão-de-obra () plantio () comercialização () Outro _____
- 5) Perfil: () agricultor familiar () assentado () indígena () quilombola () outro . qual?

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

- 6) Como o Senhor obteve suas terras – área própria?

Tipo	Tamanho
Compra de terceiros	
Compra de parentes	
Doação	
Terra de posse provisória	
Colonização	
Outra	
Total	

- 7) Adquiriu mais terras ao longo do tempo? () Sim () Não Se sim, como e qual tamanho?

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E CONSUMO FAMILIAR

8) Caracterização da produção

- a) Existem alguma agregação de valor nos produtos da propriedade?
() Sim () Não () Não sabe responder Se sim, de que forma? _____
- b) Caracterização da produção agrícola e agropecuária, respectiva quantidades, e destino da produção. * Preencher com novos itens que forem surgindo e com os produtos que receberam agregação de valor.

Especificação do Produto	Área plant. (ha)	Prod. Total	Destino da produção		
			Comercializada		
			Quant.	Valor total (R\$)	Principal comprador (A)
(A) Principal Comprador:	1 - Venda para feiras 2- Venda para o Supermercado 3 -Venda para o PAA 4 - Venda para o PNAE 5 – Venda para o intermediário 6- Venda para cooperativas agroindustriais 7 – Outro				

- c) A propriedade respeita os períodos de sazonalidade das culturas para fornecer para o PAA? () Sim () Não () Não respondeu
- d) A propriedade possui sistema de irrigação? () Sim () Não () Não responder
- 9) Fazem contratação de mão de obra na propriedade?
() Sim () Não Se sim, qual a periodicidade
- 10) Tipo da principal fonte de renda? () Atividade Agrícola () Atividade não agrícola () Aposentadoria

- 11) Principal atividade desenvolvida na propriedade? () Apicultura ()
Alimentos processados () Horticultura () Caprinocultura ()
Avicultura

GOVERNO

- 12) Recebe assistência técnica? () Sim () Não * Se sim, marcar as opções abaixo.

- () ONGs
() Cooperativa (de produção ou de trabalho)
() Empresas integradoras
() Sindicato
() Assistência técnica particular (liberais)
() Secretaria Estadual de Agricultura
() EMATER
() Secretaria Municipal de Agricultura
() Outro

- 13) Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?
() Sim () Não () Não sabe/não respondeu

- 14) A família recebe algum tipo de benefício do governo?

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício		Tipo de benefício
Tipo de benefício:		
1 Aposentadoria	4 Pensão	
2 Bolsa Família	5 Seguro Safra	
3 Bolsa Escola	6 outro	

- 15) Participação social da família na comunidade local e/ou no município

- 01 Associação comunitária de agricultores Sim () Não ()
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.) Sim () Não ()
03 Sindicato de trabalhadores Sim () Não ()
04 Outros tipos de entidade (especificar) Sim () Não ()

BLOCO 02

EFEITOS GERADOS APÓS A INSERÇÃO NO PAA

- 16) Em que ano começou a participar do PAA?

- 17) O que motivou a sua participação no programa?

18) O principais canais de comercialização antes da inserção no programa?
 Feiras Supermercado Atravessador
 Cooperativa Agroindustrial Outros

19) Quem fez o convite para participar do PAA?
 Outros agricultores Prefeitura Associação
 ONG Assistência técnica Outros

20) Qual era a renda média (R\$) da propriedade antes e depois da inserção no programa? (1) antes (2) depois * incluir todos os moradores.

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 00 a 100,00 | <input type="checkbox"/> 701,00 a 850,00 |
| <input type="checkbox"/> 100,00 a 250,00 | <input type="checkbox"/> 851,00 a 1.000,00 |
| <input type="checkbox"/> 251,00 a 400,00 | <input type="checkbox"/> 1.251,00 a 1.400,00 |
| <input type="checkbox"/> 401,00 a 550,00 | <input type="checkbox"/> 1.400,00 a 2.000,00 |
| <input type="checkbox"/> 551,00 a 700,00 | <input type="checkbox"/> acima de 2.000,00 |
| <input type="checkbox"/> 1.001,00 a 1.250,00 | |

21) Em que é aplicada a maior parte do valor adquirido pelos programas.

- investimento na propriedade
 nas despesas pessoais de todos
 tanto em investimentos na propriedade como despesas da família.
 aumentar o conforto da família
 aquisição de terra
 aquisição de veículo
 outras formas

22) Infraestrutura e extensão da propriedade antes e depois da inserção no programa

Especificação	Antes do PAA	Quant. e Área construída em m ²	Depois do PAA	Quant. e Área construída em m ²
Extensão da propriedade (hec)				
Casas sede				
Estábulo				
Galinheiro				
Poços				
Curral				
Cisterna				
Irrigação				
Aviários				

23) Houve uma diversificação na produção após da inserção no programa?
 Sim Não Se sim, quais culturas e a extensão da área?

Produto	Área (hectare/m ² /pés)

- 24) Após a diversificação da produção com o PAA, passou a consumir outros tipos de alimentos? () Sim () Não
- 25) Existia perda da produção antes da inserção no programa?
() Sim () Não () Não respondeu
- 26) Sua propriedade possui produtos orgânicos/agroecológicos?
- 27) Comercializava orgânicos/agroecológicos antes do PAA? () Sim () Não
- 28) A sua produção é certificada?
() Sim () Não Se sim, qual tipo de certificação e qual certificadora? _____
- 29) O que acha sobre o limite (valor) pago pelo programa () Baixo () Razoável () Bom () Ótimo
- 30) Quais são as dificuldades encontradas no PAA?
- 31) Quais as principais potencialidades encontradas no PAA? *opinião
- 32) Qual frequência de distribuição dos produtos para as organizações e/ou famílias cadastradas?
- 33) Houve planejamento para iniciar a participação no PAA? () Sim () Não Se sim, qual? _____
- 34) Considera que houve uma melhoria na qualidade de vida da família após a participação nesses programas?
() Melhoria significativa () Melhoria média () Pouca melhoria () Nenhuma melhoria
- 35) Após que passou a vender para o PAA deixou de escoar a produção para outro canal de comercialização? *se sim, comentar
- 36) Qual a sua avaliação sobre os preços pagos por produtos? Nota de 0-3 () Nota de 4-7 () Nota de 8-10 () Não respondeu ()
- 37) Qual a sua avaliação para o PAA? Nota de 0-3 () Nota de 4-7 () Nota de 8-10 () Não respondeu ()

- 38) Qual é o grau de satisfação do proprietário em relação à atividade agrícola?
() Satisfeito () Insatisfeito () Não sabe/não respondeu
- 39) A descontinuidade do Programa desestimula na participação?
- 40) Quais os impactos que a descontinuidade do PAA gera na propriedade em termos de produção?
- 41) Quais os impactos que a descontinuidade do PAA gera na propriedade em termos de renda?
- 42) Quais as estratégias financeiras e de escoamento produção que ocorrem na propriedade quando o PAA fica inativo?

APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O NUTRICIONISTA DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO

Nutricionista: _____ Data: ____/____/____.

Ano que atuou no município: () 2011 () 2012 () 2013 () 2014 () 2015

- 1) Quando e como se deu a participação no programa?
- 2) Existe participação na formulação do projeto do PAA? () Sim () Não
Se sim, como?
- 3) Os produtos estão adequados diante necessidades nutricionais (diversidade)? () Sim () Não
- 4) Houve diversificação no cardápio das instituições após a inserção desses produtos? () Sim () Não Se sim, como?
- 5) Como você incluiu os novos produtos nas refeições?
- 6) Acredita que Programa de Aquisição de Alimentos ocasionou melhora na refeição das instituições? () Melhoria significativa () Melhoria Razoável () Não identificou melhora
- 7) Qual a sua avaliação quanto aos produtos recebidos? Nota de 0-3 ()
Nota de 4-7 () Nota de 8-10 () Não respondeu ()
- 8) Houve algum momento que os produtos foram fornecidos em quantidades inferiores das necessárias? Se sim, acredita que houve uma dificuldade para suprir a falta dos produtos?
- 9) Qual a sua avaliação quanto ao programa em si? Nota de 0-3 () Nota de 4-7 () Nota de 8-10 () Não respondeu ()
- 10) Acredita que o programa expõe deficiências/entraves/limitações? Se sim, quais?

APÊNDICE E - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS INSTITUIÇÕES

Nome da instituição:_____ . Data: ____/____/____.

Nome e função do responsável pela instituição:_____.

Ano de participação no PAA: () 2011 () 2012 () 2013 () 2014 ()
2015

- 1) Como se deu a participação no programa?
- 2) No que mudou, como um todo, o incremento dos produtos nas refeições?
- 3) Acredita que o PAA provocou melhoria na relação da instituição com as pessoas atendidas e/ou com a população do município?
- 4) Quais os alimentos que não eram consumidos antes e que passaram a ser?
- 5) Houve diminuição nos custos das refeições após o engajamento no programa? () Sim () Não Se sim, quanto era gasto antes e quanto é hoje?_____
- 6) Os consumidores tem o conhecimento da procedência dos alimentos? () Sim () Não () Não sabe
- 7) Qual frequência de a instituição recebe/recebia os produtos do PAA? () diariamente () semanalmente () quinzenalmente () mensalmente
- 8) Notou satisfação positiva dos consumidores quanto aos novos produtos? () Sim () Não () Não sabe
- 9) Ocorria desperdício dos alimentos que eram recebidos? () Não () Sim
- 10) As merendeiras estavam preparadas/ ou receberam treinamento para diversificar as refeições usando os novos produtos? *pergunta a ser feita para as escolas e PETI
- 11) Por qual motivo a instituição não faz mais parte do programa?
- 12) Acredita que os consumidores sentiram falta dos produtos do PAA?
- 13) Sua avaliação quanto à qualidade dos produtos? Nota de 0-3 () Nota de 4-7 () Nota de 8-10 () Não respondeu () Não soube avaliar ()